

04/07/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Letramento em programação para uma escola do século 21](#)

[Enem terá prova digital em 2020](#)

[Questões deste ano já estão na gráfica](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Vale a pena...](#)

[Sem caneta](#)

[ProUni tem menor oferta de bolsas integrais e para cursos presenciais](#)

[Governo planeja Enem totalmente digital até 2026](#)

[Comissão do Senado aprova inclusão de prevenção à violência contra mulher nas escolas](#)

[Covas exclui faltas do cálculo de bônus para professores em SP](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[O metrô comunista e os pesadelos governistas](#)

[MEC planeja Enem totalmente digital em 2026](#)

[Desafio será superar gargalos estruturais](#)

[WEINTRAUB QUER SAIR DA WIKIPÉDIA](#)

O GLOBO - RJ

[Com reserva menor, governo pode fazer novo contingenciamento](#)

[Enem 100% digital](#)

[Bolsonaro 'não leu e não lerá' o exame, diz ministro](#)

['Fui muito dura. Não sei se permaneço como ministra', diz Damares](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Investimento despenca, e gasto federal não obrigatório cai 53% em seis anos](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA BRASIL

[Reitora da UFRJ apresenta plano de ação nesta quinta-feira](#)

AGÊNCIA CÂMARA

[Educação indígena tem problemas de gestão, orçamento e estrutura, dizem especialistas](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Você é a favor ou contra a aplicação do Enem em formato digital? Vote!](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Comissão do Senado aprova inclusão de prevenção à violência contra mulher nas escolas](#)

[ProUni tem menor oferta de bolsas integrais e para cursos presenciais](#)

BLOG DO REINALDO AZEVEDO

[MEC tenta excluir perfil de Weintraub na Wikipédia alegando dubiedade](#)

CORREIO WEB

[Enem digital divide opiniões de professores e estudantes](#)

[Estudantes se mostram preocupados com aplicação digital do Enem](#)

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

[FGV Direito Rio recebe inscrições para bolsa de Pós-Doutorado da CAPES](#)

G1

[Comissões da Câmara aprovam convocação de um ministro e convite a outros cinco](#)

[Enem digital é melhor que Enem em papel? Veja o que dizem especialistas](#)

PORTAL ISTOÉ

[Reitora da UFRJ apresenta plano de ação nesta quinta-feira](#)

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

[Projeto que ensina inglês a moradores de rua é premiado](#)

TERRA

[MEC planeja Enem totalmente digital a partir de 2026. Entenda](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Reitora da UFRJ apresenta plano de ação nesta quinta-feira](#)

Agências de notícias e sites

GAZETA DO POVO – PR

[Grupo Docentes pela Liberdade realiza eventos em todo o país](#)

AGÊNCIA ESTADO

[MEC tenta excluir perfil de Weintraub na Wikipédia alegando interpretações dúbias](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Uma em cada cinco escolas públicas de ensino médio do país não tem banda larga](#)

BRASIL DE FATO

[Audiência Pública em defesa dos cursos de filosofia e sociologia mobiliza estudantes](#)

CORREIO WEB

[UnB está entre as melhores universidades do mundo](#)

G1

[Programa Bolsa Permanência do MEC tem vagas para estudantes indígenas e quilombolas da UFS](#)

O LIVRE

[A ciência “mais ou menos” do Brasil - vamos sair dessa?](#)

PONTAL EM FOCO

[Geógrafa da UFU estuda como evitar inundações em Uberlândia](#)

PORTAL ISTOÉ

[Em fase piloto, Enem terá aplicação digital em 2020](#)

TRIBUNA UNIÃO

[Montreal está em busca de brasileiros; conheça opções de estudo e trabalho](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Bolsonaro "não leu e não lerá" prova do Enem 2019, diz Weintraub](#)

Imprensa Estadual

A TARDE - BA

[Fundeb deve sofrer nova distribuição de recursos](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Ajustes para garantir ensino](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Ações incluem também educação a distância e empreendedorismo](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA GLOBO

[Artigo : Para a Ciência superar as dificuldades](#)

AMAZONAS ATUAL

[Inspirado em Paulo Freire, professor promove educação inclusiva na Amazônia](#)

BRASIL DE FATO

[Audiência Pública em defesa dos cursos de filosofia e sociologia mobiliza estudantes](#)

AÇÃO POPULAR

[Professores tentam entregar troféu irônico a ministro e são barrados no MEC](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Enem terá aplicação digital em 2020 em fase piloto](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Governo planeja Enem totalmente digital até 2026](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Enem começa a ter prova digital a partir do ano que vem, e 100% até 2026](#)

CORREIO WEB

[Exame terá aplicação digital em fase piloto em 2020, anuncia MEC](#)

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO

[Enem terá prova digital a partir de 2020, anuncia MEC](#)

G1

[Índigena amazonense enfrenta desafios e conclui doutorado na UFSC: Tinha que honrar meus ancestrais](#)

METRÓPOLES

[Segunda chamada do ProUni já está disponível. Confira](#)

PORTAL ISTOÉ

[Enem terá aplicação digital em 2020 em fase piloto](#)

PORTAL VEJA

[Aplicação da prova do Enem será 100% digital até 2026, segundo Inep](#)

R7

[Entenda como será a aplicação do Enem Digital](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[Conselho Superior divulga resultado de recursos APCN](#)

[Seminário debate pós-graduação privada](#)

TERRA

[Enem terá aplicação digital em 2020 em fase piloto](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Enem terá prova piloto por computador em 2020 e será 100% digital até 2026](#)

[Enem terá aplicação digital em 2020 em fase piloto](#)

[Em fase piloto, Enem terá aplicação digital em 2020](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO

Letramento em programação para uma escola do século 21

» MOZART NEVES RAMOS

Diretor do Instituto Ayrton Senna e membro do Conselho Nacional de Educação

A preparação de pessoas para as demandas deste século requer uma educação que seja capaz de potencializar as qualidades humanas, na perspectiva de um desenvolvimento pleno, em consonância com o próprio artigo 205 da Constituição Federal, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Isso, por sua vez, significa dizer que precisamos ir além do desenvolvimento cognitivo tradicional e buscar mecanismos e estratégias que possam promover o desenvolvimento das chamadas competências socioemocionais.

Nessa direção, numerosos estudos revelam que o uso de tecnologias digitais no ambiente escolar, na perspectiva de um currículo que integre de forma intencional o desenvolvimento dessas competências, pode ser uma estratégia assertiva, capaz de promover, entre outras habilidades, a colaboração, o pensamento crítico, a criatividade, a inovação e a comunicação.

Na perspectiva de uma educação voltada para o século 21, ensinar crianças e jovens a programar, no contexto do uso das tecnologias digitais, habilitando-as a comunicar-se, acessar e produzir informações e conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria, pode ser considerado um componente curricular importante para a promoção de uma educação integral no ambiente escolar. Pensando assim foi que, há cinco anos, o Instituto Ayrton Senna iniciou, no âmbito do seu planejamento estratégico, o projeto de letramento em programação nas escolas municipais de Itatiba, no estado de São Paulo, em parceria com a Fundação Lemann, a Secretaria Municipal de Educação e a Universidade São Francisco (USF), com o apoio decisivo das empresas Boeing e Linx.

O que se viu ao longo dos anos foram estudantes cada vez mais engajados e motivados, de tal forma que o projeto se tornou política pública do município de Itatiba, mediante a Lei nº 5.079 de 8 de dezembro de 2017. O sucesso do projeto foi além dos limites do município, contagiando municípios vizinhos que incluíram o letramento em programação no currículo escolar, como foi o caso dos municípios de Morungaba e Vinhedo.

Ao mesmo tempo, uma rede nacional de letramento em programação começou a ser estruturada, com destaque para Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, e Caruaru, em Pernambuco, como polos estratégicos dessa rede nacional. Hoje, o letramento em programação está em quatro regiões do Brasil, formando uma rede colaborativa que tem no seu DNA a participação do terceiro setor, por meio do Instituto Ayrton Senna, de universidades locais, empresas apoiadoras e das secretarias municipais de Educação.

Tal iniciativa vem ajudando a levar ao chão de escola a competência de número cinco da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que trata da compreensão, da utilização e da criação de tecnologias digitais para que as linguagens de programação e de conceitos e práticas de computação possam cada vez mais promover a construção de uma escola que responda às demandas do século 21. Ou seja, que a cultura digital seja utilizada de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

As crianças e os jovens precisam de uma escola que traga significado para sua vida, e o letramento em programação é um dos exemplos que promove tal significado pelo uso de jogos e aplicativos construídos por eles próprios na perspectiva não só de resolver problemas reais no ambiente escolar, mas também do dia a dia do município. Um dos momentos mais marcantes é o Tech Oscar — evento de encerramento anual do projeto —, no qual os alunos apresentam para a comunidade escolar e suas famílias os projetos desenvolvidos com base em programação. Dá gosto ver o brilho nos olhos desses alunos, o encantamento e o engajamento que dão significado aos seus estudos.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Enem terá prova digital em 2020

No ano que vem, modelo será oferecido de forma opcional para 50 mil alunos em 15 capitais. Em caso de problema, haverá uma reaplicação em papel. Objetivo é que exame seja integralmente feito no computador até 2026

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) será aplicado por meio digital a partir de 2020. O anúncio foi feito ontem pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, e pelo presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Alexandre Lopes. No ano que vem, segundo o ministério, a prova será oferecida de forma opcional a 50 mil alunos de 15 capitais brasileiras. O valor da inscrição será o mesmo para todos os candidatos.

O objetivo é que, até 2026, as provas sejam feitas integralmente por meio digital. No entanto, alunos e especialistas consideram que, se, por um lado, a iniciativa parece transformadora, por outro, aparenta não levar em consideração as desigualdades regionais e de inclusão digital, além de possíveis problemas de logística e de falta de banco de itens de questões.

O estudante Gabriel Santos, 23 anos, está no segundo ano do cursinho e almeja passar em medicina. Ele fará o exame este ano. Santos não acredita que as medidas anunciadas sejam positivas: “A maioria das provas é aplicada em colégios públicos, e é só ir a algum colégio para ter noção do estado das máquinas. Acredito que muitos computadores darão problemas e muitos candidatos poderão ser prejudicados”.

Luisa Lambach, 20, também participará da prova em 2019 para tentar uma vaga em medicina. Ela considera que, para o ano que vem, a prova digital não é uma boa opção. “Os computadores existentes não são tão bons, e pode ser que haja problema. Além disso, o fato de ser digital atrapalha a prova em si. A redação, por exemplo, eu acho importante escrever à mão, fazer rascunho, poder rasurar, pensar, faz parte do processo”, alega.

Sobre o assunto, Weintraub ressaltou que é necessário um olhar otimista para o futuro e que a implementação será feita progressivamente. “A gente está com um olhar no futuro dentro da realidade atual. A gente vai ter sucesso nisso”, destacou. Lopes, informou que o MEC não investirá na compra de novos computadores para a aplicação do exame e que “foi levada em consideração a nossa capacidade de expandir o banco de itens”.

“Vamos utilizar a base já instalada não só nas unidades de ensino. No mundo digital, muda. Pode utilizar outras instituições que tenham disponibilizadas salas com infraestrutura de informática para aplicação de prova. É isso que vamos identificar ao longo do tempo”, disse.

Agendamento

Segundo a pasta, a aplicação do Enem neste ano será normal. No caso do Enem digital, será aplicado em 11 e 18 de outubro de 2020. O presidente do Inep afirmou que o objetivo é fazer várias aplicações do exame ao longo do ano, “por agendamento, como se fosse para tirar o passaporte”. “O aluno vai escolher a cidade, o dia e vai marcar a prova”, afirmou. “Aquele aluno que optar pelo Enem digital não será prejudicado, porque se tiver algum problema de logística, de computador, por exemplo, ele será redirecionado para uma reaplicação”, explicou.

Em 2020, portanto, o Enem terá três aplicações: a digital, a regular e a reaplicação. Este último caso é voltado para candidatos prejudicados por algum problema logístico ou de

infraestrutura durante a realização da prova digital. Eles terão direito a fazer a prova em papel. O MEC contratará um consórcio para organizar as novas edições do exame e descarta riscos de invasão de hackers ou fraudes.

As capitais que receberão a prova em formato digital em 2020 são: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campo Grande, Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, Goiânia, João Pessoa, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Economia

O MEC aponta, ainda, a economia que será gerada sem a impressão de papel. “Somente em 2019, mais de 10,2 milhões de provas serão impressas para o Enem. Os custos da aplicação superam R\$ 500 milhões para os mais de 5 milhões de participantes confirmados na edição”, afirmou o órgão. Em 2026, a versão em papel para de ser distribuída e o exame só será em formato digital.

Para a diretora do Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF), Rosilene Corrêa, a tecnologia deve ser entendida como um avanço, mas quando se depara com a realidade do país, de congelamento de investimentos na educação, a meta de tornar 100% digitais as provas do Enem até 2026, parece estar longe de se tornar concreta. “É uma contradição o ministro anunciar isso. Tem escolas que sequer têm laboratórios. O caminho é esse, mas é preciso que o governo decida se haverá investimento. Tecnologia impõe investimento. Também pode gerar discriminação, pois onde tem estrutura será contemplado. E no interior do país, os alunos ficarão à margem? Mesmo em Brasília, do ponto de recursos tecnológicos, estamos distantes de algo razoável. Não se pode falar de mudança com perspectiva de retrocesso”, apontou.

* Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira

Conteúdo

Ao contrário do que havia determinado o presidente Jair Bolsonaro sobre as provas do Enem, as questões não foram lidas antecipadamente. Segundo o ministro da Educação, Abraham Weintraub, “eu não li a prova, o presidente não leu, e o Camilo não leu”, disse. Em seguida, deixou claro que o objetivo é acabar com o viés ideológico das questões nas provas. “Sobre os funcionários que trabalham conosco, quem não performar conforme o esperado, a gente vai desligar”, afirmou.

topo 

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Questões deste ano já estão na gráfica

EDUCAÇÃO

As provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019 já estão na gráfica para diagramação e impressão e serão aplicadas em 3 e 10 de novembro. A nota do Enem de quem já concluiu o ensino médio ou vai concluir este ano podem ser usadas para se inscrever no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que oferece vagas em instituições públicas de ensino superior; no Programa Universidade para Todos (ProUni), a fim de conseguir bolsas de estudo em instituições privadas de ensino superior; ou no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Encerrada a preparação para o exame deste ano, segundo o ministério, começa a preparação para o desenvolvimento e aquisição da plataforma digital para 2020. O

anúncio sobre o uso da tecnologia no Enem, no entanto, preocupa educadores.

O professor de Informática e Sociedade do Departamento de Ciência da Computação da Universidade de Brasília (UnB) Jorge Henrique Cabral, apoia a ideia de digitalizar o Enem, mas acredita que muitos alunos enfrentarão dificuldades: “Terão problemas. Alguns laboratórios podem não funcionar, pode não ter computador para todos, muitos podem deixar de fazer a prova por conta disso. Vários terão que fazer o Enem em outro dia. Será um desafio para quem aplicar”, avaliou.

Novas habilidades

Para o professor e diretor pedagógico do cursinho Planejamento Preparação e Aplicação, Paulo Perez, a prova digital exige novas habilidades: “Leitura e interpretação, por exemplo, no papel é uma coisa, na tela, é outra”. Ele acredita que digitalizar a prova muda a resolução processual a que os estudantes estão acostumados. “Muitos alunos grifam, riscam, rasuram. Novas habilidades devem ser desenvolvidas, até porque há um abismo no país e grande parte da população é digitalmente excluída ou analfabeta digital”.

Na visão de Paulo, a prova ser realizada digitalmente é algo que a princípio seria positivo. “É possível elaborar questões com vídeos, infográficos, é algo que se aproxima da realidade de muitos jovens, muito mais próximo do dia a dia. No entanto, Perez explica que paralelamente à aplicação do Enem digital, é preciso desenvolver políticas públicas para reduzir o abismo tecnológico no país. “Só 38% das escolas públicas federais possuem laboratório de informática”, lembrou.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

Vale a pena...

O escritório de integridade acadêmica da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) concluiu relatório sobre o autoplágio cometido pelo agora ministro da Educação, Abraham Weintraub. Como revelou a Folha, ele publicou o mesmo artigo em dois periódicos diferentes.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/07/04/32190/>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL S.A.

Sem caneta

Agradou às escolas privadas a ideia de digitalizar o Enem, lançada pelo Ministério de Educação nesta quarta. A mudança estava no radar e era inevitável, diz Ademar Batista, presidente da Fenep (federação do setor). “É mais seguro que prova em papel, não há o risco no transporte de Brasília a Amazonas ou ao Rio Grande do Sul.”

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2019/07/3-em-cada-10-inadimplentes-do-pais-sao-jovens-da-periferia-diz-serasa.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

ProUni tem menor oferta de bolsas integrais e para cursos presenciais

Entre subsídios oferecidos para alunos de baixa renda, vagas para cursos a distância são maioria

Brasília

O volume de bolsas integrais do ProUni (Programa Universidade Para Todos) — direcionadas aos alunos mais pobres — vem caindo, enquanto avança a oferta de subsídios para cursos de EAD (educação a distância), em geral de menor qualidade.

Além disso, as vagas EAD passaram a dominar a modalidade de bolsas integrais.

Alterações no perfil de bolsas têm ocorrido pelo menos desde 2016 e se intensificaram neste ano, sob o governo Jair Bolsonaro (PSL).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/prouni-tem-menor-oferta-de-bolsas-integrais-e-para-cursos-presenciais.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Governo planeja Enem totalmente digital até 2026

Ministro da Educação diz que Bolsonaro não leu a prova deste ano, como havia prometido

Brasília

O governo Jair Bolsonaro (PSL) vai iniciar no próximo ano um projeto-piloto para aplicação do Enem em computadores. O plano é migrar totalmente para o modelo digital até 2026.

O objetivo é alcançar uma redução de custos de logística e permitir mais de uma aplicação do Enem ao longo do ano, a exemplo do que ocorre com avaliações internacionais.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/governo-planeja-enem-totalmente-digital-ate-2026.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Comissão do Senado aprova inclusão de prevenção à violência contra mulher nas escolas

Especialistas dizem que medida representa avanço, mas que é preciso definir como será implementada

São Paulo

A CE (Comissão de Educação, Cultura e Esporte) do Senado aprovou nesta quarta-feira (3) um projeto de lei que quer acrescentar a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica.

O texto, do senador Plínio Valério (PSDB-AM), altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, que hoje obriga as escolas a abordar a “prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente” e conteúdos relativos a direitos humanos, mas não inclui a prevenção da violência contra mulheres.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/comissao-do-senado-aprova-inclusao-de-prevencao-a-violencia-contramulher-nas-escolas.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Covas exclui faltas do cálculo de bônus para professores em SP Gratificação por desempenho ocorrerá a partir de novo indicador para avaliar escolas municipais

São Paulo

Em meio a uma série de medidas para a educação divulgadas na despedida do secretário João Cury, a gestão do prefeito Bruno Covas (PSDB) anunciou um novo indicador para avaliar as escolas municipais e excluiu as faltas dos professores do cálculo da gratificação por desempenho que os profissionais recebem.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/covas-exclui-faltas-do-calculo-de-bonus-para-professores-em-sp.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPAÇO ABERTO

O metrô comunista e os pesadelos governistas

JORNALISTA, É PROFESSOR DA ECA-USP

No domingo, um general ministro subiu num caminhão de som em Brasília e deu de esbravejar contra os “esquerdopatas”. É um soldado em missão. Não dará trégua. Para ele, os males do Brasil são muita esquerda, não muita saúde. Seus colegas de primeiro escalão concordam. Houve um que declarou que, no Brasil, os banqueiros são comunistas. Sabe como é, ficam lá com o capital para cima e para baixo, isso sem falar nos que insistem em usar vermelho na propaganda. No Brasil, crê o ministro, o capital financeiro filiou-se ao Komintern.

O governo está de olho. Diariamente, autoridades amaldiçoam as “ditaduras de esquerda” nas universidades públicas – e, nota de rodapé, nas particulares idem, ibidem. O chanceler anunciou em vídeo uma descoberta teórica na mesma frequência metal: o nazismo era de esquerda. Isso mesmo. Como tudo o que há de ruim na face da Terra há de ser de esquerda, aquele tal de Hitler só podia mesmo ser comunista. E não só Hitler. O mosquito da dengue anda em via de ser declarado “comunista”, bem como os radares de trânsito, as árvores, os índios e os ecologistas. Esquerdopatas. Gays, jornalistas, fiscais do Ibama e artigos da Constituição que dificultam o liberou geral das armas de fogo: comunistas de uma figa.

Ninguém aqui vai contestar a clarividência cívica das saneadoras crenças governamentais. Nada contra a sacralidade messiânica da missão maior de livrar o País do comunismo. E Deus acima de tudo – pois Deus, o governo intui, é capitalista até o último fio de cabelo branco.

Assim sendo, nada a opor quanto a isso. A incumbência de não deixar que o comunismo tome conta da nação desprotegida é por demais onerosa e exigente. Dedicados a essa causa maiúscula durante as 24 horas do dia, o chefe do governo e seus subalternos mal têm tempo de cuidar de reformas ou de estagnações econômicas, esses detalhes desimportantes. É compreensível. O comunismo dá muito trabalho, ele e seus filhotes

malévolos, como a “ideologia de gênero” e o limite de pontos na carteira de motorista. A trabalhadora do governo é imensa. Não sobra energia para mais nada.

Só o que poderíamos ponderar – e isso com o devido respeito, sem “balbúrdia” – é que esse termo, “esquerdopata”, carece de precisão científica e de bom gosto. Em lugar de esquerdopatia, seria menos abstrusa a palavra “esquerdofrenia”, como teria preferido um jornalista que, sorte dele, já morreu. Mas como o general do caminhão adotou a terminologia menos psiquiátrica, deixemos para lá os pruridos filológicos ou estéticos. Concedamos um desconto a ele.

O general não tem tempo a perder com firulas, cômico da magnitude do combate que trava. Só os tolos acreditam que o “perigo vermelho” perdeu gás com a queda do Muro de Berlim. A cúpula da Esplanada dos Ministérios não é boba. Sabe que a frase de Karl Marx e Friedrich Engels (esses aí, esquerdopatésimos) dando conta de que o “fantasma do comunismo” rondava a Europa hoje se aplica ao Brasil. É preciso exterminar o fantasma. A esquerdolatria está em toda parte, é uma praga. Nossos governantes vão lá, resolvem a situação numa frente e, quando ninguém espera, eis que a esquerdogênese se insurge em outro flanco. É uma guerra permanente, inclemente, demente.

Os comunistas – como este governo percebeu, para sorte e salvação dos brasileiros – conseguiram se infiltrar em quase todas as instituições. No ensino médio, professores esquerdológicos doutrina adolescentes incautos para transformá-los em “idiotas úteis” que são contra o porte de armas e não querem bater em homossexuais. No ensino fundamental, grassa o “paulo-freirismo”, que devora a alma das criancinhas. A alfabetização de adultos, então, é uma usina de comunistóides. Os ministros, com ou sem patente, olham para a terra devastada, erguem a cabeça heroica e tomam coragem: é muito por fazer.

A caça aos comunistas está só no começo. Nossos bravos governantes não vacilam. Ainda não desenharam uma estratégia para atacar o metrô, mas é questão de tempo. A contaminação comunista nas áreas de circulação do metrô é notória e acintosa. Numa cidade como São Paulo, os cerca de 8 milhões de passageiros que por lá trafegam são submetidos a doutrinações e lavagens cerebrais em todo o trajeto, desde a entrada das estações até as portas dos vagões. Nas escadas rolantes, plaquinhas conclamam a multidão: “Deixe a esquerda livre”. Entendeu agora? É óbvio que isso vai formando – subliminarmente, como sabem os governistas – legiões de comunoagentes. A mensagem “deixe a esquerda livre” inculca nas mentes distraídas a esquerdofilia. É preciso acabar com isso já, antes que o esquerdoteísmo se aposses do espírito do presidente da República.

Não é só. Os brasileiros esperam, sôfregos, que medidas saneadoras estejam em estudo para mudar o lado da aliança de casamento. Atualmente, a aliança de noivado na mão direita induz os “idiotas úteis” a pensarem que a direita é provisória e a esquerda, sim, é que é definitiva. Que urjam as providências, drásticas. Perto desse tema de altíssima e periculosa gravidade, a crise na Casa Civil é fichinha e as derrotas no Congresso Nacional, irrelevantes.

Também o sistema de ultrapassagem nas rodovias há de estar em reexame nos bastidores sacrossantos do Dnit. Esse negócio de ultrapassar pela esquerda é coisa de comunista. O Brasil verde e amarelo adotará a matriz inglesa, pois o governo vem de

descobrir que na Inglaterra, berço do liberalismo, é só pela direita que se avança. Sabe também que, embora o automóvel tenha sido inventado um pouquinho depois da Magna Carta, é a conformação de mão e contramão, com o motorista à direita, que predispõe o povo a não votar em gente esquerdopatológica.

Fica faltando o coração, que bate do lado esquerdo do peito. Os generais e os ministros ainda não decidiram o que fazer com ele.

Nas escadas rolantes, placas conclamam: ‘Deixe a esquerda livre’. Entendeu?

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

MEC planeja Enem totalmente digital em 2026

Ensino. No 1º ano, versão eletrônica será aplicada para 50 mil candidatos; governo prevê reduzir custos a longo prazo e permitir a realização da prova mais de uma vez no ano. Especialistas dizem que ministério precisa aumentar estoque de questões do exame

BRASÍLIA

Projeto-piloto do MEC prevê que, no ano que vem, 50 mil candidatos em 15 capitais façam prova online do Enem, incluindo a redação. A expectativa é de que esse número aumente a cada ano até 2026, quando o exame de papel deve ser extinto. Com a proposta, governo quer reduzir custos e realizar o Enem mais de uma vez por ano.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) passará a ser aplicado de forma digital a partir do próximo ano. O projeto, apresentado ontem pelo ministro da Educação, Abrahan Weintraub, prevê que 50 mil candidatos, em 15 capitais brasileiras, façam o modelo digital em 2020, em um projeto-piloto. A expectativa é de que o número seja ampliado progressivamente até 2026, quando o governo prevê extinguir a prova de papel.

Segundo Weintraub, o modelo aumentará a concorrência. “Duas ou três grandes empresas conseguem hoje se credenciar.” A mudança, disse, permitirá que mais estudantes façam a prova, incluindo os que têm mobilidade reduzida.

Para o projeto-piloto, devem ser desembolsados R\$ 20 milhões – no formato atual, o custo de aplicação para este ano, com cerca de 5 milhões de participantes, é de R\$ 500 milhões. Segundo o MEC, os custos iniciais da versão digital serão “expressivamente maiores” do que da versão atual, mas a expectativa é reduzi-los ao longo dos anos. O plano prevê que toda a prova seja realizada de forma digital, incluindo a Redação.

Um dos objetivos é ter, nos próximos anos, a aplicação da prova em mais de uma data ao ano – até quatro no projeto original. O que, na avaliação do ministro, retiraria “a agonia” de um exame de tamanha relevância ter só uma aplicação.

Os riscos de fraude, segundo o ministro, também serão menores. “O Brasil tem tecnologia para isso. O sistema bancário é todo eletrônico.” E depois emendou: “Mas bandido é criativo.” Questionado se um hacker não poderia invadir o sistema para fazer a prova do candidato, afirmou ser mais fácil uma invasão só na nota – risco que, em tese, já existiria hoje.

O MEC disse ainda que a versão online facilitará a realização de provas por itinerários

formativos, que valerão com o currículo flexível previsto na reforma do ensino médio. O candidato passará a fazer a prova conforme a área de estudo que escolheu para aprofundamento.

A ideia do Enem digital começou a ser discutida em 2012. Os últimos presidentes do Inep, órgão responsável pela prova, e principais quadros do MEC já defendiam a prova online, mas o principal entrave era exatamente a ausência de um banco de questões com robustez suficiente – as perguntas do exame passam por rigoroso processo, com dez etapas, entre a produção e a avaliação do item. O MEC admite ser preciso ampliar o banco de questões.

Secretária executiva do MEC na gestão Michel Temer, Maria Helena Guimarães disse ver com preocupação o prazo anunciado e a ausência de ações para ampliar o banco de questões. “Nossa avaliação, na época, era de que precisaríamos ter um banco com ao menos 5 mil itens. Temos muito menos que isso (o número não é divulgado, sob justificativa de segurança). Um banco de itens robusto e de qualidade exige investimento alto. Na União Europeia, a elaboração de cada item custa de 800 a 1 mil euros.” Ela estima custo de R\$ 50 milhões para formar um banco com itens suficientes e de qualidade.

Mônica Franco, do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação (Cenpec), lembra que muitas

escolas públicas ainda não têm computador ou internet. “O Enem não mede só o desempenho das escolas. Dá acesso à universidade. Por isso, é fundamental garantir a equidade de condições. Não podemos prejudicar ainda mais os mais vulneráveis e menos assistidos.”

Alunos. Moisés Sousa, de 22 anos, que tentará vaga de Medicina em uma universidade federal, tem dúvidas sobre a alteração. Ele conta já ter feito prova online e não se deu bem. “Prefiro o lápis. No computador parece muito abstrato.”

Já Daniel Silveira, de 23 anos, vê vantagem na Redação. “Você apaga mais facilmente e digita mais rápido. No papel, é difícil”, diz ele, que pretende cursar Economia.

Em 2017, o MEC fez consulta pública sobre como melhorar o Enem: 70,1% responderam não concordar com a prova digital.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Desafio será superar gargalos estruturais

É DIRETOR DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO

A discussão sobre a realização do Enem no computador perpassou vários governos e é uma proposta defendida pelos principais especialistas em educação e avaliação do País. É positivo ver a manutenção e a vontade de se concretizar a ideia, que tem como objetivo uma aplicação com menor grau de complexidade. Hoje, a aplicação do exame exige uma operação de guerra.

Mas para que se torne viável será necessária uma estratégia bem construída, que consiga

superar os entraves de infraestrutura do País. Quando se fala em prova digital, é preciso pensar na situação real do ensino. Há internet, computador e até mesmo energia elétrica nas escolas? Todas essas respostas devem aparecer no plano de migração.

O governo acerta ao mirar em modelo mais sofisticado de tecnologia para a prova, fugindo da simples digitalização. Mas sua viabilização depende de investimentos em tecnologia e montagem de um grande banco de questões. O detalhamento desses passos é fundamental.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE WEINTRAUB QUER SAIR DA WIKIPÉDIA

MEC solicitou exclusão do verbete do ministro

O Ministério da Educação (MEC) solicitou na última quinta-feira à enciclopédia colaborativa Wikipédia que o verbete sobre o ministro da pasta, Abraham Weintraub, fosse excluído. Segundo apurou o Estadão/Broadcast, o MEC alegou que a página conteria “informações não confirmadas”

que poderiam levar a “interpretações dúbias”.

A mensagem enviada pelo MEC, à qual a reportagem teve acesso, justifica o pedido de exclusão pela “impossibilidade de edição” do conteúdo por parte do ministério. Segundo a pasta, com a restrição de edição, a “pessoa física/jurídica fica incapacitada de declarar ampla defesa e o contraditório”.

Procurado, o MEC confirmou ter pedido a remoção do artigo e também reconheceu o conteúdo do e-mail, mas não comentou a solicitação nem esclareceu quais trechos do artigo sobre Weintraub motivaram o contato. A solicitação do ministério foi feita por um mecanismo automático da plataforma, no qual é possível enviar um email ao usuário responsável pela última edição.

O verbete sobre Weintraub na Wikipédia foi criado em 8 de abril, pouco mais de três horas depois de o presidente Jair Bolsonaro anunciar pelo Twitter que ele sucederia Ricardo Vélez Rodriguez no comando do ministério.

A solicitação do MEC para que o verbete fosse excluído mobilizou um fórum de editores da Wikipédia – que assinam com pseudônimos. O editor Chronus, que foi contatado pela assessoria do MEC, compartilhou a mensagem recebida e pediu aos colegas conselhos. “Caberia alguma resposta formal da comunidade quanto à solicitação do MEC?”, escreveu no fórum do site na última segunda-feira.

Os editores então sugeriram que ele pedisse mais clareza ao MEC sobre os pontos problemáticos e respondesse explicando que é impossível que um editor sozinho consiga eliminar um artigo.

O editor contatado pelo MEC não havia alterado conteúdo, mas restringiu a possibilidade de que usuários sem boa reputação na plataforma pudessem editar o texto.

Na discussão do fórum, o Chronus disse que não pretendia responder ao e-mail do

MEC. Argumentou que a comunicação deveria ter sido feita à Fundação Wikimedia, com sede na Califórnia.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ECONOMIA

Com reserva menor, governo pode fazer novo contingenciamento

BRASÍLIA

O governo pode anunciar um novo contingenciamento de gastos neste mês. A tesourada ocorrerá caso a previsão de crescimento da economia volte a ser revisada para baixo, como em meses anteriores.

Segundo integrantes da equipe econômica, o novo corte tem chance de ser mais severo que o anterior. Em maio, os técnicos usaram uma espécie de reserva de emergência para evitar um efeito real sobre o Orçamento, mas essa margem de manobra hoje é menor.

A última avaliação bimestral de receitas e despesas mostrou que era necessário cortar R\$ 2,2 bilhões. Esse ajuste foi absorvido por uma reserva orçamentária de R\$ 5,5 bilhões. Esse colchão também foi usado para recompor R\$ 1,6 bilhão que tinham sido cortados do Ministério da Educação, após os protestos contra a redução de gastos na área.

— (A reserva de contingência) deve estar abaixo de R\$ 2 bilhões. Só conseguiria acomodar esse valor. Se a perda de receita for acima disso, teria que ter um contingenciamento mesmo — disse uma fonte.

Em maio, o contingenciamento foi anunciado após o governo revisar a previsão para o PIB de alta de 2,2% para 1,6%. A expectativa é que, diante do ritmo ainda fraco da economia, essa projeção volte a cair. Analistas do mercado financeiro já preveem avanço de apenas 0,85% neste ano, segundo o mais recente boletim Focus, divulgado pelo Banco Central.

O próprio BC também revisou sua previsão para baixo e estima alta de apenas 0,8%. A projeção que constará do relatório de avaliação de receitas e despesas segue outro modelo, mas é comum que os cálculos para esse tipo de estimativa sejam semelhantes.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Enem 100% digital

MEC quer eliminar prova em papel até 2026

RIO E BRASÍLIA

O Ministério da Educação (MEC) anunciou ontem a transição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) do papel para o digital. O plano do governo é que a prova impressa seja eliminada até 2026. Em 2020, o exame já será aplicado digitalmente para 50 mil candidatos. Neste ano, os 5 milhões de inscritos não serão afetados.

O custo da aplicação do Enem digital em 2020, para 15 mil candidatos, será de R\$ 20 milhões —média de R\$ 400 por participante. O valor é superior ao atual, de cerca de R\$ 100 por aluno, segundo dados do MEC. Segundo o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Alexandre Lopes, os custos diminuirão com a ampliação do exame digital.

De acordo com Lopes, o governo não comprará computadores para o Enem digital. A forma de aplicação seguirá o modelo atual, de contratar uma empresa para cuidar dessa parte, que engloba organizar as salas de aplicação, garantir os fiscais, e, agora, viabilizar as máquinas.

— Com isso, a gente se livra de duas ou três grandes empresas. A gente vai muito mais próximo à concorrência perfeita do que ao oligopólio —comentou o ministro da Educação, Abraham Weintraub, referindo-se às poucas gráficas no país que atendem aos parâmetros exigidos para o Enem.

O ministro garantiu ainda que a segurança da prova estará preservada com a tecnologia já existente no país. Em diversos momentos da coletiva à imprensa, ele citou exames feitos em meio digital no mundo, dizendo que o Brasil ficou "para trás".. Além disso, enfatizou que a maior parte dos procedimentos envolvendo a prova, como a correção, já é informatizada.

De acordo com o Inep, a versão digital da prova viabilizará questões que utilizem games, vídeos e infográficos. Também será possível, segundo a autarquia, aplicar o Enem em mais municípios. Hoje, segundo o Inep, muitos alunos acabam faltando ao exame pela distância da cidade onde moram daquela mais próxima que conta com a avaliação.

IMPACTO NOS ALUNOS

Ex-presidente do Inep e membro do Conselho Nacional de Educação (CNE), Chico Soares afirma que a iniciativa é positiva, mas que há questões mais urgentes a tratar.

—Com a Reforma do Ensino Médio, precisamos saber o que o Enem vai cobrar. O que está sinalizado seria um primeiro dia de conteúdos gerais e um segundo dia de conteúdos específicos relacionados à área da carreira escolhida, mas isso não está definido e é uma decisão essencial —argumenta Soares. — Antes de pirotecnias do que utilizar para aplicar a prova, precisamos saber o que vai estar no Enem.

A Reforma do Ensino Médio foi sancionada em 2017 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da etapa foi aprovada em 2018, e havia uma previsão de que as mudanças nos currículos e avaliações sejam implementadas até 2020.

De acordo o educador, é importante garantir que a prova digital não seja apenas uma reprodução do exame impresso. Para ele, a mudança só faz sentido se servir para explorar ferramentas que tornem a avaliação mais dinâmica.

— Hoje, há a possibilidade de elaborar questões que vão muito além da múltipla escolha. Se o que está sendo pensado é fazer o mesmo Enem de múltipla escolha, mas no ambiente digital, isso é automatizar o jurássico —afirmou Soares. —O Inep precisa criar canais de comunicação com as escolas e ouvir quem vai ser afetado pela mudança. É preciso pensar no impacto que teria para alunos que estão em escolas com sistemas de informática ainda muito defasados.

[topo](#)

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Bolsonaro 'não leu e não lerá' o exame, diz ministro

Abraham Weintraub afirmou que, salvo algo "fora do script, não há razão para o presidente ter acesso prévio à avaliação

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que Jair Bolsonaro "não leu e não lerá" o Enem antes de ser aplicado. Segundo ele, não há razão para o presidente ter acesso à prova, que foi enviada em mídia digital para a gráfica em São Paulo na sexta-feira.

— Salvo algo totalmente fora do script, não consigo imaginar por que o presidente com uma agenda tão atribulada vai parar para ler a prova. Ele não leu e não lerá — afirmou o ministro.

Weintraub disse que também pretende não ler a prova, assim como o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Alexandre Lopes, e o diretor que cuida do Enem, Camilo Mussi.

— Antes da aplicação não pretendo ler. Ninguém vai ler, salvo uma hecatombe nuclear (...). Estamos seguindo o procedimento padrão — disse Weintraub.

No ano passado, já eleito, Bolsonaro, incomodado com uma questão do Enem 2018 que mencionava um dialeto usado pela comunidade LGBTI, afirmou que interferiria no exame para retirar temas que ele considera inadequados. Na ocasião, prometeu que não iria haver "questão desta forma ano que vem, porque nós vamos tomar conhecimento da prova antes".

O ministro da Educação disse que deu orientações para a retirada de "qualquer viés ideológico" das provas e que "cabeças vão rodar" se essa determinação não for atendida. Ele afirmou que nesta semana demitiu um colaborador, sem dar detalhes, ao falar do contexto do Enem.

— Foi passada uma orientação para acabar completamente com qualquer viés ideológico na elaboração de provas. As pessoas que não per-formarem adequadamente, a gente vai desligar. Não tem muita novidade. (R.M.)

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

'Fui muito dura. Não sei se permaneço como ministra', diz Damares

A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, disse ontem que ficou "muito triste" com uma lista que circulou no Congresso Nacional e que excluía sua pasta das prioritárias para receber recursos públicos. Ela diz ter feito uma reclamação dura internamente no governo e que isso poderia até lhe custar o cargo. As afirmações foram feitas em seminário sobre adoção que ocorreu no ministério.

— Eu fui muito dura com quem fez a lista. Editem essa parte do vídeo (o evento estava sendo filmado), por favor. Fui muito dura. Acho que os ministros não precisavam ter lido o que eu escrevi, mas eu escrevi com ira, muita ira... Não sei se eu permaneço ministra depois do que eu escrevi hoje — disse, sem explicitar onde e para quem ela teria feito as críticas.

Segundo pessoas próximas, Damares teria recebido uma ligação de um parlamentar antes do evento, relatando que tentou direcionar cerca de R\$ 2 milhões para o

ministério, mas foi aconselhado a retirar o pedido e reapresentá-lo indicando a verba para outras pastas. O GLOBO apurou que os ministérios prioritários seriam Infraestrutura, Educação, Desenvolvimento Regional e Agricultura.

Dentro da pasta de Damares, a lista é vista como uma interferência da Casa Civil no processo de escolha da destinação de emendas parlamentares. A crítica pública de ontem seria uma forma de explicitar o descontentamento do ministério com essa política.

— Não dá mais para a gente subestimar a infância no Brasil. Não dá mais —queixou-se a ministra.

*Estagiário, sob supervisão de Eduardo Bresciani

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Investimento despenca, e gasto federal não obrigatório cai 53% em seis anos

As despesas discricionárias da União - aquelas que não são obrigatórias, incluindo os investimentos - sofreram queda brutal no decorrer dos últimos seis anos. No primeiro quadrimestre deste ano as despesas primárias discricionárias pagas somaram R\$ 29,8 bilhões, o que representa queda real de 53,2% em relação a igual período de 2014.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6331569/investimento-despenca-e-gasto-federal-nao-obrigatorio-cai-53-em-seis-anos>

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Reitora da UFRJ apresenta plano de ação nesta quinta-feira

Objetivo é reduzir evasão de alunos e fortalecer ensino a distância

Primeira mulher empossada na reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ) em 99 anos, a professora do Instituto de Biofísica da instituição, Denise Pires de Carvalho, convocou para esta quinta-feira (4) uma reunião extraordinária do primeiro Conselho Universitário. Na reunião, Denise apresentará as linhas gerais de um plano de ação a ser implementado em curto prazo na instituição.

O plano será iniciado com a Pró-Reitoria de Graduação, disse Denise hoje (3) à Agência Brasil. O objetivo é mostrar à comunidade as metas de planejamento para reduzir o nível de evasão e fortalecer o ensino a distância, associando parte deste ao presencial. "Um planejamento mais imediato será apresentado amanhã", informou a reitora.

Denise estimou em 50% a evasão nos cursos de graduação da UFRJ, ou seja, "metade dos alunos que ingressam" na instituição.

Segundo a reitora, o índice de desistência varia de curso para curso. Ela pretende fazer um estudo dos últimos 10 anos para verificar o grau de evasão por curso, porque as causas são muito diferentes. "Uma vez identificadas as causas, vamos tentar diminuir esses índices. Sabemos que muitos estudantes saem no fim do curso. É diferente o estudante que para no primeiro ano do curso daquele que sai no último [ano]. Vamos abordar os diferentes problemas para tentar aumentar o número de concluintes."

Segunda etapa

Em reunião posterior do Conselho Universitário ordinário, Denise pretende apresentar o planejamento para enfrentar problemas mais administrativos, que incluem orçamento e governança. "Para que toda a comunidade saiba os problemas relacionados ao orçamento, o que existe em termos de contas a pagar. Tudo isso será mostrado à comunidade acadêmica", afirmou.

A reitora, que tomou posse ontem (2), disse que já está trabalhando na revisão do orçamento da universidade. Uma comissão será formada para analisar o orçamento com a Pró-Reitoria de Finanças. O objetivo é "publicizar" a questão orçamentária para que toda a comunidade acadêmica saiba quais são os gastos com luz e água e para que essas despesas sejam revistas e reduzidas.

No entanto, ela disse temer que, mesmo fazendo o "dever de casa", se o corte anunciado pelo Ministério da Educação (MEC) permanecer, a universidade tenha dificuldades para pagar a limpeza, a segurança e a conta de luz. O orçamento de custeio da UFRJ chega a R\$ 360 milhões, e o contingenciamento previsto é em torno de R\$ 114 milhões.

Denise, que tomou posse nesta terça-feira em Brasília, receberá o cargo formalmente no próximo dia 8, às 10h, e vai liderar uma comunidade integrada por 67 mil estudantes de graduação, pós-graduação e ensino a distância, além de 4 mil docentes.

topo ↕

AGÊNCIA CÂMARA - TEMPO REAL

Educação indígena tem problemas de gestão, orçamento e estrutura, dizem especialistas

O tema foi debatido em audiência pública da comissão externa da Câmara que acompanha ações do Ministério da Educação

Especialistas apontam problemas de gestão, orçamento e estrutura para a educação indígena no Brasil. O tema foi debatido nesta terça-feira (3) em audiência da comissão externa da Câmara que acompanha as ações do Ministério da Educação (MEC). Na avaliação do Conselho Nacional de Educação (CNE), a situação é "ruim" nas 3.345 escolas indígenas do país, onde estudam quase 256 mil alunos.

A conselheira Suely Menezes sintetizou o diagnóstico quanto a dois dos principais gargalos da área: a formação de professores e a qualidade da oferta e funcionamento das escolas. "A grande discussão é operacional: são legislações e normas ignoradas, desobedecidas ou interpretadas de modo equivocado, gerando muita frustração, desânimo e até revolta nas populações".

Organizadora do debate, a deputada Joênia Wapichana (Rede-RR), deu exemplos práticos dos problemas atuais. "Para se ter ideia, as crianças só começaram o ano letivo praticamente em maio, enquanto outras escolas do Brasil todo já estão quase de férias. E há professores que, com o pouco salário que têm, ainda devem dar conta da limpeza da escola, da merenda escolar e do transporte. Essa é a realidade", lamentou.

Censo

O próprio Ministério da Educação apresentou dados do Censo da Educação Básica, do ano passado, que apontam número elevado de escolas indígenas sem tratamento de água (1.970), esgoto sanitário (1.634) nem energia elétrica (1.076). A esmagadora maioria não tem biblioteca (3.077) nem banda larga (3.083). Outro ponto preocupante: das 3.345 escolas, cerca de 30% (1.029) não funcionam em prédios escolares e quase

metade (1.546) não utiliza material didático específico da educação indígena.

Para reverter esse quadro, o CNE elabora as diretrizes nacionais dos parâmetros de qualidade da educação indígena e quilombola. Relatora desse processo, Suely Menezes pretende cobrar mecanismos mais eficazes de punição dos gestores nas leis e demais normas. "Não dá para pensar em qualidade se a gente não pensar nos aspectos culturais, indenitários, linguísticos, territoriais, pedagógicos. É fundamental a gente discutir as penalidades".

Plano Nacional

Até dezembro, o governo federal pretende elaborar o Plano Nacional de Educação Escolar Indígena com foco no fortalecimento das ações de União, estados e municípios e no controle social. Porém, o representante do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena, Ibui Pataxó, se queixou da falta de investimento público e do que chamou de "riscos de retrocesso" no governo Bolsonaro.

"Como se constrói um plano nacional sem recurso específico para educação escolar indígena? Não tem como discutirmos educação escolar indígena quando as nossas terras garantidas por lei são impedidas de ser demarcadas.

Herança

Já o secretário de modalidades especializadas de educação do MEC, Bernardo Goytacazes de Araújo, minimizou os problemas orçamentários, criticou estados e municípios que não aplicam os recursos repassados pelo MEC e ressaltou que os problemas atuais são "herança" de governos passados.

"Não houve contingenciamento na educação básica. Insistem em mentir em relação a isso. Por exemplo, hoje estão parados, só nos estados do Centro Oeste, R\$ 6,7 milhões para questão indígena", informou. Araújo reconheceu ainda a dificuldade em resolver a situação. "Fico muito satisfeito de vocês verem o tamanho do passivo e da herança que nós recebemos. Mas estamos aqui para trabalhar com isso".

Segundo o secretário, os recursos de emendas parlamentares são bem-vindos no apoio às escolas indígenas. Ele acrescentou que atrasos no repasse de recursos para programas de ensino superior de indígenas acontecem por recomendação do Tribunal de Contas da União, devido à falta de prestação de contas das universidades. O governo já anunciou 4 mil novas vagas no Programa Bolsa Permanência, voltado para universitários indígenas, quilombolas e em situação de vulnerabilidade.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Você é a favor ou contra a aplicação do Enem em formato digital? Vote!

MEC anunciou que planeja implementar projeto-piloto a partir de 2020 em 15 capitais. O Estado quer saber qual a sua opinião sobre o assunto

O Ministério da Educação divulgou nesta quarta-feira, 3, que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) passará a ser aplicado de forma digital a partir do próximo ano. O projeto prevê que 50 mil candidatos, em 15 capitais brasileiras, façam o modelo digital em 2020. A expectativa é de que o número seja ampliado progressivamente até 2026, quando a prova impressa será extinta.

O presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

(Inep), Alexandre Lopes, afirmou que está em análise a logística necessária para a contratação das empresas. "Mas vai ser nos mesmos moldes", disse. A ideia é ter um aplicador e computadores, que serão fornecidos pela empresa escolhida ou por parceiros onde o exame será realizado. Diferentemente do que ocorre hoje, o exame não precisará ser aplicado em escolas. "Bastará uma sala com estrutura."

Membro do Conselho Nacional de Educação (CNE) e ex-secretária executiva do MEC, Maria Helena Guimarães de Castro, disse ver com preocupação o prazo anunciado pelo atual governo para iniciar o projeto piloto. "Há anos nós tínhamos esse desejo, mas não fazíamos a transição por não sentirmos segurança."

Para Mônica Franco, diretora-executiva do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação (Cenpec), o governo precisa pensar e apresentar propostas para garantir a igualdade de condições para que todos façam a prova de forma digital. Ela lembra que muitas escolas ainda não disponibilizam computador ou internet para os alunos.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Comissão do Senado aprova inclusão de prevenção à violência contra mulher nas escolas

Especialistas dizem que medida representa avanço, mas que é preciso definir como será implementada

São Paulo

A CE (Comissão de Educação, Cultura e Esporte) do Senado aprovou nesta quarta-feira (3) um projeto de lei que quer acrescentar a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica.

O texto, do senador Plínio Valério (PSDB-AM), altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, que hoje obriga as escolas a abordar a "prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente" e conteúdos relativos a direitos humanos, mas não inclui a prevenção da violência contra mulheres.

O projeto seguirá agora para a Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para análise em plenário.

Na justificativa do texto, o parlamentar afirma que a violência contra a mulher representa uma epidemia digna de preocupação e que a inclusão do tema nas aulas ampliará o interesse de professores no assunto.

A senadora Daniella Ribeiro (PP-PB), relatora do texto, afirmou na sessão da CE que a aprovação da medida representa uma conquista em prol das mulheres. "Se a gente não tratar do tema dentro das escolas, vamos enxugar gelo", afirmou.

Para especialistas no tema consultadas pela Folha, a iniciativa representa um avanço na prevenção à violência de gênero.

Uma das razões para isso é que o texto traz a possibilidade de formalizar algo que já está previsto na Lei Maria da Penha, diz a socióloga Wânia Pasinato, especialista em violência contra mulheres.

O texto de 2006 diz que devem ser destacados nos currículos escolares conteúdos relativos à equidade de gênero e ao problema da violência contra a mulher.

O diferencial do projeto aprovado nesta quarta em relação a outros que buscam incluir a temática nas escolas, segundo ela, é que este texto fala em prevenção de todo e qualquer tipo de violência contra a mulher. Ou seja, amplia a visão sobre violência e traz ideia da prevenção, não apenas de combate.

“Estamos sempre falando daquela violência que já ocorreu. E se você trata a partir das disciplinas, consegue trabalhar na forma preventiva”, afirma. “Pode mudar forma como relações acontecem, para que violência deixe de ser um problema em algum momento.”

Para a especialista, o ideal seria que o tema fosse integrado a todas as disciplinas, em vez de ser abordado em aulas separadas e periódicas, como aulas de história que tratem da construção das diferenças entre homens e mulheres na sociedade, por exemplo.

“Existem muitas possibilidades para se trabalhar o resgate dessa construção desigual entre homens e mulheres e mostrar como ela sustenta a violência”, diz a socióloga.

A promotora de Justiça Gabriela Manssur, que atua no Gevid (Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica), afirma que o projeto é essencial diante dos índices alarmantes de violência. Ela já participou de um projeto em escolas públicas de São Paulo focado no tema.

“O mal deve ser cortado pela raiz”, diz ela. “Tratar de violência nas escolas vai atingir a criança que sofre violência dentro de casa, criar uma nova cultura para que meninos e meninas sejam cidadãos melhores, que respeitem direitos fundamentais, e prevenir a violência dentro da escola.”

A promotora sugere que sejam feitas rodas de conversas e produzidos materiais que tratem da questão de forma lúdica, como gibis e cordéis, para que haja um envolvimento dos jovens.

Uma pesquisa realizada pela Universidade Rutgers e pela Universidade de New Hampshire, ambas nos Estados Unidos, divulgada em maio deste ano, mostrou que ações de combate à violência contra a mulher com estudantes podem ser benéficas.

Durante quatro meses, houve workshops semanais para 292 meninos do 6º ao 9º ano focados no conceito de “masculinidade positiva”. Aulas sobre empatia, relacionamentos saudáveis e violência de gênero, além de discussões em grupo, foram algumas das atividades realizadas.

Como resultado, segundo o estudo, os meninos mudaram as crenças que tinham a respeito de atitudes violentas, como assédio e violência sexual.

O Centro Educacional Brandão, na zona sul de São Paulo, adotou uma iniciativa semelhante. Alunos do ensino fundamental participaram de palestras que trataram de paradigmas relacionados à masculinidade e das relações de poder associadas ao sexo masculino.

A última palestra contou com a participação de meninas, que deram depoimentos e disseram como desejam ser reconhecidas e tratadas.

O objetivo, segundo a escola, foi discutir assuntos que ajudem a formar homens “respeitosos, sensíveis, responsáveis e competentes” e capazes de “exercitar o autocontrole”. Um novo ciclo de atividades está previsto para o segundo semestre.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

ProUni tem menor oferta de bolsas integrais e para cursos presenciais Entre subsídios oferecidos para alunos de baixa renda, vagas para cursos a distância são maioria

Brasília

O volume de bolsas integrais do ProUni (Programa Universidade Para Todos) — direcionadas aos alunos mais pobres — vem caindo, enquanto avança a oferta de subsídios para cursos de EAD (educação a distância), em geral de menor qualidade.

Além disso, as vagas EAD passaram a dominar a modalidade de bolsas integrais.

Alterações no perfil de bolsas têm ocorrido pelo menos desde 2016 e se intensificaram neste ano, sob o governo Jair Bolsonaro (PSL).

Na prática, estudantes de baixa renda têm tido menos opções. Para especialistas, o ProUni passa por um esvaziamento de qualidade que compromete o alcance da política.

Criado em 2005, o ProUni teve, até 2015, em média 69% das bolsas na modalidade integral. Esses benefícios são voltados para estudantes com renda per capita de até 1,5 salário mínimo.

O restante é parcial (o aluno precisa pagar metade das mensalidades) e o limite de renda por pessoa sobe para até 3,5 salários mínimos.

Em 2015, por exemplo, 62% das bolsas eram integrais. Neste ano, esse percentual caiu para 45% do total.

Dentro do universo dos subsídios integrais, 25% foram de EAD em 2015. Já neste ano, esse índice subiu para 45%. Se consideradas apenas as bolsas do segundo semestre, o percentual foi de 51%.

O EAD correspondia, no total, a 20% das vagas em 2015 e passou a representar 26% neste ano. O setor superior privado registrou 25% das matrículas no ensino a distância em 2017 (dado mais recente), o que segue a tendência geral das bolsas.

Mesmo com um volume maior de bolsas em 2019 do que em 2015 (413.114 e 329.117, respectivamente), há, agora, menos bolsas integrais e para cursos presenciais.

Os candidatos tinham 153.810 vagas com essa configuração em 2015. Neste ano, foram 101.643.

Moradora de Cariacica (ES), região metropolitana de Vitória, Andressa Prattis, 24, foi selecionada para uma bolsa em pedagogia, mas não conseguiu a desejada vaga presencial.

Ela vive com o marido, que está desempregado, e os dois filhos e se sustenta com a ajuda da família.

"Só tinha EAD por aqui, foi massacrante. Acho que o presencial é melhor, tem o contato com os professores, com os colegas", diz.

O ProUni prevê isenção tributária para as instituições de ensino superior como contrapartida das bolsas. A projeção da Receita Federal é que o programa custe R\$ 2,2 bilhões aos cofres públicos em 2019.

Para participar, as instituições devem reservar uma vaga integral a cada dez alunos pagantes em cada curso.

Há abertura, no entanto, para que bolsas parciais componham o mínimo exigido pelo programa para garantir a isenção tributária.

A escolha de oferecer mais bolsas integrais em cursos na modalidade EAD é das instituições. Os cursos a distância são mais baratos e a inclusão de mais alunos praticamente não altera a planilha de custos das instituições. Em 2019, apenas 10% das bolsas parciais foram em EAD.

O diretor-executivo do Semesp (entidade que representa mantenedoras do ensino superior privado), Rodrigo Capelato, diz que a alta do EAD reflete a expansão da modalidade e a predominância de bolsas parciais tem sido uma estratégia para ocupar as vagas e manter o programa.

"As instituições passaram a ter dificuldades para preencher todas as vagas porque, para bolsa integral, precisa ter baixa renda. E como há a exigência de nota mínima no Enem para participar [de 450 pontos], o universo potencial de alunos fica reduzido", diz. "Quando vai para um limite maior de renda [no caso das parciais], as escolas conseguem."

Caso não haja ocupação de vagas, a instituição perde a isenção proporcionalmente.

Capelato diz que o EAD na modalidade integral colabora com a permanência do aluno mais pobre. "Não é só a questão da gratuidade da mensalidade. Mas muitas vezes o aluno não consegue cursar porque não tem renda para deslocamento, alimentação."

O ensino a distância é a aposta das empresas para a expansão de matrículas, mas os indicadores de qualidade são piores.

Na última avaliação federal, o Enade de 2017, 6,1% dos cursos presenciais tiveram conceito máximo; no EAD, o percentual foi de 2,4%.

Apesar do avanço da modalidade no ProUni, o programa reduziu sua abrangência nacional. No 2º semestre de 2010, por exemplo, havia vagas em 982 municípios, contra 926 neste segundo semestre.

Para Wilson Mesquita, professor da UFABC e estudioso do setor privado, essas mudanças surpreendem por ocorrer justamente no cenário de crise econômica e redução do Fies [Financiamento Estudantil], que garantia recursos às instituições privadas. "E o

problema é que o suporte do EAD [para aulas] ainda é alvo de reclamação frequente entre os alunos."

O ProUni foi uma das marcas dos governos do PT por possibilitar o ingresso de alunos de baixa renda no ensino superior. Para Luiz Cláudio Costa, ex-secretário-executivo do MEC no governo Dilma Rousseff (PT), é natural que o EAD avance, mas é importante que o governo reflita sobre o objetivo da política pública.

"É necessário que haja revisão para verificar como deve ficar a proporção de modalidades e se o estudante de baixa renda tem condição de escolha", diz. "Como as pessoas não podem pagar, é importante aumento da integralidade".

Em nota, o MEC informou que a lei determina a oferta de bolsas em cada curso efetivamente instalado na instituição, o que inclui EAD e presencial. "Os programas do MEC são sempre avaliados com vistas ao aprimoramento", diz a nota.

A equipe de Mendonça Filho, ministro da Educação no governo Temer (MDB), não quis comentar.

topo ↕

BLOG DO REINALDO AZEVEDO - TEMPO REAL

MEC tenta excluir perfil de Weintraub na Wikipédia alegando dubiedade

O Ministério da Educação (MEC) solicitou na última quinta-feira, 27, à enciclopédia colaborativa Wikipédia que o verbete sobre o ministro da pasta, Abraham Weintraub, fosse excluído. Segundo apurou o Broadcast Político, o MEC alegou que a página conteria "informações não confirmadas" que poderiam levar a "interpretações dúbias".

A mensagem enviada pelo MEC, à qual a reportagem teve acesso, justifica o pedido de exclusão pela "impossibilidade de edição" do conteúdo por parte do ministério.

"A Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação do Brasil, tomando conhecimento da criação desta página no dia 8 de abril de 2019 e a da impossibilidade de edição por este órgão governamental, solicita a exclusão da página do ministro Abraham Weintraub", afirma o texto enviado pelo MEC à Wikipédia. "A página contém informações não confirmadas com a pessoa pública ora em destaque, contribuindo para interpretações dúbias. Com a restrição, a pessoa física/jurídica fica incapacitada de declarar a ampla defesa e o contraditório."

Procurado, o MEC confirmou à reportagem que pediu a remoção do artigo e também reconheceu o conteúdo do email, mas não comentou a solicitação nem esclareceu quais trechos do artigo sobre Weintraub motivaram o contato. A solicitação do ministério foi feita por um mecanismo automático da plataforma, no qual é possível enviar um email ao usuário responsável pela última edição.

O verbete sobre Weintraub na Wikipédia foi criado no dia 8 de abril, pouco mais de três horas depois do presidente Jair Bolsonaro (PSL) anunciar pelo Twitter que ele sucederia Ricardo Vélez Rodríguez no comando do MEC.(...)

Por Gregory Prudenciano, no Estadão.

** Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do UOL

topo ↗

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Enem digital divide opiniões de professores e estudantes

Novo formato do exame foi anunciado nesta quarta-feira (3)

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) terá aplicação digital a partir de 2020. O anúncio, feito pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, e o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Alexandre Lopes, em coletiva de imprensa na manhã desta quarta-feira (3), dividiu opiniões de estudantes e professores.

O presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep), Ademar Batista, avalia o novo modelo de forma positiva. “Eu acho que é bom, é um avanço. Há uma tendência de automatizar os processos”, afirma. “A gente espera que, com essa versão tecnológica, venham algumas inovações no sentido de dar um retorno mais rápido às escolas, para que elas saibam no que podem melhorar”, completa.

“Eu tenho absoluta certeza de que é melhor. Você não pode dar as costas para a tecnologia hoje”, afirma Álvaro Domingues, presidente do Sindicato dos Estabelecimentos particulares de Ensino do Distrito Federal (Sinepe). De acordo com ele, o Enem digital é mais rápido e prático. “Você não tem que ter toda aquela logística de distribuição de provas físicas, o que é caro. Além disso, você consegue realizar mais de um exame por ano, gerar mais dados, mais resultados”, explica. “Eu sou absolutamente a favor. Acho que já estamos chegando tarde nesse processo”, opina.

Sami Izat, professor de química da Secretaria de Educação do Distrito Federal e do pré-vestibular Exatas, discorda que o novo formato será melhor. “Eu sou professor da rede pública e, vendo o que o governo oferece para a educação básica, eu acredito que depender da tecnologia pode ser ruim”. De acordo com o professor, o Enem digital é “um pouco perigoso” e dá margem para fraude. “É mais econômico para o governo, mas é mais difícil ter um controle disso”, diz.

O professor de química e coordenador do Colégio Galois, Euclides Chacon, analisa as vantagens e desvantagens do exame na versão digital. “Eu acho que já está passando da hora de a gente ter um Enem completamente digital. Inclusive porque a correção e o sistema de aplicação da prova se tornam mais precisos”, diz. “Agora, como é que vai ficar a logística de aplicação? As localidades que estão muito afastadas das capitais vão ter condições de infraestrutura para implementar o novo modelo?”, questiona. Ainda de acordo com o docente, que também é professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal, é necessário analisar se o Enem digital é seguro.

Opinião dos estudantes

A estudante Giovanna Letícia Maia, 16, está no 2º ano do ensino médio e prestará o Enem ano que vem. Para ela, o formato digital não é vantajoso. “A prova vai ser mais complexa. Vai ser complicado para aquelas pessoas que não têm tanto acesso a tecnologia e informação”, diz. “Eu acho que o novo formato não é uma boa ideia”, completa. Giovanna faz ensino médio integrado a informática no Instituto Federal Goiano (IFGoiano), no câmpus Campos Belos.

“Eu acho que essa mudança na aplicação da prova traz um pouco de insegurança, porque rompe com a tradição com a qual já estávamos acostumados”, diz Davi de

Macedo, 16, estudante do 2º ano do ensino médio do Exatas. “Mas também penso que essa modernização do Enem é uma resposta às novas ferramentas da educação e do mercado de trabalho. Acredito que é natural que os mecanismos de avaliação se adaptem”, completa. Ainda de acordo com o estudante, é imprescindível que seja feita uma boa fiscalização para que não haja fraudes no exame.

Saiba o que vai mudar no exame

Em 2020, o Enem digital será aplicado de forma opcional em 15 capitais brasileiras, inclusive no Distrito Federal. O valor da taxa será o mesmo para a prova física e para a digital. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), em 2026 a versão em papel não será mais distribuída, e o exame só será realizado online.

Ainda segundo o MEC, o Enem digital permitirá a aplicação de questões mais interativas, com vídeos, infográficos e até jogos. Além disso, a prova será feita por agendamento.

*Estagiária sob a supervisão de Ana Sá

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Estudantes se mostram preocupados com aplicação digital do Enem

Alunos temem que falta de estrutura nas escolas prejudique a realização dos testes em computadores. Ministro diz que implementação gradual garantirá o sucesso da novidade

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) será aplicado por meio digital a partir de 2020. O anúncio foi feito nesta quarta-feira (3/7) pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, e pelo presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Alexandre Lopes. No ano que vem, segundo o ministério, a prova será oferecida de forma opcional a 50 mil alunos de 15 capitais brasileiras. O valor da inscrição será o mesmo para todos os candidatos.

O objetivo é que, até 2026, as provas sejam feitas integralmente por meio digital. No entanto, alunos e especialistas consideram que, se, por um lado, a iniciativa parece transformadora, por outro, aparenta não levar em consideração as desigualdades regionais e de inclusão digital, além de possíveis problemas de logística e de falta de banco de itens de questões.

O estudante Gabriel Santos, 23 anos, está no segundo ano do cursinho e almeja passar em medicina. Ele fará o exame este ano. Santos não acredita que as medidas anunciadas sejam positivas: “A maioria das provas é aplicada em colégios públicos, e é só ir a algum colégio para ter noção do estado das máquinas. Acredito que muitos computadores darão problemas e muitos candidatos poderão ser prejudicados”.

Luisa Lambach, 20, também participará da prova em 2019 para tentar uma vaga em medicina. Ela considera que, para o ano que vem, a prova digital não é uma boa opção. “Os computadores existentes não são tão bons, e pode ser que haja problema. Além disso, o fato de ser digital atrapalha a prova em si. A redação, por exemplo, eu acho importante escrever à mão, fazer rascunho, poder rasurar, pensar, faz parte do processo”, alega.

Sobre o assunto, Weintraub ressaltou que é necessário um olhar otimista para o futuro e

que a implementação será feita progressivamente. “A gente está com um olhar no futuro dentro da realidade atual. A gente vai ter sucesso nisso”, destacou. Lopes, informou que o MEC não investirá na compra de novos computadores para a aplicação do exame e que “foi levada em consideração a nossa capacidade de expandir o banco de itens”.

“Vamos utilizar a base já instalada não só nas unidades de ensino. No mundo digital, muda. Pode utilizar outras instituições que tenham disponibilizadas salas com infraestrutura de informática para aplicação de prova. É isso que vamos identificar ao longo do tempo”, disse.

Agendamento

Segundo a pasta, a aplicação do Enem neste ano será normal. No caso do Enem digital, será aplicado em 11 e 18 de outubro de 2020. O presidente do Inep afirmou que o objetivo é fazer várias aplicações do exame ao longo do ano, “por agendamento, como se fosse para tirar o passaporte”. “O aluno vai escolher a cidade, o dia e vai marcar a prova”, afirmou. “Aquele aluno que optar pelo Enem digital não será prejudicado, porque se tiver algum problema de logística, de computador, por exemplo, ele será redirecionado para uma reaplicação”, explicou.

Em 2020, portanto, o Enem terá três aplicações: a digital, a regular e a reaplicação. Este último caso é voltado para candidatos prejudicados por algum problema logístico ou de infraestrutura durante a realização da prova digital. Eles terão direito a fazer a prova em papel. O MEC contratará um consórcio para organizar as novas edições do exame e descarta riscos de invasão de hackers ou fraudes.

As capitais que receberão a prova em formato digital em 2020 são: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campo Grande, Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, Goiânia, João Pessoa, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Economia

O MEC aponta, ainda, a economia que será gerada sem a impressão de papel. “Somente em 2019, mais de 10,2 milhões de provas serão impressas para o Enem. Os custos da aplicação superam R\$ 500 milhões para os mais de 5 milhões de participantes confirmados na edição”, afirmou o órgão. Em 2026, a versão em papel para de ser distribuída e o exame só será em formato digital.

Para a diretora do Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF), Rosilene Corrêa, a tecnologia deve ser entendida como um avanço, mas quando se depara com a realidade do país, de congelamento de investimentos na educação, a meta de tornar 100% digitais as provas do Enem até 2026, parece estar longe de se tornar concreta. “É uma contradição o ministro anunciar isso. Tem escolas que sequer têm laboratórios. O caminho é esse, mas é preciso que o governo decida se haverá investimento. Tecnologia impõe investimento. Também pode gerar discriminação, pois onde tem estrutura será contemplado. E no interior do país, os alunos ficarão à margem? Mesmo em Brasília, do ponto de recursos tecnológicos, estamos distantes de algo razoável. Não se pode falar de mudança com perspectiva de retrocesso”, apontou.

* Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira

Conteúdo

Ao contrário do que havia determinado o presidente Jair Bolsonaro sobre as provas do Enem, as questões não foram lidas antecipadamente. Segundo o ministro da Educação,

Abraham Weintraub, “eu não li a prova, o presidente não leu, e o Camilo não leu”, disse. Em seguida, deixou claro que o objetivo é acabar com o viés ideológico das questões nas provas. “Sobre os funcionários que trabalham conosco, quem não performar conforme o esperado, a gente vai desligar”, afirmou.

topo ↕

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - NOTÍCIAS

FGV Direito Rio recebe inscrições para bolsa de Pós-Doutorado da CAPES

O Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da Regulação (PPGD) da FGV Direito Rio recebe inscrições para concessão de Bolsa de Pós-Doutorado da Agência de Fomento da **CAPES**. Para participar é preciso possuir título de doutor, obtido em cursos avaliados pela **CAPES** e reconhecidos pelo CNE/MEC. As inscrições podem ser realizadas até o dia 16 de setembro de 2019.

No ato de inscrição, é necessário enviar projeto de pesquisa de no máximo 15 laudas de acordo com as orientações contidas no edital – além de carta de motivação e currículo atualizado na Plataforma Lattes do CNPq e demais documentos. O processo seletivo será dirigido pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da Escola e será composto por duas etapas eliminatórias.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Comissões da Câmara aprovam convocação de um ministro e convite a outros cinco

Ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque foi convocado para explicar política de preços de óleo diesel com criação do Cartão Caminhoneiro. Convocação obriga ao comparecimento.

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (3) a convocação do ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque. Outras quatro comissões aprovaram convites a mais cinco ministros (leia mais abaixo).

Por se tratar de uma convocação, Albuquerque é obrigado a comparecer à comissão na Câmara. Ainda não há data definida para a audiência.

Os deputados querem do ministro esclarecimentos sobre a política de preços de óleo diesel e da criação do Cartão Caminhoneiro.

O governo implementou o Cartão Caminhoneiro em maio deste ano, na tentativa de estabilizar, pelo menos a cada 30 dias, o preço do diesel.

Os deputados já tinham convidado o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, para uma audiência pública nesta quarta-feira (3) – em caso de convite, o comparecimento não é obrigatório.

No entanto, compareceu um gerente de marketing da empresa. Parlamentares consideraram o gesto desrespeitoso e por isso decidiram pela convocação de Albuquerque.

A assessoria do ministro informou que a pasta ainda não recebeu a convocação oficial, “mas vai atender, como sempre faz”.

Convites a outros ministros

Outras comissões aprovaram convites a cinco ministros: Tereza Cristina (Agricultura); Luiz Henrique Mandetta (Saúde); Augusto Heleno (Segurança Institucional); Fernando Azevedo (Defesa); e Abraham Weintraub (Educação). Nenhum dos convites aprovados pelas comissões tem data definida para a audiência.

Agricultura e Saúde - A ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Tereza Cristina e o ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta serão convidados para falar na Comissão de Defesa do Consumidor sobre a liberação de 42 novos agrotóxicos neste ano.

Segurança Institucional e Defesa - A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados aprovou o convite dos ministros Augusto Heleno, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), e Fernando Azevedo e Silva, da Defesa. Ambos devem prestar esclarecimentos sobre a apreensão de 39 quilos de cocaína em um avião presidencial da Força Aérea Brasileira (FAB), na semana passada. Os dois ministros também serão convidados para comparecer à Comissão de Direitos Humanos e Minorias para falar sobre o mesmo assunto.

Educação - O ministro da Educação Abraham Weintraub será convidado pela Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público para explicar mensagem que publicou em redes sociais no último dia 27, criticando governos anteriores em relação à apreensão de cocaína no avião da FAB. Parlamentares argumentam que a publicação feriu o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

topo 

G1 - TEMPO REAL

Enem digital é melhor que Enem em papel? Veja o que dizem especialistas
Projeto-piloto anunciado pelo MEC na quarta (3) vai ser aplicado para 50 mil estudantes, que poderão usar a nota para concorrer com os demais candidatos por vagas no Sisu.

Uma versão digital do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), como a anunciada nesta quarta-feira (3) pelo governo federal, é vista por especialistas como um passo necessário para aprimorar a prova, mas que precisa levar em consideração aspectos como a desigualdade de acesso e a necessidade de nivelar a dificuldade dos dois formatos durante o período de transição.

De acordo com o modelo divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o piloto começará em 2020 com 50 mil estudantes, ou 1% do total previsto de candidatos, e será escalonado gradualmente até se tornar 100% digital em 2026.

Veja abaixo os principais pontos do projeto e as opiniões de dois pesquisadores especialistas na área de avaliações em larga escala:

Em 2020, o Enem terá as duas aplicações anuais, além de uma aplicação em formato digital em dois dias de outubro;

A aplicação em 2020 será em 15 capitais brasileiras (veja no mapa);

A adesão dos candidatos será opcional no ato de inscrição, até um total de 50 mil participantes, o equivalente a 1% do total de participantes;

O valor da inscrição será o mesmo para todos os participantes;

Entre 2021 e 2025, o Inep ampliará o número de aplicações do Enem digital, ainda em formato piloto e participação opcional; em 2026, a prova será 100% digital;

Tanto as provas objetivas quanto a prova de redação serão feitas em formato digital no piloto;

O Enem para Pessoas Privadas de Liberdade (PPL) só passará ao formato digital a partir de 2026.

Para comentar as mudanças, o G1 ouviu o professor Ocimar Alavarse, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), e Tadeu da Ponte, professor e coordenador dos processos seletivos do Insper e fundador da empresa de avaliação Primeira Escolha.

O Enem digital é mais seguro?

Sim, mas ele não é imune a fraudes. Segundo Alavarse, é mais controlável a segurança por computador do que no papel, mesmo que não sejam eliminados todos os riscos.

Segundo ele, "existem questões de segurança que não dependem da mídia", já que o Enem é um exame visado por quadrilhas que tentam fraudar vestibulares para carreiras disputadas. "Mas quando você faz no papel, você tem que distribuir a prova, expõe muito mais o processo a ataques", completou ele.

No exame digital do Pisa, o ranking mundial de educação feito a cada três anos, o professor da USP explica que é comum que as máquinas usadas na aplicação passem por dois passos importantes: primeiro, apaga-se o HD dos computadores; depois, a internet é cortada.

"Você garante que não tem nenhuma cola instalada no computador e que ninguém de fora pode acessar a máquina. Isso diminui o risco, mas não elimina completamente, porque em algum momento essa prova foi elaborada, e alguém pode ter tido acesso a ela e repassado a alguém", diz Ocimar Alavarse (USP).

Tadeu da Ponte explica que, em alguns lugares do mundo, os candidatos inclusive são monitorados por câmeras que também captam o áudio ambiente, "para ver se ele não faz nada anômalo". Além disso, o especialista diz que já existem algoritmos de inteligência artificial capazes de fazer esse monitoramento, para evitar que alguém precise fazê-lo. "Porque daí seria a mesma coisa que aplicar no papel", explicou ele sobre a necessidade de contratação de fiscais.

No entanto, os especialistas lembram que tentativas de fraude sempre vão ocorrer em exames que servem para disputas altamente concorridas, como vagas em vestibulares de prestígio.

O Enem digital tem metodologia melhor?

Em termos. A metodologia continua a mesma: a famosa Teoria de Resposta ao Item (TRI). Mas a prova no computador pode dar ao avaliador mais informações sobre os candidatos. "Se o aluno faz a prova de linguagens em muito tempo, e sobra pouco tempo pra ciências humanas, você não tem como controlar no papel, é impossível", explica o especialista do Insper.

Na versão em tela, "você sabe qual foi o tempo que o aluno gastou para fazer cada uma das questões, é possível dar um tempo separado para cada área", diz Tadeu da Ponte. Além disso, Alavarse lembra que os enunciados podem ser feitos usando fotos coloridas

— muito caras para um caderno de provas impresso — ou vídeos, áudios, imagens em movimento, entre outras ferramentas que não chegam até o papel.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, também ressaltou que a tela oferece novos formatos de questões que são impossíveis no papel, e disse que, depois que a transição estiver completa, "a imaginação é o limite".

Segundo o ministro, se um dia o Inep tiver um "banco de itens infinitos", com um volume muito grande de questões, é possível que ele se torne público e que uma prova do Enem seja elaborada em tempo real para um candidato.

Atualmente, o Inep, segundo fontes ouvidas pelo G1, dispõe de um número insuficiente de itens para realizar mais do que três edições por ano — a aplicação regular, a replicação e a prova "backup".

TBC x TAI

Apesar de a metodologia ser a mesma, o Enem digital abre caminho para a aplicação de tecnologias de avaliação com o auxílio do computador que são impossíveis no formato impresso.

Segundo os especialistas, uma prova pode ser simplesmente uma versão em suporte digital do que antes era impresso (ou seja, um "teste baseado em computador", ou TBC), mas também pode ser um "teste adaptativo informatizado" (TAI, também chamado de CAT, na sigla em inglês).

Nesse segundo caso, o computador vai adaptando o teste em tempo real e para cada participante, à medida que ele acerta ou erra as questões apresentadas. A grande vantagem disso é que, enquanto no Enem em papel todos os candidatos precisam responder a 45 questões de cada prova, para que o sistema consiga avaliar e colocar em uma escala a proficiência de cada um deles, no computador é possível chegar a essa mesma precisão com menos tempo.

Há alguns anos, a USP testou uma versão da hoje extinta Provinha Brasil na rede pública municipal em São Paulo. Na ocasião, foi adotado o método TAI. "As questões vão sendo apresentadas conforme o candidato vai respondendo. No TAI, em vez de o aluno fazer 90 questões, pode fazer de repente 30, ou 20, e você estima a proficiência muito melhor", explicou Alavarse.

Mas o projeto-piloto do Inep, pelo menos até 2026, não vai adotar esse método. Alexandre Lopes, presidente da autarquia, explicou que, enquanto alguns candidatos estiverem fazendo a prova em papel e outros, a prova digital, não é possível garantir a isonomia para adotar o TAI.

O Enem digital vai aumentar a desigualdade?

Provavelmente é o que vai acontecer, principalmente no período de transição, diz Alavarse, da USP. Ele afirma que é inadequado que o Inep aplique um projeto-piloto que terá notas válidas para a concorrência com quem fez a edição em papel.

"Um dos principais problemas a serem enfrentados é: a dificuldade da prova em papel é a mesma da prova em computador? Vamos ter que pedir pro Inep estudos, pré-testes",

disse ele.

Procurado pelo G1 na tarde desta quarta-feira, o Inep informou que o piloto de outubro de 2020 será o primeiro teste do formato. A prova digital usará o mesmo banco de itens já existente.

O professor da USP afirmou que, na pesquisa da Provinha Brasil aplicada em alunos paulistanos, alguns dos itens da versão em tela apresentaram variação no nível de dificuldade em relação à edição em papel. Por isso, o ideal seria pré-testar e identificar quais questões poderiam ou não oferecer vantagens diferentes por causa do formato.

Rede pública x rede privada

Além disso, nos primeiros anos da prova digital, os candidatos de escolas particulares, que também são os de renda familiar mais alta, terão mais uma vantagem sobre os alunos de fora dos grandes centros e matriculados na rede pública.

"As escolas privadas, que têm mais recursos, certamente vão acelerar o processo [de adaptação a provas no computador], algumas já fazem no computador", diz Alavarse. "Resta saber se as públicas terão capacidade de fazer o mesmo com seus alunos. Tudo indica que não."

Embora não haja planos de que o Enem digital seja aplicado na casa de cada estudante, o acesso a computadores como meio de estudo e de adaptação para o novo formato deve favorecer os candidatos da rede privada.

Segundo a pesquisa TIC Educação, realizada anualmente pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), a maioria dos estudantes de escola particular têm computador de mesa, portátil ou tablet em casa. Já os de escola pública são minoria (veja gráfico abaixo).

Segundo Alavarse, o grande "desafio de fundo", que já é verificado hoje, com o Enem em papel, mas que pode se aprofundar na versão digital, é "dar condições a todos para disputarem uma vaga que só dependesse das suas proficiências; hoje a gente sabe que outros fatores contam muito".

[topo](#)

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Reitora da UFRJ apresenta plano de ação nesta quinta-feira

Agência Brasil

Primeira mulher empossada na reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ) em 99 anos, a professora do Instituto de Biofísica da instituição, Denise Pires de Carvalho, convocou para esta quinta-feira (4) uma reunião extraordinária do primeiro Conselho Universitário. Na reunião, Denise apresentará as linhas gerais de um plano de ação a ser implementado em curto prazo na instituição.

O plano será iniciado com a Pró-Reitoria de Graduação, disse Denise hoje (3) à Agência Brasil. O objetivo é mostrar à comunidade as metas de planejamento para reduzir o nível de evasão e fortalecer o ensino a distância, associando parte deste ao presencial. "Um planejamento mais imediato será apresentado amanhã", informou a reitora.

Denise estimou em 50% a evasão nos cursos de graduação da UFRJ, ou seja, "metade

dos alunos que ingressam” na instituição.

Segundo a reitora, o índice de desistência varia de curso para curso. Ela pretende fazer um estudo dos últimos 10 anos para verificar o grau de evasão por curso, porque as causas são muito diferentes. “Uma vez identificadas as causas, vamos tentar diminuir esses índices. Sabemos que muitos estudantes saem no fim do curso. É diferente o estudante que para no primeiro ano do curso daquele que sai no último [ano]. Vamos abordar os diferentes problemas para tentar aumentar o número de concluintes.”

Segunda etapa

Em reunião posterior do Conselho Universitário ordinário, Denise pretende apresentar o planejamento para enfrentar problemas mais administrativos, que incluem orçamento e governança. “Para que toda a comunidade saiba os problemas relacionados ao orçamento, o que existe em termos de contas a pagar. Tudo isso será mostrado à comunidade acadêmica”, afirmou.

A reitora, que tomou posse ontem (2), disse que já está trabalhando na revisão do orçamento da universidade. Uma comissão será formada para analisar o orçamento com a Pró-Reitoria de Finanças. O objetivo é “publicizar” a questão orçamentária para que toda a comunidade acadêmica saiba quais são os gastos com luz e água e para que essas despesas sejam revistas e reduzidas.

No entanto, ela disse temer que, mesmo fazendo o “dever de casa”, se o corte anunciado pelo Ministério da Educação (MEC) permanecer, a universidade tenha dificuldades para pagar a limpeza, a segurança e a conta de luz. O orçamento de custeio da UFRJ chega a R\$ 360 milhões, e o contingenciamento previsto é em torno de R\$ 114 milhões.

Denise, que tomou posse nesta terça-feira em Brasília, receberá o cargo formalmente no próximo dia 8, às 10h, e vai liderar uma comunidade integrada por 67 mil estudantes de graduação, pós-graduação e ensino a distância, além de 4 mil docentes.

topo ↕

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE - TEMPO REAL

Projeto que ensina inglês a moradores de rua é premiado

Um projeto que ensina língua estrangeira a moradores de rua e pessoas em situação de vulnerabilidade social venceu seleção nacional promovido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, ligada ao Ministério da Educação. A ganhadora é a professora Maristela Rabaiolli, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre, localizada no Centro Histórico e especializada no atendimento a esse público, que embarca nesta quarta-feira, 3, para uma temporada de dois meses de estudos no Canadá.

O projeto foi um dos 99 selecionados pelo edital do Programa de Desenvolvimento Profissional de Professores da Educação Básica no Canadá. “Ensino e aprendizagem de língua adicional para moradores de rua e pessoas em situação de vulnerabilidade” ficou em primeiro lugar na Região Sul na categoria Ensino Fundamental Anos Finais. O primeiro mês na Fanshawe College, na cidade de London, será para o aperfeiçoamento dos estudos em língua inglesa e o segundo, para formação em Educação. Ela recebeu passagens, curso de formação, ajuda de custo, seguro saúde e alojamento em casa de família.

O projeto começou no ano passado e alcançou toda a escola, chegando a cerca de 80 frequentadores da Emef Porto Alegre. “Os estrangeirismos estão presentes no cotidiano da vida e na própria Língua Portuguesa. Tivemos muitos turistas em 2014 por ocasião da Copa do Mundo e eles manifestaram que sentiram a falta do conhecimento de outras línguas”, diz Maristela.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

MEC planeja Enem totalmente digital a partir de 2026. Entenda Plano foi anunciado nesta quarta pelo ministério. Piloto em 2020 deverá ser aplicado com 50 mil candidatos de 15 capitais

O Ministério da Educação informou nesta quarta-feira, 3, que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) passará a ser aplicado de forma digital a partir do próximo ano. O projeto prevê que 50 mil candidatos, em 15 capitais brasileiras, façam o modelo digital em 2020. A expectativa é de que o número seja ampliado progressivamente até 2026, quando a prova impressa será extinta. Entenda o assunto:

Quando será a mudança?

Um projeto-piloto terá início no ano que vem para 50 mil estudantes, de modo facultativo, em 15 capitais. A ampliação será progressiva até 2026, quando a prova de papel será extinta.

Haverá mudança no Enem deste ano?

Não, o formato digital só começa em 2020. O ministro Abraham Weintraub informou que a prova deste ano já foi enviada pela gráfica. Disse ainda que nem ele nem o presidente Jair Bolsonaro viram o exame - em 2018, Bolsonaro declarou que analisaria antes o conteúdo do teste. O Enem será nos dias 3 e 10 de novembro.

Quais são os benefícios?

MEC e especialistas dizem que, a longo prazo, o modelo é mais econômico e mais seguro, por ter logística menos complexa. Com o processo mais simples de elaboração e aplicação, o Enem poderia ser realizado em mais de uma edição ao ano. Outra possibilidade é, no futuro, usar mais recursos, como vídeos, infográficos animados e games.

Mas por que a mudança não foi feita antes?

O principal entrave é que o País não tem um banco de questões com tamanho suficiente para várias edições da prova. O MEC não falou se investirá na ampliação do banco - para se chegar a um tamanho considerado ideal, o custo estimado é de R\$ 50 milhões, 2,5 vezes maior do que a verba do piloto. A formulação de itens envolve várias etapas.

Isso encarece o Enem?

O MEC estima gastar R\$ 20 milhões com o projeto-piloto. O custo por candidato nesse modelo é 4 vezes maior do que o atual. A pasta afirma que os custos iniciais da versão digital serão "expressivamente maiores" na implementação, mas a expectativa é que sejam reduzidos ao longo dos anos.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Reitora da UFRJ apresenta plano de ação nesta quinta-feira

Primeira mulher empossada na reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ) em 99 anos, a professora do Instituto de Biofísica da instituição, Denise

Pires de Carvalho, convocou para esta quinta-feira (4) uma reunião extraordinária do primeiro Conselho Universitário. Na reunião, Denise apresentará as linhas gerais de um plano de ação a ser implementado em curto prazo na instituição.

O plano será iniciado com a Pró-Reitoria de Graduação, disse Denise hoje (3) à Agência Brasil. O objetivo é mostrar à comunidade as metas de planejamento para reduzir o nível de evasão e fortalecer o ensino a distância, associando parte deste ao presencial. "Um planejamento mais imediato será apresentado amanhã", informou a reitora.

Denise estimou em 50% a evasão nos cursos de graduação da UFRJ, ou seja, "metade dos alunos que ingressam" na instituição.

Segundo a reitora, o índice de desistência varia de curso para curso. Ela pretende fazer um estudo dos últimos 10 anos para verificar o grau de evasão por curso, porque as causas são muito diferentes. "Uma vez identificadas as causas, vamos tentar diminuir esses índices. Sabemos que muitos estudantes saem no fim do curso. É diferente o estudante que para no primeiro ano do curso daquele que sai no último [ano]. Vamos abordar os diferentes problemas para tentar aumentar o número de concluintes." Segunda etapa

Em reunião posterior do Conselho Universitário ordinário, Denise pretende apresentar o planejamento para enfrentar problemas mais administrativos, que incluem orçamento e governança. "Para que toda a comunidade saiba os problemas relacionados ao orçamento, o que existe em termos de contas a pagar. Tudo isso será mostrado à comunidade acadêmica", afirmou.

A reitora, que tomou posse ontem (2), disse que já está trabalhando na revisão do orçamento da universidade. Uma comissão será formada para analisar o orçamento com a Pró-Reitoria de Finanças. O objetivo é "publicizar" a questão orçamentária para que toda a comunidade acadêmica saiba quais são os gastos com luz e água e para que essas despesas sejam revistas e reduzidas.

No entanto, ela disse temer que, mesmo fazendo o "dever de casa", se o corte anunciado pelo Ministério da Educação (MEC) permanecer, a universidade tenha dificuldades para pagar a limpeza, a segurança e a conta de luz. O orçamento de custeio da UFRJ chega a R\$ 360 milhões, e o contingenciamento previsto é em torno de R\$ 114 milhões.

Denise, que tomou posse nesta terça-feira em Brasília, receberá o cargo formalmente no próximo dia 8, às 10h, e vai liderar uma comunidade integrada por 67 mil estudantes de graduação, pós-graduação e ensino a distância, além de 4 mil docentes.

GAZETA DO POVO – PR - TEMPO REAL

Grupo Docentes pela Liberdade realiza eventos em todo o país

Ao longo desta quinta-feira (4), centenas de professores conservadores e liberais vão se reunir, em diferentes cidades de todas as regiões do país, para debater a liberdade de expressão no ambiente acadêmico. Trata-se do primeiro evento público do movimento Docentes pela Liberdade, lançado em maio deste ano a partir da reunião de docentes em grupos de WhatsApp.

Um primeiro evento será realizado nesta quarta, dia 3, às 20h, em Londrina, na sede da Associação Comercial e Industrial da cidade (Acil). O jornalista Paulo Briguet e os

professores Gabriel Giannattasio e Fabrizio Almeida Prado vão debater o tema “O conceito de Liberdade para Direita e Esquerda”.

Os demais eventos serão realizados na quinta-feira. Serão promovidos encontros abertos, com debates e mesas redondas em pelo menos dez cidades: Porto Alegre (RS), Aracaju (SE), Brasília (DF), Recife (PE), Campinas (SP), Belém (PA), Montes Claros (MG), Maceió (AL), Teresina (Piauí) e Cuiabá (MT). Em outros locais, serão realizados jantares e encontros informais – é o caso de municípios como Natal (RN), Palmas (TO), Rio Branco (AC), Vitória (ES), Cruz das Almas (BA).

Debates e mesas-redondas

Em Aracaju, por exemplo, o evento vai reunir os professores Denise Leal Albano, Fernando Barroso e Rodorval Ramalho, às 19h, no auditório do CECH, no campus São Cristóvão da Universidade Federal de Sergipe. Os três vão debater o tema “Universidade e Pluralidade”. Em Recife, às 16h, na Universidade Federal de Pernambuco, o assunto é “A liberdade de pensar e agir com responsabilidade nas universidades”.

No Distrito Federal, o organizador do evento é Marcelo Hermes-Lima, professor da Universidade de Brasília (UnB) e um dos fundadores do Docentes pela Liberdade. Realizado a partir das 16h, na UnB, o evento vai contar com a participação do escritor Bruno Garschagen, da jurista Denia Magalhães, do analista da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** Fabiano Borges, do presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) Guto Ferreira e do professor da universidade José Roberto Leite.

Associação a caminho

Em Cuiabá, no auditório Licínio Monteiro da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, o evento começa às 18h30 e debate “A inovação no pensar e agir na educação”. Já em Porto Alegre, o evento acontece às 19h, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. O tema “A liberdade de pensar e agir com responsabilidade nas universidades” será debatido pelo procurador Fábio Costa Pereira, pelo advogado e deputado estadual Giuseppe Riesgo, pelo arquiteto e empresário Percival Puggina, pelo conselheiro do Instituto Alanto Roberto Rachewsky e pelo deputado estadual Ten. Cel. Zucco.

O grupo Docentes pela Liberdade reúne mais de 300 professores e profissionais ligados ao ensino, principalmente de universidades, em 24 estados da federação. Surgido a partir de grupos de WhatsApp, cresceu, e agora se organiza para, até o fim do ano, se tornar uma associação formalizada. Em seu site oficial, os participantes se definem como “unidos pela defesa da liberdade com responsabilidade e em oposição ao patrulhamento ideológico nas instituições de ensino. Prezamos pela qualidade acadêmica, liberdade, eficiência administrativa, respeito ao dinheiro público, sustentabilidade, justiça e igualdade de todos perante a Lei e pela verdade”.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

MEC tenta excluir perfil de Weintraub na Wikipédia alegando interpretações dúbias

Verbetes sobre Weintraub na Wikipédia foi criado no dia 8 de abril, pouco mais de três horas depois do presidente Jair Bolsonaro (PSL) anunciar pelo Twitter que ele sucederia Ricardo Vélez Rodriguez no comando do MEC

O Ministério da Educação (MEC) solicitou na última quinta-feira, 27, à enciclopédia colaborativa Wikipédia que o verbete sobre o ministro da pasta, Abraham Weintraub, fosse excluído. Segundo apurou o Broadcast Político, o MEC alegou que a página conteria "informações não confirmadas" que poderiam levar a "interpretações dúbias".

Em discurso de posse, novo ministro da Educação fala sobre a necessidade de Ministro da Educação, Abraham Weintraub Foto: Rafael Carvalho/ Divulgação Governo de Transição

A mensagem enviada pelo MEC, à qual a reportagem teve acesso, justifica o pedido de exclusão pela "impossibilidade de edição" do conteúdo por parte do ministério.

"A Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação do Brasil, tomando conhecimento da criação desta página no dia 8 de abril de 2019 e a da impossibilidade de edição por este órgão governamental, solicita a exclusão da página do ministro Abraham Weintraub", afirma o texto enviado pelo MEC à Wikipédia. "A página contém informações não confirmadas com a pessoa pública ora em destaque, contribuindo para interpretações dúbias. Com a restrição, a pessoa física/jurídica fica incapacitada de declarar a ampla defesa e o contraditório."

Procurado, o MEC confirmou à reportagem que pediu a remoção do artigo e também reconheceu o conteúdo do email, mas não comentou a solicitação nem esclareceu quais trechos do artigo sobre Weintraub motivaram o contato. A solicitação do ministério foi feita por um mecanismo automático da plataforma, no qual é possível enviar um email ao usuário responsável pela última edição.

O verbete sobre Weintraub na Wikipédia foi criado no dia 8 de abril, pouco mais de três horas depois do presidente Jair Bolsonaro (PSL) anunciar pelo Twitter que ele sucederia Ricardo Vélez Rodriguez no comando do MEC.

Fórum. A solicitação do MEC para que o verbete fosse excluído mobilizou um fórum de editores da Wikipédia - que assinam com pseudônimos. O editor Chronus, que foi contatado pela assessoria do MEC, compartilhou a mensagem recebida e pediu aos colegas conselhos sobre como deveria proceder. "Caberia alguma resposta formal da comunidade quanto à solicitação do MEC?", escreveu no fórum do site na segunda-feira, 1º.

Os editores então sugeriram que ele pedisse mais clareza ao MEC sobre os pontos problemáticos e respondesse explicando ao ministério que é impossível que um editor sozinho consiga eliminar um artigo. O editor contatado pelo MEC, inclusive, não havia alterado conteúdo, mas sim restringido a possibilidade de que usuários sem boa reputação na plataforma pudessem editar o texto.

Apesar da restrição - que vale até 17 de julho de 2019 -, uma hora e meia depois do editor publicar o email do MEC no fórum, outro marcou a página do artigo como "para revisão". Desde então, até o fim da tarde de terça-feira, 2, haviam sido feitas 11 alterações no verbete, entre acréscimos de textos e links, exclusões e rearranjo de informações.

Na discussão do fórum, o editor Chronus disse que não pretendia responder ao email do ministério. Ele argumentou que a comunicação deveria ter sido feita à Fundação Wikimedia, cuja sede fica na Califórnia, nos Estados Unidos.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Uma em cada cinco escolas públicas de ensino médio do país não tem banda larga MEC anunciou que até 2026 o Enem será feito digitalmente, mas quase 18% das instituições públicas também não possuem laboratório de informática

RIO — O Ministério da Educação (MEC) anunciou nesta quarta-feira que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) será totalmente digital até 2026 . O projeto do governo é fazer uma migração progressiva para o modelo aplicado pelo computador já a partir do ano que vem, mas dados do Censo Escolar 2018 indicam que a tarefa não será simples.

Isso porque, segundo as estatísticas, uma em cada cinco escolas públicas de ensino médio no país, ou seja, quase 20%, não tem internet banda larga , e 17,9% não têm nem sequer laboratório de informática. Em relação à conexão online, 6,4% das escolas públicas da etapa não têm conexão.

Na rede privada, a cobertura de banda larga é melhor: apenas 4,9% não têm esse serviço, e somente 1,3% não tem conexão com a internet. A infraestrutura em termos de laboratórios de informática, no entanto, é inferior à da rede pública: apenas 31,6% não têm.

— Se considerarmos dados agregados de Brasil, na região Norte, Nordeste e nas zonas rurais, o índice de acesso à internet e à banda larga é muito baixo. Mesmo onde há conectividade, ela é muito baixa e precária, instável. Entre os cerca de cinco mil municípios, mais de mil não têm acesso nenhum à rede. Em um país continental como o nosso esse é um desafio que precisa ser contornado — afirmou Thiago Tavares, diretor presidente da ONG SaferNet Brasil, que atua no combate a crimes virtuais.

Segurança da prova é outro desafio

Em coletiva de imprensa nesta quarta-feira, o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Alexandre Lopes, diz não ver problemas nem riscos eventuais de uma prova em formato digital . Segundo ele, a empresa contratada para fazer a aplicação será responsável por fornecer estrutura necessária para fazer o Enem nesses moldes.

— O consórcio será responsável por obter as salas para aplicação digital. E a gente ajuda nessa parceria com as secretarias de educação estaduais e municipais — disse Lopes.

A infraestrutura, porém, não é o único desafio na aplicação do exame digital. Segundo Tavares, o MEC precisa estar preparado para garantir que esses computadores não sejam atacados virtualmente. Ele explica que qualquer computador conectado está suscetível a intervenções:

— É preciso pensar em uma série de estratégias para contornar, inclusive, o risco de ataques a servidores de internet nos locais de aplicação. Até os servidores da Nasa são

suscetíveis a ataques, grandes estruturas de gigantes da internet como o Twitter e o Facebook já foram alvo. São ações conhecidas como "ataques de negação de serviço", que procuram sobrecarregar o servidor e fazê-lo parar de funcionar. Não há uma maneira de garantir uma proteção 100% contra isso.

Questionado em coletiva de imprensa sobre a segurança do exame, o ministro da educação, Abraham Weintraub, garantiu que o Brasil tem tecnologia para preservar a inviolabilidade do exame.

— A gente sempre tem que ficar atento porque bandido é sempre criativo, mas hoje achamos que a segurança e a tecnologia que o Brasil tem nos permite fazer isso. Além disso, só essa última etapa da aplicação é analógica, o resto todo é digital — defendeu o ministro, falando também da fiscalização em sala:

— Vai ter um fiscal verificando tudo. É como o Enem (atual), tem que ter um fiscal. Não é que você vai chegar ficar sozinho, você é o computador, terá um fiscal. Como é feito no Toefl.

O presidente do Inep disse ainda que a identificação dos candidatos já será feita de maneira eletrônica:

— Na prova piloto, a identificação já será eletrônica. Não será em papel. Hoje em dia a gente colhe a digital em uma folha e remete a uma (...) logística para digitalizar e trazer de volta para nós. A identificação já será digital para aplicação digital.

topo ↕

BRASIL DE FATO - TEMPO REAL

Audiência Pública em defesa dos cursos de filosofia e sociologia mobiliza estudantes

Realizada na Assembleia Legislativa, a audiência contou com forte presença também de estudantes e professores do Cariri

Cerca de 50 pessoas entre estudantes e docentes dos cursos de Ciências Sociais e Filosofia do Cariri estiveram presentes em audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Ceará em Fortaleza na última semana de junho, que debateu sobre os rumos dos cursos e planejou estratégias de resistência frente aos ataques do governo Bolsonaro para as disciplinas. A comitiva participou ainda de atos em defesa do financiamento para pesquisa em ciências humanas e contra o bloqueio de verbas para a educação.

Ciências Humanas sob ataque

Em abril, o presidente Jair Bolsonaro, via twitter, fez eco as declarações do ministro da educação, Abraham Weintraub, sobre a “descentralização do investimento em faculdades de filosofia e sociologia”, com alegação de que tais cursos não seriam de interesse para a população por não gerarem lucro imediato. “A função do governo é respeitar o dinheiro do contribuinte, ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta” disse Bolsonaro no twitter.

Em resposta as afirmações, a Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (Anpof) divulgou uma nota assinada por diversas entidades acadêmicas de cursos

ligados à área de humanas e Centrais Sindicais. “O ministro e o presidente ignoram a natureza dos conhecimentos da área de humanidades e exibem uma visão tacanha de formação ao supor que enfermeiros, médicos veterinários, engenheiros e médicos não tenham de aprender sobre seu próprio contexto social nem sobre ética.” destaca a nota.

A audiência pública

Convocada pelo presidente da comissão de educação da casa, deputado Queiroz Filho (PDT), o momento teve como tema “A permanência das disciplinas de Filosofia e Sociologia nas grades curriculares da Educação Básica e do Ensino Superior”, contando com a colaboração e participação de membros da ANPOF, professores e estudantes de diversas instituições de ensino.

A preocupação com o futuro do campo de estudo de Ciências Humanas, mais especificamente dos cursos de Ciências Sociais e Filosofia, e os cortes na educação motivaram a realização da audiência. O Complexo de Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa do Ceará abrigou vários participantes que durante o momento, tiveram direito a fala. “Ele (o governo) mexe com os desejos das pessoas, principalmente das cidades pequenas de fazer parte deste espaço de formação e de qualificação profissional” disse o Professor Adriano Carreira, Presidente da Anpof.

Em representação dos estudantes de Ciências Sociais da Universidade Regional do Cariri (URCA), a estudante Maria Raiane, em sua fala, ressaltou a importância da representatividade negra dentro dos espaços institucionais, sobretudo na formação acadêmica. “A academia epistemicida. Ela mata nosso conhecimento, como se nós não produzíssemos ciência” relatou Raiane. Ainda em sua fala, a estudante falou sobre a produção acadêmica de seu curso que, mesmo sem a estrutura apropriada para seu devido funcionamento, conseguiu nota quatro no ENADE. “Nosso curso tem um histórico de lutas que vai continuar” ressaltou.

Ato na Funcap

Antes de seguirem para a Audiência, a comitiva do Cariri organizou um ato político na sede da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) em resposta ao corte de mais de 700 bolsas de apoio acadêmico a iniciação científica em todo o estado do Ceará, todas da FUNCAP, sob justificativa de priorizar as bolsas sociais. “O que eles não entendem é que as bolsas de iniciação científica também se tornam sociais a partir do momento em que se enxerga quem está produzindo estas pesquisas. Cientificamente, não são estudantes de classe média-alta que produzem conhecimento” falou Kaio Cardoso, estudante de Ciências Sociais da URCA.

De acordo com estudo feito pela empresa norte-americana Clarivate Analytics a pedido da CAPES, 95% da produção científica brasileira é feita pelas Universidades Públicas. Os(as) manifestantes também reivindicaram o aumento do investimento da FUNCAP em produções acadêmicas nas universidades estaduais cearenses, para combater os cortes de orçamento na educação.

“Existe uma política de corte ou de suspensão de bolsas do governo do estado do Ceará, que afeta tanto as instituições estaduais quanto as federais. Apensar desta postura não

poder ser comparada à do governo federal, ela deve ser combatida também” comentou o André Alcman, Professor de Ciências Sociais da URCA.

Encaminhamentos

Após intensos debates e deliberações coletivas, a audiência conseguiu encaminhadas uma série de ações que serão tomadas para a defesa do ensino público e da permanência dos cursos de Filosofia e Ciências Sociais nas grades curriculares do ensino básico e superior. Entre os encaminhamentos, ficou decidido que a FUNCAP continuará a ser pressionada pelo retorno das bolsas de Iniciação Científica. Também ficou como pauta a definição das disciplinas de Filosofia e Sociologia, no ensino médio do Estado do Ceará, para todos os itinerários do currículo. Uma nova audiência ficou marcada para o dia 09 de julho às 14:00h na Assembleia Legislativa do Ceará.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

UnB está entre as melhores universidades do mundo

Ranking feito por universidade de Shanghai cita instituição em 10 áreas

A Universidade de Brasília (UnB) está entre as 500 melhores do mundo em 10 áreas de concentração. É o que diz o Global Ranking of Academic Subjects (Gras), divulgado no último dia 26 pela Shanghai Jiao Tong University. O Gras 2019, um dos braços do ranking geral Academic Ranking of World Universities (Arwu), avaliou mais de 4 mil instituições de ensino em 54 áreas de concentração, divididas em ciências naturais, engenharias, ciências da vida, ciências médicas e ciências sociais.

Só o fato de ser citado nas listas já é um grande feito, já que trata-se de reconhecimento mundial. Dentro de cada área de concentração, foram apresentadas, em ordem de classificação, 50 universidades. A partir da 51ª posição, elas foram agrupadas em faixas (51-75 e 76-100, por exemplo) e listadas em ordem alfabética.

A UnB chega a aparecer nos rankings de matemática, ciências da terra e ecologia (ciências da natureza); ciências da agricultura e ciências veterinárias (ciências da vida); medicina clínica, saúde pública, dentística e ciências bucais (ciências médicas) e economia e ciência política (ciências sociais).

O ranking de Shanghai analisa os dados bibliométricos das bases de dados Web of Science e InCites, levando em consideração cinco indicadores: número de artigos publicados, impacto dos artigos indexados no Science Citation Index, extensão da colaboração internacional, número de artigos publicados em revistas de impacto e número de docentes premiados internacionalmente.

Avaliação de professores

“É crucial que a UnB apareça dessa maneira. É importantíssimo porque, internacionalmente, atrai redes e parcerias”, pontua a professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Cláudia Naves David Amorim, diretora de Pesquisa do Decanato de Pesquisa e Inovação (DPI) da UnB. “Aparecer em rankings internacionais atrai investimentos e dá valor às pesquisas, levando a mais parceiros, além de consolidar, internamente, o trabalho que está sendo feito”, continua a professora. “Se estamos bem em determinado assunto, vamos mantê-lo como está.”

A diretora de Pesquisa do DPI/UnB, professora Cláudia Naves David Amorim, confia na visibilidade de rankings internacionais:

A diretora de Pesquisa do DPI/UnB, professora Cláudia Naves David Amorim, confia na visibilidade de rankings internacionais: "Atrai investimentos e dá valor às pesquisas." (foto: Divulgação/Secom UnB)

Para o docente Laudimar Alves de Oliveira, diretor da Faculdade de Ciências da Saúde (FS/UnB), destaques em rankings internacionais são positivos para a visibilidade das universidades, tanto internacionalmente quanto dentro da sociedade brasileira.

“Ultimamente, discussões vêm sendo feitas em relação à viabilidade da universidade pública, da pesquisa e do investimento feito. A sociedade, muitas vezes, quer avaliar a relevância da instituição de maneira imediata”, observa o professor. “Os resultados para o país são permanentes. O conhecimento é o que há de mais nobre.”

A divulgação do Gras 2019 veio de encontro ao o que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, vem declarando sobre instituições federais desde o fim de abril, quando anunciou a redução de verbas da UnB, da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Federal da Bahia (UFBA) por conta de baixo desempenho e “balbúrdia”.

O ministro ainda afirmou que as universidades deveriam melhorar o desempenho acadêmico e “estar bem no ranking”. Mais tarde, o corte foi estendido a todas unidades federais, inicialmente anunciado como 30% da verba total e, depois, 30% dos gastos não obrigatórios, o equivalente a mais de R\$ 1,5 bilhão. O contingenciamento se estendeu também a outros institutos federais de educação, à concessão de bolsas e a programas ligados à educação básica. Tanto a UFF como a UFBA também conquistaram citações no GRAS 2019: foram 5 e 3 participações, respectivamente.

Relevância reconhecida

Em matemática, ciências da terra e ecologia (ciências naturais), a UnB alcançou a mesma posição: a faixa entre as 301 e as 400 melhores, em uma lista com 500 instituições analisadas. Em ciências da agricultura (ciências da vida), a UnB ficou no último grupo (entre a 401ª e a 500ª posições).

Em ciências veterinárias (ciências da vida), a instituição alcançou o grupo entre o 201º e o 300º lugares, de um total de 500 universidades. No campo da economia, a UnB e a Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) são as únicas instituições brasileiras a aparecer na relação das 500 unidades analisadas, ambas no último grupo (401-500).

Destaque na saúde

Na área da saúde, a UnB foi listada em três subtópicos: medicina clínica, saúde pública e dentística e ciências bucais. Nas duas primeiras áreas, a colocação foi a mesma: 201-300, em uma lista com 500 instituições.

Na temática odontológica, 27 universidades brasileiras foram citadas no Gras 2019, entre instituições públicas e privadas, em ranking com 500 nomes. A UnB ficou no grupo 151-200.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Programa Bolsa Permanência do MEC tem vagas para estudantes indígenas e quilombolas da UFS

Valor da bolsa é de R\$ 900.

O Ministério da Educação (MEC) está com inscrições abertas para o Programa Bolsa Permanência. O valor da bolsa é de R\$ 900 e os interessados têm até o dia 30 de agosto para fazer a solicitação.

As inscrições são ofertadas, exclusivamente, para estudantes indígenas e quilombolas regularmente matriculados em curso de graduação presencial nas instituições federais de ensino superior e que permaneçam com vínculos de residência com sua comunidade.

Para permanência no sistema, após sua admissão, o estudante deverá ter desempenho acadêmico que permita a conclusão do curso em, no máximo, dois períodos além do tempo mínimo do curso.

Os interessados devem se inscrever pelo link.

Documentos necessários:

Autodeclaração do candidato;

Declaração de sua comunidade sobre condição de pertencimento étnico, assinada por, pelo menos, três lideranças reconhecidas;

Para estudante indígena: declaração da Fundação Nacional do Índio (Funai) que o estudante é indígena, reside e pertence à comunidade indígena e comprovante de residência em comunidade indígena;

Para estudante quilombola: declaração da Fundação Cultural Palmares que o estudante quilombola reside e pertence à comunidade remanescente de quilombo e comprovante de residência em comunidade remanescente de quilombo.

Termo de compromisso do discente preenchido e assinado.

Os documentos originais deverão ser entregues no setor de assistência estudantil do seu campus.

Mais informações podem ser obtidas através:

Serviço Social/campus de São Cristóvão e de Aracaju: (79) 3194-6430/6458/7159;

Campus do Sertão: (79) 3179-7185/7186;

Campus de Laranjeiras: (79) 3194-7142;

Campus de Itabaiana: (79) 3432-8210;

Campus de Lagarto: (79) 3632-2075.

topo 

O LIVRE - TEMPO REAL

A ciência “mais ou menos” do Brasil - vamos sair dessa?

Amigos, abaixo está o primeiro artigo que publiquei na imprensa após um jejum de mais de 10 anos. Saiu em 15 de fevereiro de 2019 no Correio Braziliense. Muitos dos dados apresentados estão levemente alterados pois, em 01 de junho, ocorreu a atualização anual da base de dados da Scimago Country Rank – que apaga as informações anteriores. Por exemplo, em meu texto, afirmei que as publicações científicas de 2015 da Estônia tiveram 28,6 mil citações.

Após 1 ano, os mesmos artigos de 2015 foram mais lidos e mais empregados para referenciar trabalhos acadêmicos. Hoje estão com 44,2 mil citações. Assim, o valor das citações por publicação (CPP) da Estônia passou de 9,44 para 14,44. Obviamente, todos

os países são afetados do mesmo modo. O que importa é que as proporções entre CPPs dos países não mudam substancialmente. A Estônia tem agora CPP2015 = 14,44 (2º lugar do mundo em CPP entre países com ao menos 3000 publicações; na época da pesquisa, estava em 1º lugar), e Brasil tem CPP2015 = 6,37 (53º lugar entre 63 países). A diferença de impacto entre os dois países é 2,3 – antes era 2,4. O mesmo é válido para comparações do Brasil com outros países como, por exemplo, o Chile.

Faço esse preâmbulo para explicar que, apesar dos dados do meu artigo do Correio estarem alterados, a diferença não é substancial: não altera meu argumento. Apesar disso, coloco alguns números atuais, de 2018 – sei da curiosidade do leitor. A tabela abaixo apresenta comparações do Brasil com a Estônia e o Chile de 2015 a 2018, com dados da Scimago (ranking CPP de países com ao menos 3000 publicações por ano). Observem que a relação do CPP da Estônia com o CPP do Brasil está entre 2,1 e 2,4, o que indica que essa república báltica tem mais que o dobro de nosso impacto científico.

No mais recente ranking CPP (2018), o Brasil aparece em 63º lugar entre 73 países com ao menos 3000 publicações, abaixo do Equador, de Bangladesh e da Etiópia, apesar da pujança em quantidade de artigos (81,7 mil trabalhos científicos brasileiros indexados pela Scimago). No ranking de 2018, a Estônia está em 1º lugar, à frente da Suíça. Em 6º lugar, outro “velho conhecido” de nossos leitores: o Qatar.

https://www.scimagojr.com/countryrank.php?year=2018&min=3000&min_type=it&order=cd&ord=desc

O principal motivo de reapresentar esse texto é mostrar algumas das causas do Brasil estar mal colocado nos rankings de impacto de ciência. Um deles são as políticas públicas de pós-graduação, que estimulam a quantidade de produção de artigos nas universidades públicas, onde são realizadas cerca de 90% das pesquisas acadêmicas brasileiras.

Esse é o grande problema das áreas técnicas da Academia – as chamadas “ciências duras,” que compreendem diversas áreas, da Biomedicina à Física, da Geologia à Engenharia. As agências de fomento à pesquisa, como CNPq e FAPESP, assim como a CAPES (que regula a pós-graduação no Brasil), estimulam a produção científica e tecnológica com base em quantidade de publicações, e não em inovação e descobertas. Sem inovação – e sem risco – nunca iremos nos desenvolver economicamente ao ponto nos transformar numa sociedade tecnológica.

Nas áreas das Humanas, há outro motivo para o baixo impacto de nossa produção: o excesso de publicações em português (livros ou artigos), bem menos citados que os em inglês. De qualquer forma, as Humanas (assim como as “ciências duras”) atendem às regras da CAPES. Por exemplo, um estudo recente mostrou que apenas 1 em cada 5 artigos da área de educação de pesquisadores do Brasil é citado pelo menos uma vez (Link 1). Grande parte desses artigos foram publicados em revistas de educação muito bem consideradas pelas CAPES. É fundamental que isso seja mudado.

O que me deixa esperançoso é a possibilidade de o novo governo alterar as políticas de avaliação de publicações, em especial na CAPES. O Brasil precisa, urgentemente, sair da lanterna da ciência mundial. E que não venham com o argumento de que basta o governo dar mais dinheiro para os cientistas que tudo se resolverá. Já demonstrei essa

falácia em artigos que escrevi para O Livre ou para a Gazeta do Povo (Links 2, 3 e 4). Para quem não conhece os dados: a Estônia investe o mesmo percentual do PIB em pesquisa e desenvolvimento (P&D) que o Brasil (aproximadamente 1,3%, conforme dados de 2016, da Unesco), com o dobro de CPP do nosso. O Chile, por sua vez, investe apenas 0,35% do PIB em P&D, e tem CPP substancialmente mais elevado que o Brasil (ver Tabela). O Qatar investe apenas 0,5% do PIB em P&D (Link 5) e está em 6º lugar no ranking CPP de 2018.

O artigo do Correio não aborda a questão financeira, mas esse prólogo deixa claro que a solução dos problemas científicos não passa ela. Atenção: há mais de uma dezena de países que gastam menos que o Brasil e apresentam impacto científico, isto é, têm algum impacto para o avanço da ciência). Uma solução para o nosso modelo de pesquisa científica está na gestão da pós-graduação, via **CAPES**. E a explicação está no texto abaixo, publicado no Correio Braziliense em 15 de fevereiro de 2019.

Antes de passarem para o artigo do Correio, quero agradecer ao Dr. Ricardo da Costa, Professor de História da UFES, e ao economista Nilton Rodrigues Soares, servidor do Senado, pela revisão do texto introdutório.

=====

A ciência mais ou menos do Brasil

Quando olhamos o que é publicado na imprensa sobre a ciência brasileira, geralmente ficamos felizes em constatar que boas descobertas aparecem, e que o Brasil tem produzido mais e mais artigos científicos a cada ano. Em 1997, estávamos em 21º lugar no ranking mundial de artigos científicos, com 10,8 mil trabalhos publicados. Em 2010, auge da era-PT, chegamos à 13ª posição, com 50,3 mil artigos. Em 2017, tivemos 73,6 mil artigos.

A produção de artigos do Brasil, em comparação com os EUA, só avançou. Em 1997, tínhamos 3,1% da produção americana; em 2017, aumentou para 11,7%. Se olharmos para áreas específicas do saber, o Brasil estava em 3º lugar em Agricultura e Biologia, em quantidade de artigos, em 2017. Em outras áreas, como Bioquímica e Genética, Matemática, Física, Medicina, Engenharia e Química, ocupamos posições entre 14º e 17º. Boas posições no ranking de quantidade.

Entretanto, caso olhemos por outro ângulo, veremos que os motivos de júbilo podem ser bem menores. Falo do impacto e da visibilidade da ciência. A melhor forma para se avaliar o impacto de milhares de trabalhos científicos de um país é analisar suas citações – se um artigo é bom ele é citado por outros estudos, e isso gera impacto e visibilidade da pesquisa. Não há como ler e “dar uma nota” para, por exemplo, 3037 artigos produzidos em 2015 pela Estônia. De acordo com a Scimago, os artigos da Estônia receberam 28,6 mil citações, resultando em 9,44 citações por artigo (CPP, “citations per publication”). Em 2015, o Brasil produziu 68,6 mil artigos, que receberam 272,4 mil citações, ou seja, CPP = 3,97. Um impacto 2,4 vezes menor que o da pequena Estônia.

Entre os países que produzem pelo menos 3 mil artigos por ano, a Estônia estava em 63º em 2015. Apesar disso, foi 1º lugar no ranking de CPP (que indica o impacto). Naquele ano, o Brasil era o 13º em quantidade, mas o 53º em CPP (entre 63 países!). A Estônia –

antiga república da URSS – é celebrada como um modelo de avanço econômico: sua pequena produção (3037 artigos em 2015) teve até mais impacto que a Suíça – 2º lugar em CPP. E nos outros anos? Em 2016 e 2017 ficamos em 53º entre 66 e 68 países, respectivamente, com a Suíça em 1º nesses dois anos.

E o que acontece no ranking de impacto (ou seja, CPP) nas diferentes áreas da ciência? Analisamos os dados de 2015 de países que produziram pelo menos 1000 artigos em cada área. Agricultura e Biologia: Brasil em 43º lugar entre 44 países – penúltimo lugar! Medicina: 45º entre 56 países. Matemática: 30º entre 37 países. Física: 39º entre 46 países. Química: 37º entre 42 países. Engenharia: 42º entre 56 países. Bioquímica e Genética: 33º lugar de 45 países. Ciências Sociais: 39º lugar de 40 países (penúltimo lugar!). Ficamos sempre na rabeira dos rankings de impacto.

O que move a produção científica nacional em termos de força de trabalho? A pós-graduação. Em 1997, formamos 3.500 doutores. Esse número tem aumentando a cada ano, chegando a 21,3 mil recém-doutores em 2017. Atualmente há mais de 2000 programas de doutorado – em 1997 eram apenas 658.

É a **Capex** – órgão do MEC – o motor da expansão da pós-graduação. O crescimento da produção de artigos entre 1997 e 2017 – de 580% – foi praticamente o mesmo do aumento da formação de doutores no mesmo período: 510%. Sem essa quantidade de recém-doutores, não haveria tal expansão da produção científica – afinal, são os doutorandos a principal mão-de-obra da ciência. Sem eles, praticamente não há como fazer os experimentos e as observações de campo, imprescindíveis para a ciência.

Como verificamos, nossa ciência tem baixíssimo impacto mundial. Se produz ciência em vasta quantidade sob a regulação da **Capex**. Esta, na era-PT, praticamente obrigou pesquisadores a publicarem da forma como fazem: apressadamente e com pouca preocupação com impacto. Claro que há muitos excelentes pesquisadores, muito citados. Mas esse microcosmo de craques é ínfimo no universo da ciência nacional.

É necessário mudar as regras que regulam a mão-de-obra científica (os doutorandos). Precisamos focar em descobertas, não em quantidade de artigos. É necessário coragem para conceber projetos científicos que possam não dar certo. Descobertas não acontecem sem risco, paciência e persistência. Os pesquisadores apostam em projetos onde há certeza de resultados (e artigos), não descobertas. São apostas na conformidade, no “mais ou menos”. Mas a culpa não é inteiramente deles, forçados que são pela **Capex** a produzir em massa. Urge reformá-la. Alô Bolsonaro!

topo ↕

PONTAL EM FOCO - TEMPO REAL

Geógrafa da UFU estuda como evitar inundações em Uberlândia Desastres urbanos no período de chuva na Avenida Rondon Pacheco motivaram pesquisa sobre Ribeirão Bom Jardim

O crescimento da área urbana de Uberlândia é uma realidade nas últimas décadas. A região sul da cidade tem registrado maior desenvolvimento de perímetro urbano e, para que esse crescimento aconteça, é preciso que sejam feitos cálculos, planejamento socioambiental e urbano e o mapeamento de áreas geográficas que possam justificar uma expansão do território. Toda essa descrição faz parte do trabalho de um geógrafo.

Muitas cidades brasileiras sofrem com problemas de inundação em períodos de chuvas

intensas e no território uberlandense não é diferente. Isso acontece em decorrência da impermeabilização de grandes áreas, da canalização de córregos e da retirada de vegetação natural. Os complexos urbanos que enfrentam esses problemas encontram dificuldades para achar soluções viáveis que atendam às demandas populacionais.

É por isso que são feitas pesquisas em áreas onde ainda não se tem uma área urbana consolidada, com o objetivo de alertar e orientar sobre riscos de ocorrência de desastres naturais. A bacia hidrográfica do Ribeirão Bom Jardim, situada na porção sul da cidade de Uberlândia, é um exemplo de caso de área ainda não ocupada pela cidade e, por esse motivo, foi tema de pesquisa de mestrado da geógrafa Fernanda Oliveira Borges, do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

A dissertação, intitulada “Caracterização Morfométrica e delimitação de Áreas com Tendência à Inundação da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Bom Jardim, Uberlândia-MG: subsídio para o planejamento ambiental e urbano”, fez o mapeamento das áreas com tendência à inundação, indicando as margens que precisam ser preservadas. A pesquisa começou a ser realizada em 2017 e foi defendida em março deste ano.

A análise do solo foi uma das etapas importantes para identificar alcance das águas do ribeirão no período de inundações. (Foto: Arquivo da pesquisadora)
Sobre a pesquisa

O Ribeirão Bom Jardim é o principal manancial de abastecimento de Uberlândia e atende principalmente às demandas dos bairros da zona sul, onde há um reservatório do DMAE. Como em qualquer manancial, a água segue o seu fluxo normal, o fluxo da natureza. Quando esse curso é interrompido ou alterado, como no caso da canalização de córregos, acontecem inundações.

O estudo teve como inspiração os recorrentes eventos de inundação na avenida Rondon Pacheco. No local, onde passam milhares de veículos todos os dias, antes corria o córrego São Pedro. Nos períodos chuvosos, a via urbana fica intransitável, comércios são fechados, carros enfrentam congestionamentos e, por vezes, chegam a rodar quando o volume de água atinge grandes níveis, sem contar o lixo que se junta em meio às correntezas.

Atualmente, o Ribeirão Bom Jardim é utilizado pela população que desenvolve, como principais atividades, a pecuária e a agricultura, as quais também têm seus impactos. Para a realização da pesquisa, orientada pelo professor Vanderlei de Oliveira Ferreira e financiada pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Borges utilizou a metodologia de geoprocessamento, técnicas de mapeamento e trabalhos de campo.

O mapeamento prévio foi feito através de imagens de satélite. Depois, com os estudos de campo, a geógrafa identificou onde havia solo e vegetação característicos de áreas úmidas. Esse tipo de análise consegue identificar até onde a margem de água pode alcançar, caso haja enchente. As amostras de solo, o cruzamento de dados e os registros fotográficos apontaram a área de inundação do ribeirão.

A delimitação das áreas com tendência à inundação apontou uma ampla margem que deve ser preservada em sua forma natural, evitando a ocupação humana e,

consequentemente, desastres naturais. O relevo da bacia é muito plano, o que facilita o acúmulo de água nos períodos chuvosos.

Com base nesses estudos, foi indicada a preservação das margens do Ribeirão Bom Jardim em toda a sua extensão, conservando a vegetação natural das Áreas de Preservação Permanente (APPs), cujo objetivo é evitar a impermeabilização do solo e facilitar o escoamento e a infiltração da água. Além da prevenção à inundação, essas APPs também influenciam no equilíbrio ecológico, protegendo a biodiversidade local e garantindo um ambiente agradável.

Segundo a pesquisadora, “é importante também unir essa Área de Preservação Permanente junto com a do Rio Uberabinha, porque assim a gente teria um ‘corredor ecológico’, e isso é bom para a preservação da biodiversidade, fauna e flora da cidade”.

As maiores dificuldade encontradas por Borges foram de deslocamento para os trabalhos de campo. “Eu fiz dois trabalhos de campo e gostaria de ter feito mais. Mas nesse período que a gente está, de cortes e tudo, não conseguimos carro para fazer campo. Conseguimos uma vez só, no começo, em 2017”, destaca.

A importância do estudo é uma forma de subsídio para o planejamento ambiental e urbano de Uberlândia. “A ideia de fazer esse mapeamento foi justamente como uma prevenção, para avisar a Prefeitura [Municipal] e a sociedade que aquelas áreas do Ribeirão Bom Jardim, as áreas que a gente mapeou, não podem ser ocupadas porque a ocupação pode gerar desastres naturais”, explica Borges. “A sociedade está sempre submissa ao que o poder público e a iniciativa privada têm feito. Então precisamos mostrar para a sociedade que a gente precisa preservar uma área que pode vir a trazer sérios danos à população caso ocorra inundação”, completa.

Os próximos passos da pesquisadora vão em direção ao doutorado, com uma linha de pesquisa que siga os estudos sobre o Ribeirão Bom Jardim.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Em fase piloto, Enem terá aplicação digital em 2020

O Ministério da Educação (MEC) anunciou nesta quarta-feira, 3, em Brasília, que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) vai se tornar digital. A proposta é de uma implementação progressiva. Em 2020, a versão digital será aplicada em fase piloto.

A previsão do governo é abandonar as versões impressas em 2026. Nada irá mudar para os participantes inscritos em 2019. As primeiras aplicações digitais serão opcionais e o estudante vai escolher o modelo no momento da inscrição.

De acordo com o MEC, no primeiro ano de teste, o modelo digital será aplicado para 50 mil pessoas em 15 capitais brasileiras. A expectativa é que a versão digital abra outras possibilidades como a de realização do exame em várias datas ao longo do ano, por agendamento.

Em 2020, portanto, o Enem terá três aplicações: digital, regular e reaplicação. Este último caso é voltado para candidatos prejudicados por algum problema logístico ou de infraestrutura durante a realização da prova digital. Eles terão direito à reaplicação, que ocorrerá em papel.

Para o governo, o Enem Digital vai permitir a utilização de novos tipos de questões com vídeos, infográficos e até a lógica dos games. Também será possível aplicar o Enem em mais municípios.

Edição de 2019

O Enem é a maior prova do Brasil e dá acesso a uma centena de universidades federais, estaduais e privadas que usam o exame como forma de seleção. Em 2019, mais de 10,2 milhões de provas serão impressas para o Enem. Os custos da aplicação superam R\$ 500 milhões para os mais de 5 milhões de participantes confirmados na edição.

No fim do processo, quem fez o exame pleiteia uma vaga por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), pelo qual universidades de todo o País oferecem suas vagas. Com sua pontuação em mãos, o aluno escolhe o curso e a universidade; se tiver o total necessário, está dentro.

Segundo o site do Enem, os alunos contaram em 2019 com um novo sistema de inscrição que permitiu incluir foto. Os deficientes auditivos e visuais tiveram a opção de indicar no ato da inscrição o uso de um aparelho auditivo ou de implante coclear. Além disso, todos os alunos terão os lanches revistados no dia da prova, e no final dos cadernos de questões haverá espaço para rascunho da redação e cálculos. (Com informações da Agência Brasil).

topo ↕

TRIBUNA UNIÃO - TEMPO REAL

Montreal está em busca de brasileiros; conheça opções de estudo e trabalho

Interessados em estudar ou trabalhar e, depois, até migrar para a segunda maior metrópole canadense vão encontrar “portas abertas”. É o que garantem representantes de empresas, universidades e agência de desenvolvimento locais. A cidade é a melhor para estudantes de todas as Américas e a quarta em nível mundial e tem oportunidades, especialmente, na área de tecnologia.

A crise, o alto desemprego e o congelamento de concursos... Todos esses são motivos que têm levado um número cada vez maior de brasileiros a se interessar por estudar ou trabalhar no exterior, de modo temporário ou até definitivo. Também tem crescido a quantidade dos que escolhem Montreal, no Canadá, como destino. Uma das principais razões é o fato de a cidade-sede do Cirque du Soleil ser uma das melhores para estudantes do mundo. Nos rankings da consultoria QS, a segunda maior metrópole do Canadá e lar da banda de indie rock Arcade Fire e do estúdio de mídia Moment Factory costuma aparecer na dianteira.

Em 2017, Montreal ficou em primeiro lugar mundial, desbancando Paris. Em 2018, a cidade natal da cantora Celine Dion foi a quarta colocada global, mesmo assim, à frente da capital francesa, que apareceu na quinta colocação. Apesar de ter perdido algumas posições no cenário internacional, o maior município do estado de Quebec é avaliado como o melhor para estudantes de todas as Américas. Em 2018, também foi considerada a segunda melhor cidade do mundo para millenials, atrás só de Berlim, pelo Nestpick, site que opera mundialmente como agregador de opções de acomodação. O Correio

viajou até lá para entender os motivos e mostrar oportunidades disponíveis para brasileiros.

Interesse em alunos de fora

Tanto empresas quanto universidades estão em busca de prodígios do exterior. “O número de alunos internacionais dos mais diferentes destinos está crescendo muito por aqui, e o motivo é a qualidade das instituições. A presença da população local nas universidades é relativamente baixa, por isso elas atraem talentos de fora”, esclarece Mathieu Lefort, diretor de Estudantes Internacionais da Montréal International, agência de promoção econômica da localidade. “Outro fator de atração é que aqui é um bom destino para estudar inglês e francês. Você pode vir com um nível básico de francês e melhorar depois”, observa. Enfrentar invernos rigorosos pode ser um desafio maior para quem não tem costume com o clima do Hemisfério Norte. Então, as instituições fazem grande esforço para ajudar os estrangeiros, por exemplo, com eventos de integração. “Tentamos construir um senso de comunidade, com muitas atividades, especialmente durante os períodos sem aula, como verão e Natal, em que eles poderiam se sentir mais sozinhos”, completa Mathieu.

Vantagens

Segundo Hubert Bolduc, CEO da Montréal International, alguns dos principais atrativos são o fato de a cidade ser financeiramente acessível, além de amigável para estrangeiros, com boa parte da população sendo composta por imigrantes. Outro fator importante é a educação de alta qualidade, concentrando algumas das melhores universidades, e a permissão para quem vem de fora estudar e trabalhar (algo que não é realidade em muitos outros países). Trata-se de uma cidade cuja língua oficial é o francês, mas, na prática, é possível se virar falando inglês.

“Por tudo isso, metade dos alunos internacionais quer ficar aqui após terminar os estudos”, aponta Hubert. “Independentemente de cor de pele, gênero ou religião, você pode vir e ser bem-sucedido aqui e ninguém vai te apontar o dedo.” A taxa de desemprego, de 6,1%, é bastante baixa, portanto, torna-se mais fácil conseguir uma oportunidade de emprego. Tradicionalmente, o Canadá é um país aberto para imigrantes. Com a população local envelhecendo e em queda, a nação da América do Norte precisa atrair pessoas de fora para continuar a se desenvolver. Montreal não foge disso e tem se tornado particularmente interessante pelas facilidades para quem deseja ir estudar, trabalhar e se estabelecer por lá.

“No passado, as companhias poderiam preferir os trabalhadores locais, mas, hoje, a oferta não é tão farta, então quem vem de fora e é qualificado consegue vaga”, comenta. “Montreal está tendo um grande crescimento econômico. E atribuímos isso ao pool de talentos que existe aqui, composto por trabalhadores locais e internacionais. São pessoas multiculturais, muito preparadas e dispostas a se mudar.” Em dezembro do ano passado, recrutadores de empresas locais estiveram em solo brasileiro em busca de profissionais em campos como tecnologia da informação (TI). Segundo Martin Goulet, vice-presidente de Talentos internacionais da Montréal International, as avaliações foram positivas. “Todos os representantes de companhias ficaram muito, muito felizes com os candidatos brasileiros, pela experiência e pela qualidade deles”, observa.

Tanto é que há trabalhadores como Vinícius Toná, 29 anos, que conseguiram emprego com relativa facilidade. Ele nunca tinha saído do Brasil até os 25 anos e resolveu ir para

Quebec fazer um estágio mediado pela Aiesec. Lá, começou a trabalhar e a aprender francês, até porque dominar a língua é um dos requisitos para conseguir imigrar. “Tem muito suporte do governo e as melhores aulas que tive do idioma foram públicas. Demorei uns dois anos para aprender a língua”, conta. Graduado em análise e desenvolvimento de sistemas pela Unicesumar, em Maringá, com especialização em java e em desenvolvimento web pela mesma instituição, ele atua hoje como desenvolvedor de software da startup LogMeIn, que tem uma unidade em São Paulo também.

“É a melhor empresa em que já trabalhei, e a conheci procurando companhias com excelentes avaliações na internet. A seleção era composta por uma conversa, uma prova de programação e uma chamada por vídeo”, afirma. Vinícius começou a trabalhar no local em novembro de 2017. Algumas das vantagens oferecidas pela LogMeIn são a possibilidade de trabalho remoto (que Vinícius aproveita quando viaja ao Brasil para visitar os pais) e de férias ilimitadas (o funcionário escolhe quanto quer tirar de recesso a cada ano). Antes disso, trabalhou por mais de dois anos em outra empresa de tecnologia em Montreal.

Hoje, está totalmente adaptado ao local e se casou com uma filipina que vive no Canadá desde pequena. François Biron, analista sênior de RH da LogMeIn, explica os critérios de seleção da companhia. “Independentemente de a pessoa ser ou não daqui, recrutamos quem sabe trabalhar. Nós avaliamos vontade, curiosidade e capacidade de resolver problemas”, informa. O escritório em Montreal tem uma equipe de 75 empregados e cinco estagiários. Um terço dos colaboradores é formado por estrangeiros. “Não sei por que, mas os brasileiros se adaptam muito bem aqui. Eles são muito interessados”, elogia.

Hub tecnológico

Segundo a Montréal International, a quantidade de estudantes internacionais na cidade cresceu 21% entre 2015 e 2018. As 11 universidades, mais de 60 faculdades e 50 unidades de ensino técnico recebem alunos interessados em estudar os mais diferentes campos do saber. No entanto, a metrópole se destaca por oferecer empregos nas áreas de inteligência artificial, desenvolvimento de videogames, engenharia aeroespacial, tecnologias de saúde e ciências da vida, efeitos especiais e animação. “Montreal decidiu focar na economia do futuro”, observa Christian Bernard, economista-chefe e vice-presidente da Montréal International.

Há oportunidades, ele destaca, não só para estudar e trabalhar, mas também para abrir uma empresa. “É um local barato de morar e fazer negócios. O custo de empreender é bem competitivo.” Assim, não é de se estranhar que tantas startups estejam surgindo na cidade, especialmente em áreas ligadas à tecnologia. E há muito incentivo para esse tipo de companhia: mais de 30 incubadoras e aceleradoras dão apoio a negócios do tipo. Muitas empresas do tipo funcionam nos mais de 45 espaços de coworking da cidade. Algumas das startups mais famosas são Hopper, de reserva de voos e hotéis, e Element AI, de inteligência artificial. “Montreal era conhecida como centro de diversão e gastronomia, mas não como lugar de investimento. Isso está mudando. Nos últimos anos, 35 grandes empresas investiram em inteligência artificial aqui”, diz Hubert Bolduc.

O Mila é um dos grandes polos de desenvolvimento de inteligência artificial na cidade. Trata-se de um laboratório, fruto de parcerias entre universidades, fundado por Yoshua Bengio, uma das maiores referências mundiais em aprendizagem de máquinas. O local concentra cerca de 500 pessoas, das quais 350 são estudantes e 40, professores. Ficam ali também 19 startups. Cientista da computação pela Universidade de Brasília (UnB), Hansenclever Bassani, 39, é figurinha carimbada no espaço, onde é pesquisador visitante há 10 meses (o período de visita será de um ano). Interessado em inteligência artificial, ele fez mestrado e doutorado em redes neurais artificiais (um modelo computacional de aprendizagem) na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde é professor adjunto.

“Escolhi o Mila porque é uma referência na área.” Tudo começou com Hansenclever enviando um e-mail para Yoshua Bengio. Há dois anos, o contato se aprofundou quando ele visitou o laboratório canadense e quando um representante do Mila visitou a UFPE. “Foi quando decidimos fazer esse estágio de colaboração.” O professor conseguiu liberação da universidade e mantém o salário que recebia no Brasi. Ele veio de Recife acompanhado da mulher e do filho, de 4 anos. “Foi uma aprendizagem imensurável para mim. É um ecossistema educativo muito bacana”, comenta. Ele também ganhou em conhecimentos linguísticos. “Forneceram dois cursos de francês para mim e eu já tinha começado a estudar no Brasil pensando em vir para cá durante esse período. Hoje, consigo me comunicar na rua, virei proficiente no dia a dia.”

Voltando para o Canadá

Sophia Zaia, 29, estudante de mestrado em ciência política na Université de Montréal, já tinha uma relação com o Canadá. Durante o ensino médio, ela fez intercâmbio pela Rotary International em Winnipeg. Sophia tem uma coleção de experiências no exterior. Graduada em relações internacionais pela UniCuritiba desde 2014, fez dois intercâmbios acadêmicos durante a faculdade: em Coimbra, em Portugal; e em Winnipeg, com bolsa do governo canadense. Ela fez também mestrado em relações internacionais em Londres, com bolsa. Ela correu atrás de voltar para o Canadá, desta vez, para Montreal.

“É uma cidade fantástica, grande e acessível”, comenta ela, que conseguiu uma isenção de taxas na mensalidade. A jovem chegou a fazer estágio e monitoria e, agora, trabalha como pesquisadora num projeto para aumentar a qualidade de vida em Montreal a partir do design. Para economizar, a estudante procura promoções antes de comprar e come em lugares baratos. “A dica que eu daria para quem quer vir é pesquisar bastante as opções, planejar, fazer uma lista de prós e contras e entender que não vai ser fácil. Chegando aqui, o conselho é buscar opções de integração e não se isolar.” Ela destaca que isso é especialmente importante no inverno.

Talento valorizado

A brasileira Carla Simon, 28, conseguiu trabalho na mesma universidade onde fez mestrado em estudos internacionais com uma bolsa parcial: Université de Montréal. Hoje, ela é conselheira de admissão e recrutamento. A universidade tem 103 anos e está entre as 100 melhores do mundo. No total, são 45 mil estudantes, dos quais 9.316 são estrangeiros, de 120 países. A instituição conta com 2.700 professores e 600 cursos.

O interesse por Montreal surgiu graças ao amor por aprender idiomas. Carla combinou com o marido, na época namorado, Rafael Becker, 42, de passar uma temporada fora para se aperfeiçoar. Em busca de um lugar onde ela pudesse treinar o francês e ele, o inglês, o casal encontrou, em Montreal, o destino ideal. Depois de um intercâmbio

linguístico de quatro meses, os dois voltaram ao Brasil, em 2014, mas se deram conta de que queriam voltar. Então, Carla, que é jornalista pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), veio estudar, e o marido trabalhar (primeiro, como carregador de caixas e, depois, com representação de vendas). “Nada foi fácil”, explica. “Ninguém vai bater na sua porta e perguntar: ‘quer uma bolsa?’ Fiz muita pesquisa, fui atrás de professores, estudei muito francês. Tudo isso faz diferença.”

Visto duplo

Montreal é considerada financeiramente acessível para estudantes, especialmente em comparação com outras cidades universitárias da América do Norte. O custo de vida por lá é, inclusive, inferior ao de São Paulo e Rio de Janeiro, apesar de mais caro do que em Brasília. Além dos preços mais em conta, outro fator bastante atrativo é a possibilidade de conciliar trabalho e estudos, que é inexistente para estrangeiros em vários outros países. “Quem está estudando pode trabalhar 20 horas semanais durante o semestre e 40 horas semanais durante as férias”, explica Martin Goulet, vice-presidente de Talentos internacionais da Montréal International. “E não há restrição com relação a qual trabalho, que pode ou não ser na sua área de formação: pode ser tanto numa cafeteria quanto num escritório de advocacia”, exemplifica.

“O que é muito bom porque o custo de vida aqui não é tão alto, então esse é um ótimo jeito não só de se sustentar, mas também de juntar dinheiro”, completa Mathieu Lefort, diretor de Estudantes Internacionais. Além disso, depois que termina uma formação, seja graduação, seja pós-graduação, o estrangeiro pode conseguir permissão para ficar o mesmo período do curso apenas para trabalhar — algo que também inexistente em muitos outros países. Em 2015, por exemplo, foram emitidas 4.400 autorizações de trabalho para pessoas de outras nações que fizeram faculdade ou pós em Montreal. Em 2018, foram 7.500. Esse tipo de licença pode ser renovado e, após cinco anos, existe a possibilidade de requisitar o equivalente ao green card canadense, ou seja, moradia permanente.

O engenheiro mecânico pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) Emanuel Maracajá, 28, tem aproveitado oportunidades de estudo e trabalho em Montreal. Ele fez mestrado em eficiência energética e energias renováveis na École de Technologie Supérieure. “O que abriu minha cabeça para procurar algo fora foi a crise de 2015, justamente o ano em que eu me formei. Na época, estava muito difícil para engenheiros jovens arranjar emprego e, quando conseguiam, era com baixos salários”, conta. Ele pensou em duas opções: Canadá ou França. Isso porque tinha certificado de proficiência em francês por ter feito um intercâmbio durante a graduação em Lyon.

O mestrado todo, de dois anos, custou cerca de 20 mil dólares canadenses. “Vim com ‘paitrocínio’, mas também trabalhei para ajudar nos custos”, conta. Atualmente, ele é analista numa consultoria em eficiência energética de prédios. Durante o curso, porém, ocupou outros empregos: foi, por exemplo, garçom numa churrascaria brasileira, levando espetos à mesa. “Para não deixar toda a carga com os meus pais, eu fui trabalhar para pagar pelo menos aluguel e comida”, diz. Ele observa que muitos brasileiros vão para o exterior pensando que viverão num mar de rosas. “É preciso pesar o que tem de facilidade e dificuldade. Nenhum país é um paraíso sempre, há desafios, mas, se você se esforça, há retorno”, pondera. Ele próprio sofreu durante os primeiros invernos para se adaptar. “Você não pode ficar muito tempo fora, tudo o que você faz é dentro de casa ou dentro de um prédio. O grande problema não é a temperatura, mas o que isso gera”, explica.

“Ao fim de um ano, tive depressão, tranquei o curso por um trimestre e voltei para João Pessoa. Eu cheguei à conclusão de que ou parava aquela hora ou não conseguiria ir até o fim”, diz. Depois de quatro meses, voltou recarregado. “Você precisa procurar atividades de inverno, para não ficar em casa o tempo todo”, comenta. Um aspecto positivo que ele cita é que os brasileiros são muito bem recebidos. “Eu nunca tive problema de discriminação.” A convivência com colegas canadenses é boa, mas ele percebe que são pessoas mais fechadas. Emanuel, que hoje divide um apartamento com a namorada, descreve Montreal como uma cidade jovem, moderna, visionária e multicultural.

Quem deseja vir estudar no Canadá acompanhado do cônjuge consegue permissão para que o marido ou a mulher trabalhe em Montreal. Essa foi a opção de Alessandra Gallani, 32, estudante de mestrado em nutrição da Université de Montréal, e do marido, o engenheiro mecânico Vinicius Gobbo, 29. “Eu vim, inicialmente, para estudar e ele, para trabalhar. E viemos para cá por existir essa possibilidade de imigrar. Nos casamos em julho de 2017 e chegamos aqui em novembro daquele ano”, comenta Alessandra, graduada em ciência dos alimentos pela Universidade de São Paulo (USP). Os dois moravam em Piracicaba. Não foram poucos os desafios enfrentados, desde confusão com o valor da mensalidade (Alessandra veio pensando que era um, mas era outro, bem mais alto e acabou tendo de trancar um trimestre), passando pela dificuldade para que Vinicius encontrasse emprego (o que demorou cerca de seis meses), chegando à barreira do idioma (eles tinham nível básico em francês).

No entanto, com dedicação e perseverança, conseguiram enfrentar os obstáculos. Apesar de não gostar de frio, Alessandra adorou o inverno e aproveitou para fazer atividades diferentes, como um curso de ioga na neve, além de visitar um parque nacional. “A vantagem é que aqui tem muita estrutura para isso. Eu sofria mais com o frio no Brasil do que aqui”, diz. Montreal conta com o maior complexo urbano subterrâneo do mundo, chamado de “cidade subterrânea”, com mais de 32km de túneis, que permitem aos pedestres ir a vários lugares sem ter de ficar expostos a baixas temperaturas. Atualmente, Alessandra se engaja com trabalho voluntário e tem muitos amigos, muitos deles estrangeiros. “Acho que demora mais para fazer amizades com canadenses”, percebe. “A dica que eu daria para quem quer vir é se informar muito mesmo antes de viajar, além de chegar aqui com a cabeça aberta, sem estar preso às referências do Brasil. Aqui é preciso começar tudo de novo e ser humilde para lidar com uma nova vida, estando disponível para mudanças.”

Gabrielle Silva Mota Drummond, 29, e Aline Faria, 28, fazem doutorado em comunicação na Université du Québec à Montréal (Uqam). A instituição tem 50 anos de existência, 40 mil estudantes, dos quais 71 são brasileiros. São 300 cursos, entre eles 140 de pós-graduação. As especialidades da universidade são as áreas de humanas, incluindo comunicação, direito, artes, educação e ciência política, mas também ciências naturais. Gabrielle economizou muito do que ganhava trabalhando como jornalista no Brasil para viajar: ela veio, primeiro, para fazer mestrado e, depois, engatou o doutorado.

“Eu juntei uns R\$ 10 mil, que não era muita coisa. Então, chegando aqui, teria de arranjar um jeito de me virar. Fui atrás de informação e de benefícios disponíveis na universidade”, explica. Graças a ter corrido muito atrás, a goiana de Piracanjuba que fez

faculdade na Universidade Federal de Goiás (UFG) conseguiu diversas bolsas. “Também trabalhei na universidade”, conta ela, que imigrou para o Canadá com o marido, Danilo Durmmond, 30.

Aline também veio com o esposo, Pedro Paiva, 28. A dica dela para quem está pensando em estudar em Montreal é, antes de tudo, pesquisar. “Meu conselho é procurar a universidade e os professores que se encaixam no que você quer estudar e, a partir disso, tomar as providências (se inscrever, enviar os documentos) o mais rápido possível porque o processo de visto pode ser demorado”, diz. “A parte mais difícil para nós, brasileiros, é o inverno longo e rigoroso. Então, nesse período, procure fazer atividades, não fique fechado em si mesmo. Isso é muito importante para a adaptação”, aponta.

A Polytechnique Montréal é especializada em engenharia e forma 25% dos engenheiros do estado de Quebec. Dos 8 mil alunos, 38 brasileiros, um número que só tende a crescer. Os estudantes tupiniquins são tão valorizados na universidade que uma das conselheiras de atração de estudantes, Maude Bourassa, é fluente em português e, há 10 anos, faz viagens ao Brasil em busca de alunos, como Laura Paim Pressi, 31 anos, estudante de mestrado em engenharia química na instituição. Engenheira química pela PUC-RS desde 2014, ela a conheceu em uma feira de estudos para o Canadá, em 2017.

“Eu queria ir para um lugar onde pudesse fazer um mestrado e, depois, ter a chance de ficar. Estava em dúvida entre Canadá e Austrália”, explica. Laura chegou a se preparar para tentar estudar no país, validou diploma, mas deixou o projeto de lado por um tempo. “Eu trabalhava na Petrobras, pedi demissão a fim de entrar para a carreira acadêmica e acabei engavetando a possibilidade de ir para o exterior porque comecei a trabalhar numa empresa de tecnologia”, conta. Tudo mudou quando recebeu um telefonema da Maude. “Levei um susto ao ver um número de Montreal na tela do celular. Ela me disse que um professor receberia uma bolsista brasileira, que acabou desistindo.”

Laura foi convidada para assumir o lugar dela. Depois de conversar com o docente em questão e entender o projeto de pesquisa, aceitou a proposta. “Ele precisava de alguém que viesse rápido e, isso casou bem porque eu já tinha todos os documentos necessários.” Entre a ligação que marcou a vida dela e a vinda para o Canadá, passaram-se cinco meses. Ela chegou em 25 de dezembro de 2018. “As mensalidades (anuais) da universidade são bem caras. O primeiro ano, com plano de saúde, dá em torno de 20 mil dólares canadenses e, no segundo ano, 9 mil dólares canadenses. Eu já estava juntando dinheiro para fazer esse investimento por conta própria e, com a bolsa, foi muito melhor”, comemora.

O benefício cobre apenas as mensalidades, então custos de alimentação e residência ficam por conta de Laura, que pesquisa energias renováveis. Ela conseguiu um trabalho de meio período como assistente de pesquisa na própria universidade que ajuda a pagar as contas. “Nenhum dos desafios, como o idioma ou o frio, é maior que os benefícios, como a segurança. Eu moro sozinha com meu cachorro, que trouxe do Brasil, saio a qualquer hora tranquila”, compara. A engenheira não fala francês, então aproveita a oportunidade para aprender a língua. “Eu estou adorando a experiência, vai além das minhas expectativas”, diz.

Bolsista

Bruno Alves, 29, faz doutorado em engenharia elétrica na Polytechnique desde 2017 com bolsa da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. O benefício cobre as mensalidades e dá uma ajuda de custo de 1.470 dólares canadenses. “Dá para viver bem com isso”, explica. Graduado em engenharia de produção elétrica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com intercâmbio acadêmico também com bolsa da **Capes** na França, ele fez mestrado em modelagem eletromagnética também na UFSC.

“Depois do mestrado, decidi que queria fazer o doutorado fora. Troquei e-mails com a Maude e com dois professores antes de vir.” Praticamente todas as atividades do departamento em que Bruno atua são em francês. Aqui, ele conheceu muitos brasileiros. “Eu me sinto mais acolhido aqui do que na França pelo fato de haver muita gente de fora”, diz. Depois de se tornar doutor, Bruno precisa voltar para o Brasil e ficar pelo menos quatro anos como requisito para ser bolsista da **Capes**.

“Mas não digo que não tenho intenção de voltar porque a qualidade de vida é muito superior. Além disso, as pessoas daqui não interferem na sua vida, mas, quando preciso, estão lá para te ajudar”, comenta. “Já peguei dois invernos aqui. Em um deles, a sensação térmica chegou a -40°C, mas Montreal está muito preparada para isso”, afirma. Segundo a conselheira Maude, alunos que vêm do Brasil, como Bruno, são “maravilhosos” tanto como profissionais como pesquisadores. “São pessoas que, em geral, se adaptam muito bem aqui.”

As 11 universidades de montreal

- » McGill University
- » Université de Montréal (UdeM)
- » Université Concordia
- » Polytechnique Montréal
- » Université du Québec à Montréal (Uqàm)
- » École de Technologie Supérieure (ÉTS)
- » École des Hautes Études
Commerciales de Montréal (HEC)
- » Université TÉLUQ
- » École Nationale d'Administration
Publique (Enap)
- » Institut de Tourisme et d'Hôtellerie du Québec (ITHQ)
- » Institut National de la Recherche
Scientifique (INRS)

Saiba mais

Desde 1996, a Montréal International facilitou 71 mil empregos e forneceu orientação para mais de 11 mil trabalhadores estrangeiros. Em 2018, ajudou a recrutar 640 profissionais e alcançou 10.442 estudantes internacionais. Confira mais no site. Um dos projetos da entidade é o I choose Montreal. Descubra mais sobre opções de estudo, trabalho e migração para Montreal no link.

Visão de recrutadores

O que é preciso para ser aceito como aluno em universidades de Montreal? Porta-vozes de instituições explicam

Michel Lemay, diretor de recrutamento da HEC Montréal, observa que se trata da

escola de negócios mais antiga da América do Norte, com mais tempo de funcionamento do que a Harvard Business School. “No total, temos 14 mil estudantes. Em alguns dos nossos programas, 50% são estrangeiros — principalmente vindos de França, Marrocos, Tunísia e Suíça, pois exigimos elevado nível de francês, mas recebemos alunos de todas as partes do mundo, e ainda temos sete cursos em inglês”, afirma. “O que buscamos nos candidatos? Valorizamos diversidade de países e áreas de formação: queremos gente de comunicação, de RH, de engenharia...”, aponta. “Mas, em suma, queremos pessoas brilhantes, que foram bem-sucedidas em suas áreas de atuação e estão em busca de se especializar.”

Vincent Allaire e Emily Love trabalham na McGill University, que tem mais de 200 anos. É a universidade mais antiga de Montreal e uma das que funcionam totalmente em inglês. Eles explicam que o forte da instituição são as áreas de medicina, direito, negócios, engenharia, ciência e sustentabilidade. “Nós somos uma universidade de estudantes fortes, então o que mais valorizamos são boas notas, mas atividades extracurriculares também são um ótimo jeito de construir seu currículo”, destaca Vincent, que atua no Departamento de Relações com a mídia. Emily, gerente de Desenvolvimento de estudantes internacionais e comunicação, observa que a habilidade de liderança também é valorizada. No momento, 12.533 estudantes estrangeiros estão matriculados na McGill, dos quais 150 vêm do Brasil. No total, são cerca de 40 mil alunos.

Cindy Tam, oficial de Recrutamento de Alunos da Concordia University, revela que há 52 brasileiros matriculados na instituição no momento. “São pessoas superengajadas e muito participativas”, comenta Cindy. A instituição, como a McGill, funciona totalmente e exclusivamente na língua inglesa. A unidade tem cerca de 46 mil alunos. Segundo Cindy, o que mais conta na hora da seleção são as notas.

Correio Braziliense

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Bolsonaro "não leu e não lerá" prova do Enem 2019, diz Weintraub

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse hoje que o presidente Jair Bolsonaro (PSL) "não leu e não lerá" a prova do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) 2019. "Salvo uma coisa totalmente fora do script, eu não consigo imaginar [que ele leria]. O presidente está com uma agenda tão atribulada, por que ele vai parar para ler a prova? Ele não leu, e não lerá", afirmou o ministro.

No ano passado, ao criticar uma questão do Enem que tratava de um dialeto usado entre gays e travestis, Bolsonaro afirmou que iria "tomar conhecimento da prova antes" da sua aplicação. Ele também afirmou que, na sua gestão, o MEC não trataria assuntos "dessa forma". Em março deste ano, o governo Bolsonaro criou uma comissão para fazer uma avaliação ideológica das questões do Enem.

O ministro afirmou, no entanto, que o governo passou uma orientação para que qualquer conduta "ideológica" na elaboração das provas seja eliminada. "As pessoas que não performarem adequadamente serão desligadas [da pasta]", completou Weintraub. Ele disse ter demitido, nessa semana, um funcionário do MEC por esse motivo --sem, no entanto, detalhar as metas dessa performance.

Ontem, o MEC (Ministério da Educação) anunciou que a prova deste ano está pronta e já está na gráfica para impressão. O exame será aplicado nos dias 3 e 10 de novembro.

Também ontem, em audiência pública na Câmara dos Deputados, o presidente substituto do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), Camilo Mussi, disse que os professores que integraram a comissão e tiveram acesso às questões assinaram um termo de sigilo e serão punidos pelo Código Penal caso haja qualquer tipo de vazamento.

Hoje, Weintraub afirmou que, salvo uma "hecatombe nuclear", ninguém da cúpula do MEC irá ler a prova antes da aplicação.

"Eu não li, o presidente não leu, ninguém que está aqui nessa mesa leu", disse Weintraub. Ao seu lado, estavam Mussi e Alexandre Lopes, presidente do Inep.

Enem digital

As declarações de Weintraub foram dadas em uma entrevista concedida a jornalistas para anunciar mudanças na prova do Enem, que terá um modelo piloto em formato digital já no ano que vem.

Segundo o ministério, prova será oferecida de forma opcional a 50 mil alunos de 15 capitais brasileiras no ano que vem e atingirá 100% das provas em 2026.

"Este ano, a aplicação do Enem é normal, em papel, mas vamos começar o preparativo para o piloto digital em 2020", disse o presidente do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), Alexandre Lopes.

O Enem digital será aplicado nos dias 11 e 18 de outubro de 2020. Já a prova tradicional, em papel, será realizada nos dias 1º e 8 de novembro do ano que vem.

A TARDE - BA - BRASIL

Fundeb deve sofrer nova distribuição de recursos

Brasília

Mudar a forma de distribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) poderia melhorar a eficiência dos gastos, segundo análise do movimento Todos pela Educação. Entre as alterações propostas está a distribuição das verbas da União diretamente aos municípios, não com intermédio dos estados, como feito atualmente.

O Fundeb é formado por dinheiro proveniente dos impostos e das transferências obrigatórias aos estados, Distrito Federal e municípios (fundos de participação constitucionais). Além desses recursos, a União faz aporte complementar em alguns estados, o que, no ano passado, representou R\$ 13 bilhões. O recurso da União é repassado quando o valor por aluno no estado não alcança o mínimo definido nacionalmente (atualmente, R\$ 3.016,17 ao ano).

Desigualdade

Os aportes da União equivalem a 10% do que tenha sido arrecadado pelos estados e municípios. Porém, segundo a análise do Todos pela Educação, como esse recurso complementar é aplicado a partir dos estados, algumas desigualdades são mantidas, com

idades que já têm bastante dinheiro, apesar de estar em regiões menos favorecidas, recebendo aportes extras.

Enquanto outros municípios, de estados com situação economicamente mais favorecidos, mas que dispõem, na prática, de menos dinheiro, não recebem a verba extra. “Eu vou considerar na hora de redistribuir quanto esse município ou essa rede de ensino tem fora do Fundeb”, ressalta o diretor de políticas educacionais do movimento, Olavo Nogueira, sobre a necessidade de avaliar a condição econômica das cidades como um todo na hora de definir o destino dos repasses da União.

Assim, de acordo com o Todos pela Educação, seria possível atingir o montante que os estudos do movimento mostram como mínimo por aluno ideal, em torno de R\$ 4,3 mil por ano. Atualmente, segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019, elaborado pelo movimento em parceria com a Editora Moderna, 45% dos municípios gastam menos do que isso para cada estudante matriculado nas redes de ensino.

Entre os com mais investimento, 3% gastam mais do que R\$ 7,2 mil por ano. A desigualdade nos gastos por estudante chega a ser de quase sete vezes. Os valores variam de cerca de R\$ 2,9 mil por ano, nos municípios mais pobres, até R\$ 19,5 mil, na cidade com maior investimento.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - CIDADES

Ajustes para garantir ensino

Ainda com verba bloqueada pelo MEC, federais definem prioridades para conseguir manter atividades básicas até o fim do ano

UNIVERSIDADES

Com o segundo semestre letivo batendo à porta e o bloqueio de verbas pelo Ministério da Educação (MEC), as universidades federais em Pernambuco estão fazendo ajustes para manter o funcionamento. Ontem a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) divulgou nota, anunciando a suspensão do lançamento de novos editais das pró-reitorias, o repasse de parcelas do Modaloc (Modelo de Alocação de Recursos) para os centros acadêmicos e departamentos, a contratação de novas bancas para concursos docentes e o início de reformas de infraestrutura. Sem o desbloqueio, a instituição não terá orçamento para manter suas atividades até o fim do ano. De acordo com a Pró-Reitoria de Orçamento, Planejamento e Finanças (Proplan), a UFPE ainda tem a receber R\$ 85,6 milhões de um total de R\$ 162,6 milhões para custeio e assistência estudantil, previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Desse montante, a universidade tem apenas R\$ 16 milhões de orçamento disponível para despesas de manutenção de julho a dezembro. A instituição diz ainda que recebeu apenas R\$ 610 mil dos R\$ 10 milhões constantes na LOA para investimento (obras e compra de equipamentos). Metade deste orçamento também está bloqueado pelo MEC, segundo a UFPE. Segundo Thiago Galvão, pró-reitor da Proplan, os recursos foram bloqueados em maio, após o anúncio de contingenciamento do governo federal. O valor chegou a ser desbloqueado em junho, quando uma liminar determinou a suspensão dos cortes na educação. No entanto, a decisão foi revertida pelo governo poucos dias depois.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, sinalizou a liberação de recursos da

ordem de R\$ 1 bilhão para a Educação, mas até agora as universidades veem o seu futuro como incerto. “Não temos garantia nenhuma de que terminaremos o ano letivo. Fomos obrigados a suspender algumas atividades para podermos dar início às aulas (em agosto). Estamos priorizando as áreas de segurança e limpeza, enquanto esperamos alguma definição. Não temos como mensurar os prejuízos que isso irá nos trazer.

Deixaremos de iniciar projetos de pesquisa e de realizar melhorias em estrutura, como laboratórios”, lamenta Thiago Galvão. Na segunda-feira, a reitoria da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) se reuniu para apresentar as medidas adotadas em virtude do contingenciamento orçamentário. Entre as principais ações estão o corte de postos de trabalho de técnicos terceirizados e as alterações nos procedimentos de trabalho, prazos nos serviços realizados nos diversos setores da universidade e seus respectivos trâmites.

Na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), ajustes também foram feitos para garantir o funcionamento da instituição enquanto o destino das verbas não é definido. Entre eles, o desligamento de mais de 100 funcionários terceirizados. A esperança das instituições federais está na negociação entre a Associação Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e o MEC. Semana passada, o presidente da Comissão Especial da Reforma da Previdência, deputado Marcelo Ramos (PL-AM), recebeu a diretoria Andifes e prometeu alertar a base governista sobre destrave do dinheiro. Ramos se comprometeu a tratar do assunto já nas próximas reuniões da comissão.

ARTICULAÇÃO

Em nota, o Ministério da Educação afirmou que, “na expectativa de uma evolução positiva nos indicadores fiscais do governo, o MEC vem articulando com o Ministério da Economia a possibilidade de ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira a fim de cumprir todas as metas estabelecidas na legislação para a Pasta. Caso o cenário econômico apresente evolução positiva no segundo semestre, os valores bloqueados serão reavaliados.” 50 milhões de reais é a verba bloqueada pelo MEC para a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) 30% é o percentual dos recursos relativos a despesas não obrigatórias, contingenciados pelo governo federal 80 mil pessoas, entre alunos, professores e técnicos das três instituições foram afetadas pelo bloqueio dos recursos Vamos começar o semestre de forma precária, mas vamos começar. Para isso, precisamos fazer alguns ajustes”, explica Thiago Galvão, pró-reitor da UFPE. A Univasf aporta recursos próprios para as ações de assistência estudantil e outros projetos. A gente não tem mais como fazer isso”, afirma o pró-reitor Antonio Pires Crisóstomo

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - ECONOMIA

Ações incluem também educação a distância e empreendedorismo

Avanços na área da saúde e da indústria criativa, expansão dos atuais polos de Educação a Distância (EaD) para modelos presenciais e uma proximidade cada vez maior com as iniciativas de inovação e empreendedorismo estão pautando o presente e o futuro da Universidade Feevale, que comemora cinco décadas de fundação. Desde o ano passado, a instituição vem em uma escalada importante na área da saúde, com o lançamento das faculdades de Medicina, Odontologia, Veterinária e Engenharia Biomédica. A meta é que essa área continue se fortalecendo, e para esse ano a perspectiva é avançar também na indústria criativa, especialmente na produção audiovisual.

O Feevale Digital, projeto de educação a distância da Feevale, também ganhará tração nos próximos anos. Já são 10 polos, como Porto Alegre, Gramado e Sapiranga, e na China, a cidade de Dongguan. A estrutura dos polos serve de apoio aos alunos e abriga as atividades presenciais dos cursos oferecidos como bacharelados, licenciaturas, tecnólogos e especializações. Todos seguem uma nova modalidade de educação a distância, a partir de metodologias próprias. Para ter a melhor oferta aos alunos, a iniciativa conta com a parceria de universidades da Finlândia, de onde a Feevale tem buscado muito do conhecimento para a prática do ensino a distância.

A novidade é que o projeto de futuro da universidade para o Feevale Digital é passar a ter presença física nestes polos. “Vai ser uma expansão diferente para estas cidades, não apenas educacional, mas com as nossas ações de inovação e de empreendedorismo”, conta o reitor da Universidade Feevale, Cleber Prodanov. Ele relata que a Feevale nasceu como uma iniciativa comunitária e foi se transformando ao longo do tempo. “Estamos em uma região em que a setor econômico preponderante era o calçado, e tivemos que nos reinventar até mesmo para sermos indutores do desenvolvimento econômico regional”, comenta. Por isso, nos anos 1990, a universidade começou a desenvolver ações mais voltadas para a inovação, tecnologia e empreendedorismo.

O resultado disso? Iniciativas relevantes no cenário gaúcho e nacional, como o Feevale Techpark e o Hub One, uma estrutura voltada à inovação e aos negócios vinculados à indústria criativa. “Com essas ações focamos na nossa capacidade de formação de pessoas e damos um passo adiante que é o estímulo à constituição de novas empresas e transformação de ideias em projetos”, relata Prodanov. Recentemente, foi realizado um jantar em comemoração aos 50 anos da Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo (Aspeur) e da Universidade Feevale, reunindo autoridades municipais e estaduais, e representantes de importantes parceiros internacionais, como a Håme University of Applied Science (Hamk), da Finlândia, e o Instituto Politécnico de Leiria (IPL), de Portugal.

“O nosso futuro passa por um reposicionamento em que, além de produzir conhecimento, vamos cada vez mais transferi-lo para a sociedade criando oportunidades para a criação de novos talentos e modelos de negócios. Esse é o mote que queremos dar na gestão da universidade nos próximos anos”, conclui Prodanov.

[topo](#)

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Artigo : Para a Ciência superar as dificuldades

Os pesquisadores mais experientes estão atônitos com a falta de liberação dos recursos

03/07/2019 - 00:00

Há hoje um consenso de que estamos atravessando uma série fase de entressafra na Ciência brasileira. Constatam-se uma inatividade quase que total do financiamento pelo Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e suas agências (CNPq e Finep), redução nas bolsas da **Capes** e falência da maioria das fundações estaduais de amparo à pesquisa. Felizmente, há as exceções, como o sistema estadual de São Paulo, Paraná e Paraíba, o avanço (ainda que com o esforço hercúleo dos colegas do CNEPEM) do projeto Sirius, entre outros. As conversas nas salas e corredores das principais instituições científicas públicas apontam para um desânimo raramente visto. Os jovens se desmotivam com as notícias dos cortes de bolsas, suspensões de concursos etc. Muitos, ao não conseguirem renovar as bolsas de pós-

doutoramento, optam pelo caminho do aeroporto e outros por serem motoristas de aplicativos, como o Uber.

Os pesquisadores mais experientes estão atônitos com a falta de liberação dos recursos aprovados em anos anteriores e a ausência de lançamento de novos editais para que possam assegurar a continuidade dos projetos em curto prazo. Estão fazendo cálculos para saber até quando manterão seus laboratórios ativos.

A que se deve tudo isto? Ausência de recursos? Posso afirmar que não. Na realidade, apenas o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que tem na Finep sua secretaria executiva, vem arrecadando do setor privado recursos crescentes para apoio à pesquisa científica e tecnológica. Acontece que, graças a um certo acordo entre o Poder Executivo federal (mais especificamente a área econômica) e o Congresso Nacional (cujas lideranças e relatores de orçamento aceitam as pressões do Executivo), a maior parte destes recursos adormece na excêntrica figura orçamentária conhecida como “Reserva de Contingência” do FNDCT, mantida sob a guarda do Tesouro Nacional, ajudando no superávit primário. Apenas no Orçamento de 2019 constam na reserva de contingência R\$ 3,3 bilhões.

E assim, o FNDCT vai engordando enquanto a Ciência vai ficando no osso. Algumas autoridades financeiras chegam a afirmar que não se pode liberar recursos financeiros sem ter clareza do seu destino. Afinal, o que pode ser feito com os recursos do FNDCT? Ainda que o MCTIC esteja inerte após seis meses de governo, a comunidade científica brasileira sabe muito bem o que fazer com os recursos.

Em 2018, a Academia Brasileira de Ciências produziu um excelente documento intitulado “Projeto de Ciência para o Brasil” apontando as necessidades e prioridades da Ciência brasileira (pode ser encontrado em www.abc.org.br/publicações estratégicas). Por outro lado, no final de 2018, a Diretoria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Finep ouviu setores expressivos da comunidade científica e apontou um conjunto preliminar de programas importantes, indicando os valores mínimos necessários para sua execução. Teve o cuidado de ser realista, prevendo a utilização de apenas cerca de 25% dos recursos da Reserva de Contingência para o período 2019-2022. O investimento previsto é de R\$ 3,1 bilhões no período 2019-2022. A implementação destas propostas permitirá um planejamento de curto e médio prazos com o objetivo de colocar a Ciência brasileira em sintonia com os avanços que ocorrem em todo o mundo. As seguintes áreas foram priorizadas:

Bioeconomia, procurando integrar os conhecimentos básicos do mundo biológico — animal, vegetal, microrganismos diversos, vírus — no sentido de aproveitar seu conteúdo básico bem como processos bioquímicos e moleculares que neles ocorrem para gerar novos produtos e processos;

Instrumentação científica, aproveitando a experiência adquirida na construção do Sirius e na indústria aeronáutica e espacial, visando à produção de equipamentos modernos em áreas estratégicas, tanto para permitir avanços na pesquisa experimental no país como para construção de alguns equipamentos de grande uso e que movimentam muitos milhões de dólares por ano nos setores médico e do agronegócio;

Pesquisa em doenças negligenciadas que constituem um número significativo de

enfermidades causadas principalmente por agentes biológicos, incluindo vírus, bactérias, protozoários e helmintos, não esquecendo a importante participação de insetos transmissores de várias destas doenças, como é caso das arboviroses — zika, chicungunha, dengue e febre amarela — e protozooses — doença de Chagas, leishmanioses e malária;

Doenças crônicas não transmissíveis, com ênfase nas doenças neurodegenerativas, doenças cardiovasculares, diabetes, câncer, doenças respiratórias, entre outras. No seu conjunto, estas doenças correspondem a mais de 70% dos óbitos registrados no país;

Programa de Apoio à Infraestrutura de Pesquisa dos Institutos do Ministério da Defesa, que vêm desenvolvendo importantes projetos estratégicos para o país atuando em pesquisa básica, pesquisa aplicada, bem como desenvolvimento e teste de protótipos;

Reforço ao Programa de Apoio à Infraestrutura Científica Nacional, procurando manter em boas condições o que temos, dar continuidade a iniciativas importantes como o projeto Sirius, e criar novas infraestruturas em áreas da fronteira da ciência necessárias ao desenvolvimento brasileiro, claramente apontadas no documento da ABC;

Expandir os parques tecnológicos e programas de apoio às empresas inovadoras do país;

Estimular a formação de recursos humanos e de infraestrutura científica na área das energias renováveis, à semelhança do que tem sido feito com sucesso no setor de petróleo e gás que, inclusive, levou à descoberta do pré-sal, hoje responsável pela maior parte do petróleo brasileiro; Programa de Recursos Hídricos visando estimular a pesquisa científica e tecnológica, bem como a inovação, em toda a cadeia da água: (a) preservando suas fontes, (b) estimulando seu uso racional, inclusive no setor agrícola, (c) desenvolvendo métodos que permitam sua reutilização e (d) desenvolvendo novas metodologias que permitam a obtenção de água doce a partir de água salobra ou salgada;

Ampliar o Programa de Subvenção Econômica (a) de modo descentralizado, como opera o Programa Tecnova, da Finep, (b) como elemento para a cooperação internacional entre micro e pequenas empresas atuando em áreas estratégicas de interesse mútuo e (c) de forma direta com empresas atuando em áreas estratégicas de forma associada a operações de crédito;

Recuperação das ações verticais dos fundos setoriais.

Finalmente, essas ações devem ser complementadas com outras, visando a reforçar as atividades de C&T nos estados, com a participação das FAPs, e intensificando a cooperação internacional. Esse conjunto de atividades, aliado à ampliação do número de bolsas e de seus valores, poderia reverter o quadro depressivo existente hoje na comunidade acadêmica brasileira.

Wanderley de Souza é professor da UFRJ e membro da Academia Brasileira de Ciências

topo ↕

AMAZONAS ATUAL - NOTÍCIAS

Inspirado em Paulo Freire, professor promove educação inclusiva na Amazônia

MANAUS – “É preciso ler o mundo e tudo ao nosso redor é ciência. Nós só temos de saber ler”, diz o professor Nélio Sasaki, doutor em Astrofísica, diretor dos planetários digitais de Manaus e Parintins, professor adjunto da UEA (Universidade do Estado do Amazonas) e coordenador do Nepa (Núcleo de Ensino e Pesquisa em Astronomia). A sede do Nepa é em Parintins, cidade do Amazonas famosa pela rivalidade entre duas grandes agremiações folclóricas: Garantido e Caprichoso.

Dentro desta perspectiva que o Grupo de Pesquisa Nepa, certificado pelo CNPq, desenvolve projetos no ensino de Astronomia. A referência é Paulo Freire, o pensador brasileiro mais citado mundialmente em trabalhos científicos em educação. Segundo Sasaki, a Astronomia é por excelência uma ciência plural, ou seja, formada por diversos pontos de vista. E a proposta Freireana permite usar a Astronomia para levar aos mais diversificados povos a ciência, tecnologia e inovação.

A astronomia indígena tem suas peculiaridades, a astronomia afro-brasileira já apresenta outro olhar, e assim por diante. O Nepa possui projetos financiados pela União Astronômica Internacional (IAU/OAD). Em 2019, a IAU completa 100 anos de fundação.

O projeto ‘Astronomia Indígena’ é usado para reconstrução de valores dos povos indígenas do Baixo Amazonas (Sateré-Mawé e Hixkaryana). As bolsistas são indígenas e elas mesmas elaboraram cartilhas sobre astronomia indígena editadas na língua materna. Os projetos serão expandidos para escolas da microrregião de Parintins (Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Maués, Nhamundá, Parintins, São Sebastião do Uatumã e Urucará, além da capital Manaus).

“Certamente que a logística é um grande desafio, afinal, para chegarmos aos municípios da microrregião de Parintins as opções são os barcos. Desta maneira, o trabalho é um pouco lento, mas nos esforçamos para atender a todas as escolas”, disse Nélio Sasaki.

“O Nepa também oferece suporte virtual, através de videoconferências às escolas do interior amazonense. Como todo grupo de pesquisa, o Nepa é composto por 15 pesquisadoras bolsistas e usamos os mais diversos recursos, entre eles planetários (são dois, um está em Parintins e outro em Manaus); telescópios; oficinas; e cursos de formação”, acrescenta.

Além de Paulo Freire, a miscigenação cultural inspirou o projeto do professor engajado em tornar a astronomia uma referência em educação e inclusão na Região Norte. Por efeito, dar a estudantes parintinenses a certeza de que possuem um lugar no universo.

Ainda em 2012, Sasaki implantou o Nepa na universidade à qual ingressara para após o seu curso de doutoramento no Brasil para ser professor e pesquisador. Lá criou o primeiro projeto de Planetário Digital da Região Norte do Brasil, com unidades em Parintins e Manaus.

“Nossa meta é conduzir o ensino de astronomia para ajudar professores a atender melhor seus alunos. Muitos livros e materiais didáticos apresentam erros conceituais sobre o tema. Nossa meta é levar às escolas uma astronomia ensinada conceitualmente correta”, explica Sasaki.

Sasaki usa o estudo os astros para envolver alunos indígenas, de comunidades periféricas, negros e também crianças com Síndrome de Down e surdas a ler o céu e projetar seus sonhos. Assim, pretende estimular a amizade e a solidariedade entre pessoas que convivem numa cidade onde a educação artística já é tradição.

“Atualmente, os jovens indígenas estão migrando para a cidade e perdendo o contato com mitos e lendas do seu povo. Os livros não nos ensinam astronomia indígena e muitos valores daquele povo caem no esquecimento”, explica o professor.

Para combater este abandono cultural, ele e sua equipe de 47 pessoas, entre alunos e colaboradores, dos quais 36 são mulheres, estão desenvolvendo cartilhas sobre astronomia indígena, com aporte financeiro da própria UEA e da União Astronômica Internacional (IAU/OAD).

“As mulheres são prioridade na nossa equipe. Inclusive, temos muitas mulheres indígenas no grupo e estamos revitalizando as línguas Sateré-Mawé e Hixkaryana, através das primeiras cartilhas – cuja temática é Astronomia – editadas em língua Sateré-Mawé”, ressalta Sasaki.

O grupo também articula apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e Nível Superior (Capes), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Educação e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC) – grande apoiador do NEPA e cujo Ministro é o Astronauta Marcos Pontes – um incentivador da Ciência nacional, sobretudo da Astronomia e Astronáutica.

As parcerias também incentivaram a oferta de introdução à Astronomia na Educação Infantil. No Centro Educacional Infantil (CEI) Novo Horizonte, e no CEI Palmares, a ‘astropedagogia’ é usada para apresentar a Astronomia às crianças do maternal; na Escola Municipal Luz do Saber, o Nepa desenvolve projetos do ensino fundamental I e II até a EJA (Educação de Jovens e Adultos).

O Nepa propôs, através de edital, a implantação da OBAC (Olimpíada Brasileira de Astronomia Cultural) com a finalidade é levar para as escolas a leitura plural dos astros. A OBAC tem apoio do MCTIC. As inscrições começam em agosto.

Termos: Nélio SasakiNepa

topo 

BRASIL DE FATO - TEMPO REAL

Audiência Pública em defesa dos cursos de filosofia e sociologia mobiliza estudantes

Realizada na Assembleia Legislativa, a audiência contou com forte presença também de estudantes e professores do Cariri

Cerca de 50 pessoas entre estudantes e docentes dos cursos de Ciências Sociais e Filosofia do Cariri estiveram presentes em audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Ceará em Fortaleza na última semana de junho, que debateu sobre os rumos dos cursos e planejou estratégias de resistência frente aos ataques do governo Bolsonaro para as disciplinas. A comitiva participou ainda de atos em defesa do financiamento para pesquisa em ciências humanas e contra o bloqueio de verbas para a educação.

Ciências Humanas sob ataque

Em abril, o presidente Jair Bolsonaro, via twitter, fez eco as declarações do ministro da educação, Abraham Weintraub, sobre a “descentralização do investimento em faculdades de filosofia e sociologia”, com alegação de que tais cursos não seriam de interesse para a população por não gerarem lucro imediato. “A função do governo é respeitar o dinheiro do contribuinte, ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta” disse Bolsonaro no twitter.

Em resposta as afirmações, a Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (Anpof) divulgou uma nota assinada por diversas entidades acadêmicas de cursos ligados à área de humanas e Centrais Sindicais. “O ministro e o presidente ignoram a natureza dos conhecimentos da área de humanidades e exibem uma visão tacanha de formação ao supor que enfermeiros, médicos veterinários, engenheiros e médicos não tenham de aprender sobre seu próprio contexto social nem sobre ética.” destaca a nota.

A audiência pública

Convocada pelo presidente da comissão de educação da casa, deputado Queiroz Filho (PDT), o momento teve como tema “A permanência das disciplinas de Filosofia e Sociologia nas grades curriculares da Educação Básica e do Ensino Superior”, contando com a colaboração e participação de membros da ANPOF, professores e estudantes de diversas instituições de ensino.

A preocupação com o futuro do campo de estudo de Ciências Humanas, mais especificamente dos cursos de Ciências Sociais e Filosofia, e os cortes na educação motivaram a realização da audiência. O Complexo de Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa do Ceará abrigou vários participantes que durante o momento, tiveram direito a fala. “Ele (o governo) mexe com os desejos das pessoas, principalmente das cidades pequenas de fazer parte deste espaço de formação e de qualificação profissional” disse o Professor Adriano Carreira, Presidente da Anpof.

Em representação dos estudantes de Ciências Sociais da Universidade Regional do Cariri (URCA), a estudante Maria Raiane, em sua fala, ressaltou a importância da representatividade negra dentro dos espaços institucionais, sobretudo na formação acadêmica. “A academia epistemicida. Ela mata nosso conhecimento, como se nós não produzíssemos ciência” relatou Raiane. Ainda em sua fala, a estudante falou sobre a produção acadêmica de seu curso que, mesmo sem a estrutura apropriada para seu devido funcionamento, conseguiu nota quatro no ENADE. “Nosso curso tem um histórico de lutas que vai continuar” ressaltou.

Ato na Funcap

Antes de seguirem para a Audiência, a comitiva do Cariri organizou um ato político na sede da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) em resposta ao corte de mais de 700 bolsas de apoio acadêmico a iniciação científica em todo o estado do Ceará, todas da FUNCAP, sob justificativa de priorizar as bolsas sociais. “O que eles não entendem é que as bolsas de iniciação científica também se tornam sociais a partir do momento em que se enxerga quem está produzindo estas pesquisas. Cientificamente, não são estudantes de classe média-alta que produzem conhecimento” falou Kaio Cardoso, estudante de Ciências Sociais da

URCA.

De acordo com estudo feito pela empresa norte-americana Clarivate Analytics a pedido da CAPES, 95% da produção científica brasileira é feita pelas Universidades Públicas. Os(as) manifestantes também reivindicaram o aumento do investimento da FUNCAP em produções acadêmicas nas universidades estaduais cearenses, para combater os cortes de orçamento na educação.

“Existe uma política de corte ou de suspensão de bolsas do governo do estado do Ceará, que afeta tanto as instituições estaduais quanto as federais. Apensar desta postura não poder ser comparada à do governo federal, ela deve ser combatida também” comentou o André Alcman, Professor de Ciências Sociais da URCA.

Encaminhamentos

Após intensos debates e deliberações coletivas, a audiência conseguiu encaminhar uma série de ações que serão tomadas para a defesa do ensino público e da permanência dos cursos de Filosofia e Ciências Sociais nas grades curriculares do ensino básico e superior. Entre os encaminhamentos, ficou decidido que a FUNCAP continuará a ser pressionada pelo retorno das bolsas de Iniciação Científica. Também ficou como pauta a definição das disciplinas de Filosofia e Sociologia, no ensino médio do Estado do Ceará, para todos os itinerários do currículo. Uma nova audiência ficou marcada para o dia 09 de julho às 14:00h na Assembleia Legislativa do Ceará.

Edição: Monyse Ravena

[topo](#)

AÇÃO POPULAR - TEMPO REAL

**Professores tentam entregar troféu irônico a ministro e são barrados no MEC
Docentes de sete universidades federais manifestam indignação com a gestão de Abraham Weintraub criando um prêmio em forma de tesoura, como maneira de reclamar dos cortes que o ministro deseja fazer na pasta**

Em um ato simbólico de protesto, professores universitários de cinco associações diferentes do país se reuniram em frente ao Ministério da Educação (MEC), na manhã desta terça-feira (2/7), para, ironicamente, premiar o ministro da Educação, Abraham Weintraub, com o troféu Cortando o Futuro 2019. O grupo é formado por sete representantes das seguintes instituições: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O irônico troféu “Cortando o futuro”

Os docentes compõem o Observatório do Conhecimento, rede independente e suprapartidária formada por 14 associações de docentes de universidades federais de várias regiões do país. Durante cerca de duas horas, sete professores aguardaram ao lado de fora do MEC para protocolar uma carta que se posiciona contra as recentes ações do ministro da pasta. No entanto, as portas do ministério foram trancadas, e a associação não conseguiu deixar seu recado.

Sarcamos em forma de prêmio

O troféu que os professores gostariam de entregar a Weintraub é sarcástico e foi pensado em protesto aos cortes de 30% no orçamento de custeio das universidades e institutos federais, redução das bolsas de pesquisa e outras medidas que “violam os

princípios da autonomia universitária”, segundo o Observatório do Conhecimento. “Confeccionado especialmente para premiar o ministro Weintraub, o troféu em forma de tesoura dourada simboliza a triste ironia de o Brasil ter um ministro da Educação que trabalha contra a própria pasta”, esclarece o grupo.

Professores integram a associação Observatório do Conhecimento

Em carta, eles pedem ao ministro que revogue imediatamente os cortes no orçamento de universidades e institutos federais, respeite a autonomia e a liberdade acadêmica ao nomear reitores escolhidos pela comunidade universitária, garanta a continuidade de todas as bolsas de pesquisa do sistema **Capex (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, mantenha programas de assistência estudantil para formação e permanência, e preserve integralmente as políticas de cotas sociais e raciais. A professora da UFRJ Lígia Bahia, 64 anos, reclama do descaso com o qual foi recebida pelo Ministério da Educação nesta manhã. “Chegamos aqui às 11h, e a primeira medida que fizeram foi fechar a porta do MEC. Nós mal conseguimos expor os motivos que nos trouxeram até aqui. Nós somos professores da universidade, não é possível que o MEC se sinta ameaçado pelos próprios professores. Se não podemos entrar aqui, quem entra? O MEC existe para o quê, afinal?”, contesta a professora. “Somos professores comprometidos com o ensino de qualidade, estamos aqui para dialogar com o ministro, mas nos deparamos com essa situação”.

Funcionários chegaram a trancar as portas para impedir a entrada dos professores “Pensamos que é preciso reverter esses cortes para 2019, e estamos muito preocupados com a lei orçamentária de 2020. Nossas universidades tiveram uma expansão de acesso, hoje temos mais alunos no ensino superior do que tínhamos antes, e com um orçamento menor ainda”, ressalta Lígia. Para ela, Weintraub merece o troféu por causa de atitudes agressivas em relação às universidades públicas. “Ele (o ministro) vem se expondo publicamente num sentido de muita agressividade às instituições, com suas manifestações debochadas em relação ao trabalho sério que fazemos, e a construção do futuro que a universidade pública representa”, defende a professora.

Lígia relatou que, após aguardar das 11h às 12h50 por algum representante de Weintraub que pudesse acolher as reivindicações, foi recebida por uma funcionária que realizou o protocolo da carta de maneira informal. No entanto, o prêmio não foi entregue ao ministro. “Caso não seja possível protocolar a carta e o prêmio, sairemos daqui e esperamos por alguma ocasião ou cerimônia pública em que o ministro apareça para fazer essa entrega”, informa. No entanto, ultimamente, a participação do ministro em eventos tem sido divulgada somente na data do acontecimento, justamente a fim de evitar manifestações de estudantes e profissionais da educação.

Após aguardar uma recepção, tiveram uma carta protocolada, mas apenas informalmente

Professor relata frustração

Wagner Romão, 43, professor e presidente da associação de docentes da Unicamp, tinha expectativas de que o ministro os recebesse. “Ele é um ministro bastante midiático, gosta desse tipo de ação, de imagem. Eu achei que ele nos entenderia e nos receberia, ou pelo menos algum assessor”, conta. Para ele, Weintraub merece a tesoura dourada por mostrar um descaso a própria pasta.

“Ele disse que algumas áreas da educação não precisam existir, que o Brasil forma

doutores demais, e diz que pretende investir em educação básica, mas os cortes também estão na educação básica. É um equívoco muito grande você não relacionar o incremento da educação básica sem investimento na educação superior”, critica o professor. Procurada pelo Correio, a assessoria de imprensa do Ministro da Educação não se posicionou sobre o assunto até a última atualização da reportagem.

”Se não podemos entrar aqui, quem entra? O MEC existe para o quê, afinal?”, contesta a professora Lígia Bahia

Educação é maior fator de insatisfação com governo, segundo Ibope

A insatisfação com o governo do presidente Jair Bolsonaro chegou a 32% em junho. Segundo pesquisa do Ibope (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) divulgada na última quinta-feira (27/6), a taxa subiu 5% desde abril, quando marcava 27%. Encomendado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o levantamento trimestral tem margem de erro de 2 pontos percentuais (para cima e para baixo) e mostra que, para 32% dos brasileiros, o governo Bolsonaro é ótimo ou bom. Em abril, esse percentual era de 35%.

A área de educação se mostrou como o maior fator de insatisfação dos brasileiros. Conforme o levantamento, o percentual dos que desaprovam a atuação do governo nesse setor saiu de 44% para 54%, com um avanço de 10 pontos percentuais. Já a taxa dos que aprovam caiu 9%, saindo de 51% para 42%.

Agora, os docentes vão esperar por algum evento de que Weintraub participará para tentar entregar o troféu

Renato da Fonseca, gerente de pesquisas da CNI (Confederação Nacional da Indústria), explica o crescimento da desaprovação na educação a partir das recentes medidas do governo no setor, como o contingenciamento. “Quando vemos as notícias mais lembradas no último trimestre, destacam-se as manifestações da educação, reforma da previdência e porte de armas, mas as manifestações são as que mais aparecem. As pessoas percebem isso mais rápido do que outras notícias”, afirma. “Embora possa não explicar tudo, todo esse debate em torno dos cortes e contingenciamentos dos recursos de educação acabou afetando negativamente a popularidade do governo”, esclarece.

*Estagiária sob supervisão da subeditora Ana Paula Lisboa

topo 

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Enem terá aplicação digital em 2020 em fase piloto

Proposta é de uma implementação progressiva; nada irá mudar para os participantes inscritos em 2019

O Ministério da Educação (MEC) anunciou nesta quarta-feira, 3, em Brasília, que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) vai se tornar digital. A proposta é de uma implementação progressiva. Em 2020, a versão digital será aplicada em fase piloto.

A previsão do governo é abandonar as versões impressas em 2026. Nada irá mudar para os participantes inscritos em 2019. As primeiras aplicações digitais serão opcionais. O estudante vai escolher o modelo no momento da inscrição.

Segundo o MEC, no primeiro ano de teste, o modelo digital será aplicado para 50 mil pessoas em 15 capitais do país. A expectativa é que a versão digital abra outras possibilidades como a de realização do exame em várias datas ao longo do ano, por

agendamento.

Em 2020, portanto, o Enem terá três aplicações: a digital, a regular e a reaplicação. Este último caso é voltado para candidatos prejudicados por algum problema logístico ou de infraestrutura durante a realização da prova digital. Eles terão direito à reaplicação, que ocorrerá em papel.

Para o governo, o Enem Digital vai permitir a utilização de novos tipos de questões com vídeos, infográficos e até a lógica dos games. Também será possível aplicar o Enem em mais municípios.

A ideia de aplicar o Enem de forma digital não é nova e começou a ser discutida em 2012. Os últimos presidentes do Inep e principais quadros do MEC já defendiam nos últimos anos que a transição para a prova online deveria ser uma prioridade para os próximos anos, já que esse modelo é mais seguro que o atual.

No ano passado, em entrevista ao Estado, a então presidente do Inep, Maria Inês Fini, explicou, mesmo com o investimento em tecnologia, a aplicação online seria mais barata e segura. Em 2017, a prova custou R\$ 505,5 milhões – apenas 25% dos gastos são cobertos pelo valor da taxa de inscrição, de R\$ 82 – e envolveu mais de 600 mil pessoas na elaboração, distribuição, aplicação e correção do exame.

Com 5,5 milhões de inscritos para a edição deste ano, o Enem é a segunda maior prova de acesso ao ensino superior do mundo, atrás apenas do Gaokao, o vestibular chinês, que tem anualmente cerca de 9 milhões de inscrições.

Edição do Enem 2019

O Enem é a maior prova do Brasil e dá acesso a uma centena de universidades federais, estaduais e privadas que usam o exame como forma de seleção. Em 2019, mais de 10,2 milhões de provas serão impressas para o Enem. Os custos da aplicação superam R\$ 500 milhões para os mais de 5 milhões de participantes confirmados na edição.

No fim do processo, quem fez o exame pleiteia uma vaga por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), pelo qual as universidades de todo o País oferecem suas vagas. Com sua pontuação em mãos, o aluno escolhe o curso e a universidade; se tiver o total necessário, está dentro.

O que muda no Enem 2019?

Segundo o site do Enem, os alunos contaram neste ano com um novo sistema de inscrição que permitiu incluir uma foto. Os deficientes auditivos e visuais tiveram a opção de indicar no ato da inscrição o uso de um aparelho auditivo ou de implante coclear. Além disso, todos os alunos terão os lanches revistados no dia da prova, e no final dos cadernos de questões haverá espaço para rascunho da redação e cálculos.

Quando serão realizadas as provas?

Os testes serão aplicados nos dias 3 e 10 de novembro.

Quantas questões terão as provas no Enem 2019?

Haverá quatro provas objetivas com 45 questões cada uma sobre os seguintes temas: linguagens e códigos, ciências humanas, ciências da natureza e matemática. Além disso,

os alunos deverão fazer uma redação argumentativa de, no máximo, 30 linhas sobre o tema que será proposto.

No dia 3 de novembro, serão aplicados os testes de linguagens e códigos, ciências humanas e a redação, com 5h30 de duração. No dia 10 de novembro, serão aplicados os testes de ciências da natureza e matemática, com 5h de duração.

Quando conseguirei acessar meu cartão de confirmação de inscrição?

Ele será disponibilizado em outubro e deve conter o número de inscrição do aluno, data, hora e local das provas, atendimento especializado (deficientes visuais, por exemplo) e/ou específico (como gestantes e lactantes), caso solicitado, e a opção de língua estrangeira. / Com Agência Brasil

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Governo planeja Enem totalmente digital até 2026

Ministro da Educação diz que Bolsonaro não leu a prova deste ano, como havia prometido

O governo Jair Bolsonaro (PSL) vai iniciar no próximo ano um projeto-piloto para aplicação do Enem em computadores. O plano é migrar totalmente para o modelo digital até 2026.

O objetivo é alcançar uma redução de custos de logística e permitir mais de uma aplicação do Enem ao longo do ano, a exemplo do que ocorre com avaliações internacionais.

Em 2020, o projeto-piloto ocorrerá em 15 capitais para um público de 50 mil candidatos. A aplicação do Enem totalmente digital ocorrerá em dois domingos, nos dias 11 e 18 de outubro, antes da aplicação regular, em papel, já marcada para os dias 1 e 8 de novembro de 2020.

No ano seguinte, haverá duas aplicações digitais no ano e, entre 2022 e 2025, quatro oportunidades em computador. Nesse período, de 2020 a 2025, haverá sempre a aplicação em papel concomitantemente ao modelo digital.

Os candidatos poderão escolher inscrever-se para prestar a prova no computador, caso haja oportunidade próximo à sua residência. Somente em 2026 o Enem ocorre digitalmente de forma definitiva, de acordo com o plano do governo.

"Até 2026, a prova vai ser muito parecida com o que é hoje, mas toda ela vai ser no computador, assim como ocorreu com as transformações lá de fora", disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub, em entrevista coletiva nesta quarta-feira (3) na sede do MEC, em Brasília.

"Há cem anos a gente faz exame do mesmo jeito, em papel. Queremos fazer como é feito lá fora".

Quando o formato atual do Enem foi lançado, em 2009, e a prova passou a ser usada como vestibular para as universidades federais, já havia o plano de digitalizar o exame. A dificuldade para ter questões em número suficiente dificultou a operação.

No Enem, os itens são pré-testados para garantir níveis de dificuldade controlados. Dessa forma é possível a aplicação de várias provas no mesmo processo seletivo com o mesmo grau de dificuldade.

Segundo Alexandre Lopes, presidente do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), órgão do MEC responsável pelo Enem, a mudança deve reduzir os custos do exame, hoje em torno de R\$ 500 milhões. A aplicação do projeto-piloto em 2020 vai custar R\$ 20 milhões.

O modelo digital deve, segundo Lopes, permitir provas adaptadas à reforma do ensino médio, que prevê que os alunos escolham seus itinerários formativos ao longo da etapa. Na inscrição, o aluno já vai poder escolher a prova de acordo com o itinerário que cursou.

A reforma está em implementação nos estados e prevê cinco itinerários, caso haja oferta na escola: matemática, linguagens, ciências da natureza, ciências humanas e ensino técnico. Hoje, a prova do Enem tem quatro partes de 45 questões cada. Com a mudança para o digital, há a possibilidade de cada parte da prova ser reduzida para 23 questões.

Os integrantes do MEC garantiram que dá para garantir a segurança do exame no formato digital. "Os ataques à segurança já existem, hoje. E a PF vem desbaratando quadrilhas que tentam fraudar o Enem. A segurança que temos em papel será garantida no digital", disse Lopes.

O Enem deste ano, marcado para novembro, continuará todo em papel. O ministro Weintraub disse que o presidente Jair Bolsonaro não leu a prova antes, como havia prometido.

"Eu não li, o presidente não leu, ninguém aqui leu", diz. "Todo mundo tem meta e responsabilidade e cada um é responsável. Foi passada orientação para acabar com qualquer viés ideológico na elaboração de provas. As pessoas que não performarem vão ser desligadas".

Neste ano, o Inep criou uma comissão que fez um pente fino ideológico no banco de itens do Enem.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

**Enem começa a ter prova digital a partir do ano que vem, e 100% até 2026
Em 2020 exame já será aplicado digitalmente para 50 mil candidatos; Meta do MEC é aposentar versão impressa do exame**

BRASÍLIA e RIO - O Ministério da Educação (MEC) anunciou nesta quarta-feira que em 2020 vai aplicar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) digitalmente para 50 mil candidatos, em 15 capitais do país. Os planos do MEC são de que em 2026 já não haja mais a prova impressa. Os estudantes que prestam a prova nesse ano, no entanto, não serão afetados com nenhuma mudança. Durante o anúncio, o ministro Abraham Weintraub afirmou que, salvo algo fora do script o presidente Jair Bolsonaro não leu e não lerá a prova do Enem 2019.

— A ideia é fazer vários Enems ao longo do ano por agendamento — anunciou o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

(Inep), Alexandre Lopes, em coletiva de imprensa.

No ano que vem, 50 mil candidatos já poderão optar se farão o modelo piloto digital ou se farão a prova tradicional impressa. No caso dos candidatos que forem fazer a prova nos moldes tradicionais, a prova continuará sendo aplicada em dois domingos consecutivos, segundo o Inep, em 11 e 18 de outubro.

O número de aplicações aumentará progressivamente. Em 2021, serão feitas duas aplicações digitais da prova. Depois, a partir de 2022 a ideia do MEC é viabilizar a aplicação da prova em quatro ocasiões em datas diferentes agendadas ao longo do ano.

De acordo com o Inep, a versão digital da prova viabilizará questões que utilizem games, vídeos e infográficos.

O governo cita como argumento central para a mudança na prova a economia de dinheiro, já que, segundo dados oficiais, a aplicação da prova impressa supera R\$ 500 milhões de reais. Outra justificativa é que a mudança traria ganhos para o meio ambiente.

Matriz do Enem ainda é dúvida

Ex-presidente do Inep e membro do Conselho Nacional de Educação (CNE), Chico Soares afirma que a iniciativa é positiva, mas que há questões mais urgentes a serem tratadas sobre o Enem.

— Com a Reforma do Ensino Médio, precisamos saber o que o Enem vai cobrar. O que está sinalizado seria um primeiro dia de conteúdos gerais e um segundo dia de conteúdos específicos relacionados à área da carreira escolhida, mas isso não está definido e é uma decisão absolutamente necessária e essencial — argumenta Soares. — Antes de pirotecnias do que utilizar para aplicar a prova, precisamos saber o que vai estar no Enem. O que as escolas precisam é da matriz de referência da prova e menos do formato. Isso é urgente.

A Reforma do Ensino Médio foi sancionada em 2017 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da etapa foi aprovada em 2018 e havia uma previsão de que as mudanças nos currículos e avaliações sejam implementadas até 2020.

De acordo o educador, é importante garantir que a prova digital não seja apenas uma reprodução do exame impresso. Para ele, a mudança só faz sentido se servir para explorar ferramentas que tornem a avaliação mais dinâmica.

— Hoje há a possibilidade de se fazer questões que vão muito além da múltipla escolha. O melhor exemplo disso é o Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes). Se o que está sendo pensado é fazer o mesmo Enem de múltipla escolha mas no ambiente digital isso é automatizar o jurássico — afirmou Soares, dizendo ainda que a mudança deve ser debatida com as escolas. — O Inep precisa criar canais de comunicação com as escolas e ouvir quem tem algo a falar e quem vai ser afetado pela mudança. É preciso pensar no impacto que teria para alunos que estão em escolas com sistemas de informática ainda muito defasados.

Infraestrutura deficiente

A avaliação de quem está presente no dia a dia de quem se prepara para o Enem é semelhante. Para o coordenador de vestibular do colégio Q.I, Renato Pellizzari, a aplicação digital do Enem pode favorecer uma avaliação mais completa das habilidades dos alunos, mas por outro lado, poderá encontrar obstáculos devido à pouca infraestrutura das escolas do país.

— O Enem ser 100% digital já era algo previsto há algum tempo, porque o modelo de avaliação baseado na Teoria de Resposta ao Item (TRI) acaba sendo mais bem aplicado se tivermos uma prova nesses moldes, já que permite descobrir as habilidades dos candidatos de forma mais adequada que uma prova feita no papel, pois pode utilizar ferramentas como vídeos, jogos e conduzir a aplicação da prova de acordo com as aptidões do aluno — afirma Pellizzari.

No entanto, o professor considera irreal a proposta do governo de fazer a prova totalmente nesse modelo até 2026:

— Não sei se vamos conseguir em pouco tempo a inclusão digital de toda população brasileira que tem interesse de ingressar em uma universidade. É arriscado fazer uma previsão como essa para 2026. Se paralelamente fosse uma pauta do governo desenvolver um processo de inclusão digital no Brasil, levando internet e capacitação para todas as escolas públicas, com infraestrutura de computadores, talvez essa meta pudesse ser alcançada. Mas isso não está dentro das propostas do governo.

Veja as capitais que terão aplicação da prova digital já em 2020:

Belém (PA)
Belo Horizonte (MG)
Brasília (DF)
Campo Grande (MS)
Cuiabá (MT)
Curitiba (PR)
Florianópolis (SC)
Goiânia (GO)
João Pessoa (PB)
Manaus (AM)
Porto Alegre (RS)
Recife (PE)
Rio de Janeiro (RJ)
Salvador (BA)
São Paulo (SP)

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Exame terá aplicação digital em fase piloto em 2020, anuncia MEC

O Distrito Federal e mais 14 estados terão novo formato ano que vem

O Ministro da Educação, Abraham Weintraub, e o Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Alexandre Lopes, afirmaram em entrevista coletiva nesta quarta-feira (3) que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2020 será aplicado por meio digital. A aplicação, segundo o ministério, acontecerá em modelo piloto: a prova será oferecida de forma opcional a 50 mil alunos de 15 capitais brasileiras. O valor da taxa de inscrição será o mesmo para todos os

candidatos. O Distrito Federal e mais 14 estados terão novo formato ano que vem

Ainda neste ano, a aplicação do Enem é normal. O Enem digital será aplicado nos dias 11 e 18 de outubro de 2020. Lopes afirmou que a transformação da aplicação do Enem em papel para o meio digital será progressiva até 2026. O objetivo, segundo ele, é fazer várias aplicações do Enem ao longo do ano, "por agendamento, como se fosse para tirar o passaporte". "O aluno vai escolher a cidade, o dia e vai marcar a prova", afirmou. "Aquele aluno que optar pelo Enem digital não será prejudicado, porque se tiver algum problema de logística, de computador, por exemplo, ele será redirecionado para uma reaplicação do Enem", disse Lopes.

Segundo a pasta, com essa nova versão, por meio de computador, o governo federal pretende realizar o exame em várias datas ao longo do ano, por agendamento. A aplicação permanecerá em dois domingos, nos dias 11 e 18 de outubro, e os resultados serão divulgados de forma conjunta.

Em 2020, portanto, o Enem terá três aplicações: a digital, a regular e a reaplicação. Este último caso é voltado para candidatos prejudicados por algum problema logístico ou de infraestrutura durante a realização da prova digital. Eles terão direito à reaplicação, que ocorrerá em papel.

O MEC aponta ainda economia com a impressão de papel e um ganho para o meio ambiente. "Somente em 2019, mais de 10,2 milhões de provas serão impressas para o Enem. Os custos da aplicação superam R\$ 500 milhões para os mais de 5 milhões de participantes confirmados na edição", afirmou o órgão.

Ainda de acordo com a pasta, o Enem digital permitirá a aplicação de novos tipos de questões, com vídeos, infográficos e até a lógica dos games. Também será possível aplicar a prova em mais municípios.

Em 2026, a versão em papel não será mais distribuída e o exame só será em formato digital. Confira o vídeo ao vivo.

Bolsonaro

Weintraub afirmou ainda que, ao contrário do que havia sido dito pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL), que pediria para ter acesso ao conteúdo das provas, isso não ocorreu. "Eu não li a prova, o presidente não leu, e o Camilo não leu", disse o ministro da Educação, confirmando, que Alexandre Lopes, presidente do Inep, também não teve acesso às questões.

Mas em seguida, deixou claro que o objetivo foi acabar com o viés ideológico na aplicação das provas "Sobre os funcionários que trabalham conosco, quem não performar conforme o esperado, a gente vai desligar", concluiu.

Confira as capitais que receberão a prova em formato digital em 2020:

Belém (PA);

Belo Horizonte (MG);

Brasília (DF);

Campo Grande (MS);

Cuiabá (MT);

Curitiba (PR);

Florianópolis (SC);

Goiânia (GO);

João Pessoa (PB);

Manaus (AM);

Porto Alegre (RS);

[topo](#)

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - ÚLTIMAS

Enem terá prova digital a partir de 2020, anuncia MEC

O aluno poderá optar entre exame escrito ou pela internet na inscrição

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) começará a aplicar provas por meio digital a partir de 2020. Segundo o anúncio, feito nesta quarta (3) pelo Ministério da Educação (MEC), no primeiro ano, a aplicação ocorrerá em modelo piloto.

“A implantação do Enem Digital será progressiva, com início no próximo ano e previsão de consolidação em 2026. Nada muda para os participantes inscritos em 2019”, informou a pasta, em nota.

Ainda de acordo com o MEC, as primeiras aplicações digitais serão opcionais. Os participantes poderão escolher, no ato de inscrição, pela aplicação piloto no modelo digital ou pela tradicional prova em papel. No primeiro ano de teste, o modelo digital será aplicado para 50 mil pessoas em 15 capitais do país.

Com essa nova versão, por meio de computador, o governo federal pretende realizar o exame em várias datas ao longo do ano, por agendamento. A aplicação permanecerá em dois domingos, nos dias 11 e 18 de outubro, e os resultados serão divulgados de forma conjunta.

Em 2020, portanto, o Enem terá três aplicações: a digital, a regular e a reaplicação. Este último caso é voltado para candidatos prejudicados por algum problema logístico ou de infraestrutura durante a realização da prova digital. Eles terão direito à reaplicação, que ocorrerá em papel.

Além disso, o MEC argumenta haverá também uma economia com a impressão de papel e um ganho para o meio ambiente. Somente em 2019, mais de 10,2 milhões de provas serão impressas para o Enem. Os custos da aplicação superam R\$ 500 milhões para os mais de 5 milhões de participantes confirmados na edição.

Do ponto de vista técnico, o Enem Digital vai permitir a utilização de novos tipos de

questões com vídeos, infográficos e até a lógica dos games. Também será possível aplicar o Enem em mais municípios.

Mudança progressiva

O Enem Digital será implantado gradualmente. A aplicação será em papel, como nas demais 21 edições do exame, e haverá a aplicação regular e a reaplicação.

O Ministério da Educação, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) já se prepara para a aplicação piloto em 2020, com o desenvolvimento/aquisição da plataforma digital e desenho da aplicação a partir de dados coletados pelo Censo Escolar. Em 2021, serão realizadas duas aplicações digitais, em datas distintas, agendadas previamente, também opcionais. A edição servirá como aprimoramento do piloto. Permanecem a aplicação regular e a reaplicação em papel.

De 2022 a 2025, o Enem Digital seguirá sendo aprimorado. A previsão do Inep é realizar até quatro aplicações digitais, em datas distintas, com agendamento prévio e ainda opcional para os participantes.

Em 2026, a versão em papel para de ser distribuída e o exame só será em formato digital. A consolidação do modelo digital será marcada por diversas aplicações regulares ao longo do ano, por agendamento, em todo o país, e reaplicação também em modelo digital.

Confira as capitais que receberão a prova em formato digital em 2020:

Belém (PA);
Belo Horizonte (MG);
Brasília (DF);
Campo Grande (MS);
Cuiabá (MT);
Curitiba (PR);
Florianópolis (SC);
Goiânia (GO);
João Pessoa (PB);
Manaus (AM);
Porto Alegre (RS);
Recife (PE);
Rio de Janeiro (RJ);
Salvador (BA);

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Índigena amazonense enfrenta desafios e conclui doutorado na UFSC: Tinha que honrar meus ancestrais

João Rivelino Rezende Barreto foi o primeiro autodeclarado indígena brasileiro a terminar a pós-graduação em antropologia social, segundo a instituição.

João Rivelino Rezende Barreto, de 38 anos, é o primeiro indígena brasileiro que concluiu o doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no campus de Florianópolis. Também conhecido pelo nome indígena Yúpuri, que significa guardião das portas do universo, ele pertence a aldeia São Domingos Sávio, que fica no

município de São Gabriel da Cachoeira (AM), com etnia Tukana e atualmente atua como professor universitário em Manaus (AM), onde vive com a esposa e os três filhos.

Barreto entrou no doutorado em 2015 pelo programa de pós-graduação em antropologia social da UFSC. A tese "Úkÿsse: forma de conhecimento Tukano via arte do diálogo kumuânica" foi defendida no dia 13 de junho e aborda as raízes culturais do conhecimento indígena.

Segundo o pesquisador e professor, o trabalho traz três figuras definidas como detentoras de conhecimentos: kumu (o pensador tukano), yai (o pajé), baya (o mestre de música). A pesquisa mostra como acontece o processo de formação dessas três figuras, a responsabilidade de cada uma e a existência do conhecimento Tukano.

O contato com a capital catarinense, começou no final do ano de 2013, quando ele foi convidado para participar como palestrante no Encontro das Licenciaturas Indígenas no Brasil, promovido pela Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da universidade.

"Depois desse evento, recebi convite para trabalhar nessa licenciatura indígena da UFSC. Comecei como professor e depois passei a ser coordenador pedagógico de 2014 a 2015, ocasião em que participei do processo seletivo para ingresso no doutorado via políticas de ações afirmativas. Tinha convicção de que estava em uma das melhores universidades do Brasil, por isso mesmo diariamente procurava ser melhor nos estudos ou pelo menos me esforçava para tentar ser melhor", afirma.

Desafios

Apesar de ser o único indígena tukano durante as aulas na época do curso de doutorado, Barreto diz que não sofreu nenhum preconceito entre os colegas, mas a situação era diferente fora dos muros da universidade.

"Em algum momento fora da UFSC houve sim algum preconceito, mas isso não me desanimava e não vai me desanimar. Creio que a competência, o desempenho, a seriedade nos estudos chamava atenção tanto dos meus colegas como dos meus professores. Isso fez muita diferença", afirma.

Para ele, a conclusão do doutorado representa mais "uma luta vencida para sobreviver em diferentes espaços externos da aldeia". Barreto também considera a conquista como "uma forma de transformar os desafios em novas possibilidades por meio dos estudos".

"Culturalmente, dentro do meu grupo tukano sou de hierarquia alta, filho e neto de grandes detentores de conhecimentos excepcionais tukano, como apresento na tese, ou filho e neto de grandes pajés, xamã como são chamados popularmente. Então, por esse motivo, tinha que fazer diferença, tinha que honrar meus ancestrais, tinha que buscar sim essa formação acadêmica, mas pensando minha própria cultura", disse.

Para Barreto, o doutorado foi fundamental para que ele pudesse alcançar um espaço de destaque na vida pessoal e profissional.

"Eu nunca quis ser um eterno coadjuvante, sempre procurei alcançar no limite de ser protagonista da história em que estava envolvido. Creio que o doutorado que eu

consegui concluir, mostra um pouco da capacidade intelectual dos indígenas, mostra que nós indígenas temos competência para estudos, que através dos estudos queremos fazer diferença para nossas culturas, fortalecer o diálogo sobre as políticas públicas indígenas, continuar discutindo sobre a valorização das nossas culturas, das nossas línguas, da nossa educação, das nossas territorialidades", defende.

Barreto espera que a presença de indígenas nas universidades não seja vista apenas como uma oportunidade, mas como o exercício de direito.

"Nós queremos sim que a educação faça parte da nossa vida cultural, mas também queremos respeito dos nossos direitos, que tenha mais políticas públicas para os nós povos indígenas. Queremos reescrever uma nova história através das nossas culturas indígenas estando também nas universidades", afirma.

Após a conclusão do doutorado, Barreto voltou trabalhar como professor em uma faculdade privada no Amazonas.

Segundo a UFSC, Barreto é o primeiro da etnia Tukana a concluir o doutorado, embora existam outros com título de mestrado e graduações concluídas. Na universidade, ele é o segundo estudante autodeclarado indígena com título de doutor. O chileno Luis Hernán Rodríguez Cisterna foi o primeiro a defender a tese em 11 de fevereiro de 2019 no programa de pós-graduação em engenharia mecânica. Ainda, a instituição já formou três mestres autodeclarados indígenas.

Veja mais notícias do estado no G1 SC

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Segunda chamada do ProUni já está disponível. Confira

Aqueles que não foram selecionados podem ainda participar da lista de espera nos dias 15 e 16 de julho

O resultado da segunda chamada do Programa Universidade para Todos (ProUni) já está disponível na página do programa. Para assegurar a bolsa de estudos, os estudantes que foram selecionados devem ir às instituições de ensino e comprovar as informações fornecidas na hora da inscrição. As comprovações devem ser feitas até a próxima segunda-feira (08/07/2019).

Aqueles que não foram selecionados podem ainda participar da lista de espera nos dias 15 e 16 de julho. No site do ProUni está disponível a lista da documentação necessária.

Para participar do processo seletivo do Prouni o estudante precisa ter obtido na prova de redação nota que não seja zero, além de 450 pontos na média das notas das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2018.

Essa nota é calculada com a soma de todas as notas obtidas nas provas do Enem (ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias; linguagens, códigos e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias e redação) divididas por cinco.

Bolsas integrais e parciais

Ao todo, serão ofertadas para o segundo semestre deste ano 169.226 bolsas de estudo em instituições particulares de ensino superior, sendo 68.087 bolsas integrais, de 100%

do valor da mensalidade, e 101.139 parciais, que cobrem 50% do valor.

As bolsas integrais são destinadas a estudantes com renda familiar bruta per capita de até 1,5 salário mínimo. As bolsas parciais contemplam os candidatos que têm renda familiar bruta per capita de até 3 salários mínimos. Podem se inscrever no programa estudantes com deficiência e professores da rede pública.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Enem terá aplicação digital em 2020 em fase piloto

O Ministério da Educação anunciou hoje (3), em Brasília, que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) vai se tornar digital. A proposta é de uma implementação progressiva. Em 2020, a versão digital será aplicada em fase piloto.

A previsão do governo é abandonar as versões impressas em 2026. Nada irá mudar para os participantes inscritos em 2019.

As primeiras aplicações digitais serão opcionais. O estudante vai escolher o modelo no momento da inscrição.

Segundo o MEC, no primeiro ano de teste, o modelo digital será aplicado para 50 mil pessoas em 15 capitais do país. A expectativa é que a versão digital abra outras possibilidades como a de realização do exame em várias datas ao longo do ano, por agendamento.

Em 2020, portanto, o Enem terá três aplicações: a digital, a regular e a reaplicação. Este último caso é voltado para candidatos prejudicados por algum problema logístico ou de infraestrutura durante a realização da prova digital. Eles terão direito à reaplicação, que ocorrerá em papel.

Para o governo, o Enem Digital vai permitir a utilização de novos tipos de questões com vídeos, infográficos e até a lógica dos games. Também será possível aplicar o Enem em mais municípios.

Edição do Enem 2019

Em 2019, mais de 10,2 milhões de provas serão impressas para o Enem. Os custos da aplicação superam R\$ 500 milhões para os mais de 5 milhões de participantes confirmados na edição.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Aplicação da prova do Enem será 100% digital até 2026, segundo Inep

A digitalização do maior vestibular do país ocorrerá de forma gradativa a partir do ano de 2020; não há mudanças para a edição deste ano

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) será aplicado apenas em formato digital no ano de 2026, abandonando a versão em papel. A novidade começará a ser implementada em 2020 e a digitalização será gradativa. No próximo ano, estudantes de quinze capitais do país terão a opção de realizar 50 mil provas digitais em dois domingos consecutivos em outubro. Não há alterações na realização do Enem 2019.

As informações foram divulgadas na manhã desta quarta-feira, 3, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pela

realização da prova. O órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC) afirmou que há uma economia com a impressão de papel e um ganho para o meio ambiente, uma vez que na edição de 2019 mais de 10,2 milhões de provas serão impressas.

De acordo com o calendário, em 2020 o Enem terá duas aplicações: a digital, nos dias 11 e 18 de outubro, e a regular, nos dias 1º e 8 de novembro. Uma reaplicação, em papel, acontecerá em dezembro para os estudantes prejudicados por problemas logísticos com a versão digital. Os resultados serão divulgados de forma conjunta.

Já em 2021, serão feitas duas aplicações digitais em datas distintas, também opcionais, como forma de aprimoramento do ano anterior. Será mantida a aplicação regular e a reaplicação em papel. Entre 2022 e 2025, segundo o Inep, o “Enem Digital” será aprimorado, ainda de forma opcional aos participantes. Em 2026, no entanto, a previsão é que não tenha mais prova em papel e que o Enem aconteça em várias datas ao longo do ano.

Segundo o Inep, os preparativos para a aplicação piloto no ano de 2020 já começaram, “com o desenvolvimento ou aquisição da plataforma digital e desenho da aplicação a partir de dados coletados pelo Censo Escolar”. O órgão informa que, com a digitalização, o Enem permitirá a utilização de questões com vídeos, infográficos e games.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Entenda como será a aplicação do Enem Digital

Projeto piloto será aplicado em 2020 em 15 capitais brasileiras para 50 mil alunos.

Em hipótese alguma, candidato fará exame em casa

O Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) será aplicado de forma digital a partir de 2020 em fase piloto e, a partir de 2026, para todos os candidatos.

As provas serão realizadas nos mesmos moldes atuais, com a diferença de que as questões serão preenchidas via computador — e não com papel e caneta.

Portanto, em nenhuma hipótese, o exame será aplicado fora dos locais de prova.

Em 2020, o candidato poderá escolher se quer fazer a prova digital, nos dias 11 e 18 de outubro, ou em papel, em 1 e 8 de novembro de 2020. Haverá também uma terceira data, de reaplicação, em dezembro, para os candidatos que tiverem problemas em qualquer uma das modalidades.

O preço da inscrição permanece o mesmo para ambas opções.

Haverá a contratação de uma empresa responsável por organizar a logística e infraestrutura da prova. Esta companhia vai precisar encontrar locais equipados com computadores — podem ser instituições de ensino ou qualquer outro espaço que atenda aos critérios do MEC.

O presidente do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), Alexandre Lopes, diz que o MEC não vai comprar computadores para a realização do exame. Os locais vão ser disponibilizados mediante a aluguel ou parceria com a instituição que possui a infraestrutura.

A prova também contará com fiscais preparados para a aplicação da prova. A identificação dos candidatos será feita por meios eletrônicos.

A quantidade de questões permanece a mesma e a prova de 2019 não terá nenhuma mudança.

Mudança progressiva

O Enem 2020 terá três datas de aplicação: a digital, a regular e a reaplicação, para os alunos que tenham problemas logísticos e de infraestrutura com a prova digital. A prova será aplicada para 50 mil alunos em 15 capitais brasileiras, sendo elas: Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Campo Grande (MS), Cuiabá (MT), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Goiânia (GO), João Pessoa (PB), Manaus (AM), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP).

A prova digital será realizada nos dias 11 e 18 de outubro de 2020 e a convencional, em 1 e 8 de novembro de 2020. A reaplicação acontecerá em dezembro, em papel.

Em 2021, serão realizadas duas aplicações digitais, em datas distintas, agendadas previamente, também opcionais. A edição servirá como aprimoramento do piloto. Permanecem a aplicação regular e a reaplicação em papel.

De 2022 a 2025, o Enem Digital seguirá sendo aprimorado. A previsão do Inep é realizar até quatro aplicações digitais, em datas distintas, com agendamento prévio e ainda opcional para os participantes.

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Conselho Superior divulga resultado de recursos APCN

Foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira, 2, o resultado dos recursos às decisões do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES), sobre os pedidos de reconsideração do julgamento de propostas de cursos novos (APCN).

Analisada na 2ª reunião extraordinária do Conselho Superior, em 19 de junho, a decisão refere-se à APCN 2017/2018.

Eventuais consultas podem ser feitas pelo e-mail: recursos@capes.gov.br.

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 02.07.2019

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Seminário debate pós-graduação privada

As instituições privadas de ensino superior do país oferecem, atualmente, 1,2 mil cursos de pós-graduação stricto sensu, tanto acadêmicos quanto profissionais. O dado foi revelado nesta terça-feira (2) por Sônia Bão, presidente substituta e diretora de Avaliação da CAPES, durante seminário realizado na sede da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), em Brasília.

Segundo Bão, metade dos 835 programas de pós-graduação de instituições privadas está localizada no Sudeste. Já o Norte concentra apenas 1,32% da oferta. Na visão da

diretora, até mesmo os estados com uma estrutura de ensino superior mais robusta devem ficar atentos à situação. “Se eu pensar no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, eles também estão ruins. Considerar a região, dependendo do que a gente quer ver, nem sempre é bom”, alerta.

Em sua palestra, a diretora também defendeu o aprimoramento do sistema de avaliação, com a adoção de um modelo multidimensional baseado em cinco pilares: ensino e aprendizagem, impacto e relevância para a sociedade, inovação e transferência de conhecimento, internacionalização/inserção e produção de conhecimento.

Seminário

O evento foi promovido pela ABMES, entidade que representa o ensino superior particular em todo o território nacional, para debater a política de pós-graduação stricto sensu nas modalidades presencial e a distância. Os participantes discutiram os reflexos das portarias nº 90, de 24 de abril, que trata dos programas na modalidade de ensino a distância, e nº 103, de 14 de maio, sobre a recriação da Comissão Especial de Acompanhamento do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020.

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 02.07.2019

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Enem terá aplicação digital em 2020 em fase piloto

Proposta é de uma implementação progressiva; nada irá mudar para os participantes inscritos em 2019

O Ministério da Educação (MEC) anunciou nesta quarta-feira, 3, em Brasília, que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) vai se tornar digital. A proposta é de uma implementação progressiva. Em 2020, a versão digital será aplicada em fase piloto.

A previsão do governo é abandonar as versões impressas em 2026. Nada irá mudar para os participantes inscritos em 2019. As primeiras aplicações digitais serão opcionais. O estudante vai escolher o modelo no momento da inscrição.

Segundo o MEC, no primeiro ano de teste, o modelo digital será aplicado para 50 mil pessoas em 15 capitais do país. A expectativa é que a versão digital abra outras possibilidades como a de realização do exame em várias datas ao longo do ano, por agendamento.

Em 2020, portanto, o Enem terá três aplicações: a digital, a regular e a reaplicação. Este último caso é voltado para candidatos prejudicados por algum problema logístico ou de infraestrutura durante a realização da prova digital. Eles terão direito à reaplicação, que ocorrerá em papel.

Para o governo, o Enem Digital vai permitir a utilização de novos tipos de questões com vídeos, infográficos e até a lógica dos games. Também será possível aplicar o Enem em mais municípios.

A ideia de aplicar o Enem de forma digital não é nova e começou a ser discutida em 2012. Os últimos presidentes do Inep e principais quadros do MEC já defendiam nos últimos anos que a transição para a prova online deveria ser uma prioridade para os próximos anos, já que esse modelo é mais seguro que o atual.

No ano passado, em entrevista ao Estado, a então presidente do Inep, Maria Inês Fini, explicou, mesmo com o investimento em tecnologia, a aplicação online seria mais barata e segura. Em 2017, a prova custou R\$ 505,5 milhões - apenas 25% dos gastos são cobertos pelo valor da taxa de inscrição, de R\$ 82 - e envolveu mais de 600 mil pessoas na elaboração, distribuição, aplicação e correção do exame.

Com 5,5 milhões de inscritos para a edição deste ano, o Enem é a segunda maior prova de acesso ao ensino superior do mundo, atrás apenas do Gaokao, o vestibular chinês, que tem anualmente cerca de 9 milhões de inscrições.

Edição do Enem 2019

O Enem é a maior prova do Brasil e dá acesso a uma centena de universidades federais, estaduais e privadas que usam o exame como forma de seleção. Em 2019, mais de 10,2 milhões de provas serão impressas para o Enem. Os custos da aplicação superam R\$ 500 milhões para os mais de 5 milhões de participantes confirmados na edição.

No fim do processo, quem fez o exame pleiteia uma vaga por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), pelo qual as universidades de todo o País oferecem suas vagas. Com sua pontuação em mãos, o aluno escolhe o curso e a universidade; se tiver o total necessário, está dentro.

O que muda no Enem 2019?

Segundo o site do Enem, os alunos contaram neste ano com um novo sistema de inscrição que permitiu incluir uma foto. Os deficientes auditivos e visuais tiveram a opção de indicar no ato da inscrição o uso de um aparelho auditivo ou de implante coclear. Além disso, todos os alunos terão os lanches revistados no dia da prova, e no final dos cadernos de questões haverá espaço para rascunho da redação e cálculos.

Quando serão realizadas as provas?

Os testes serão aplicados nos dias 3 e 10 de novembro.

Quantas questões terão as provas no Enem 2019?

Haverá quatro provas objetivas com 45 questões cada uma sobre os seguintes temas: linguagens e códigos, ciências humanas, ciências da natureza e matemática. Além disso, os alunos deverão fazer uma redação argumentativa de, no máximo, 30 linhas sobre o tema que será proposto.

No dia 3 de novembro, serão aplicados os testes de linguagens e códigos, ciências humanas e a redação, com 5h30 de duração. No dia 10 de novembro, serão aplicados os testes de ciências da natureza e matemática, com 5h de duração.

Quando conseguirei acessar meu cartão de confirmação de inscrição?

Ele será disponibilizado em outubro e deve conter o número de inscrição do aluno, data, hora e local das provas, atendimento especializado (deficientes visuais, por exemplo) e/ou específico (como gestantes e lactantes), caso solicitado, e a opção de língua estrangeira. / Com Agência Brasil

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Enem terá prova piloto por computador em 2020 e será 100% digital até 2026

O MEC (Ministério da Educação) anunciou hoje que começará a aplicar a prova do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) por meio digital em 2020. A aplicação, segundo o ministério, acontecerá em modelo piloto: a prova será oferecida de forma opcional a 50 mil alunos de 15 capitais brasileiras no ano que vem e atingirá 100% das provas em 2026.

"Este ano, a aplicação do Enem é normal, em papel, mas vamos começar o preparativo para o piloto digital em 2020", disse o presidente do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), Alexandre Lopes.

O Enem digital será aplicado nos dias 11 e 18 de outubro de 2020. Já a prova tradicional, em papel, será realizada nos dias 1º e 8 de novembro do ano que vem.

Principais mudanças anunciadas:

Em 2020, o Enem terá três aplicações: a digital, a regular e a reaplicação. A última é voltada para candidatos prejudicados por algum problema logístico ou de infraestrutura na realização da prova digital;

A transição para o Enem digital ocorrerá de forma gradual. Em 2020 haverá uma aplicação digital, em 2021 haverá duas e dali em diante serão quatro datas digitais por ano. Em 2026, o Enem será 100% digital;

Tanto as provas objetivas como a redação serão aplicadas no formato digital;

O valor da inscrição não será diferente para candidatos que optarem pelo Enem digital;

A empresa contratada para realizar a aplicação do Enem será responsável por oferecer computadores e demais equipamentos necessários para a prova.

O custo estimado para o modelo piloto é de R\$ 20 milhões. Já a realização do Enem tradicional, segundo o Inep, custa em torno de R\$ 500 milhões.

Segundo Lopes, a transformação da aplicação do Enem em papel para o meio digital será progressiva até 2026.

O objetivo, segundo ele, é fazer várias aplicações do Enem ao longo do ano, "por agendamento, como se fosse para tirar o passaporte". "O aluno vai escolher a cidade, o dia e vai marcar a prova", afirmou.

"Aquele aluno que optar pelo Enem digital não será prejudicado, porque se tiver algum problema de logística, de computador, por exemplo, ele será direcionado para uma reaplicação do Enem", afirmou Lopes. A prova de 2019 já está na gráfica para impressão, segundo divulgado ontem pelo Inep.

A mensagem importante que a gente quer passar é: até 2026, a prova vai ser muito parecida com o que é hoje, só que toda ela vai ser feita no computador, como foi as transformações lá fora. Até 2026, todo mundo vai fazer o seu Enem no computador e vai poder fazer isso em várias provas ao longo do ano. Vai perder o trauma de perder a prova

Abraham Weintraub, ministro da Educação

A expectativa do Inep, para o futuro, é trabalhar com provas que tenham questões interativas, com vídeos, infográficos e lógica dos games.

No ano que vem, o Enem digital terá o mesmo formato da prova aplicada em papel: serão 180 questões divididas em quatro áreas de conhecimento (humanas, linguagens, ciências da natureza e matemática), mais a prova de redação. Todas elas serão realizadas no computador para quem optar pelo exame no formato digital.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse ainda o formato digital facilitará a adequação do Enem ao novo ensino médio, que prevê que os alunos escolham parte da grade curricular ao final da etapa de ensino --os chamados itinerários formativos.

"As provas vão ser customizadas de acordo com a carreira que o aluno escolher", disse o ministro. Segundo ele, um dos objetivos da prova é "selecionar as pessoas corretas para os ofícios corretos".

Veja as cidades que terão o Enem digital em 2020:

Belém
Belo Horizonte
Brasília
Campo Grande
Cuiabá
Curitiba
Florianópolis
Goiânia
João Pessoa
Manaus
Porto Alegre
Recife
Rio de Janeiro
Salvador
São Paulo

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Enem terá aplicação digital em 2020 em fase piloto

O Ministério da Educação anunciou hoje (3), em Brasília, que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) vai se tornar digital. A proposta é de uma implementação progressiva. Em 2020, a versão digital será aplicada em fase piloto.

A previsão do governo é abandonar as versões impressas em 2026. Nada irá mudar para os participantes inscritos em 2019.

As primeiras aplicações digitais serão opcionais. O estudante vai escolher o modelo no momento da inscrição.

Segundo o MEC, no primeiro ano de teste, o modelo digital será aplicado para 50 mil pessoas em 15 capitais do país. A expectativa é que a versão digital abra outras possibilidades como a de realização do exame em várias datas ao longo do ano, por agendamento.

Em 2020, portanto, o Enem terá três aplicações: a digital, a regular e a reaplicação. Este

último caso é voltado para candidatos prejudicados por algum problema logístico ou de infraestrutura durante a realização da prova digital. Eles terão direito à reaplicação, que ocorrerá em papel.

Para o governo, o Enem Digital vai permitir a utilização de novos tipos de questões com vídeos, infográficos e até a lógica dos games. Também será possível aplicar o Enem em mais municípios.

"Até 2026, a prova vai ser muito parecida com o que é hoje, mas toda ela vai ser feita no computador, como foram as transformações lá fora. Até 2026, todo mundo vai fazer a prova pelo computador, e vai poder fazer isso em várias datas ao longo do ano", disse hoje (3) o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Segundo ele, o estudante que ficar de fora de um exame poderá fazer a outra aplicação.

Não haverá distinção de valor entre a aplicação digital e em papel, de acordo com a pasta.

Enem 2020

O Enem 2020 já tem data. De acordo com o MEC, o exame será aplicado em dois domingos, nos dias 11 e 18 de outubro no formato digital. O Enem regular, em papel, será aplicado, aos demais estudantes nos dias 1º e 8 de novembro.

Como se trata de projeto-piloto, os estudantes que tiverem algum problema com a prova digital terão direito a refazer o exame na reaplicação, que atualmente é destinada a estudantes que foram prejudicados por questões como falta de energia elétrica, chuvas e outras intercorrências.

O exame será aplicado na versão digital no ano que vem em Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Campo Grande (MS), Cuiabá (MT), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Goiânia (GO), João Pessoa (PB), Manaus (AM), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP).

Edição do Enem 2019

Em 2019, mais de 10,2 milhões de provas serão impressas para o Enem.

Os custos da aplicação superam R\$ 500 milhões para os mais de 5 milhões de participantes confirmados na edição.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Em fase piloto, Enem terá aplicação digital em 2020

O Ministério da Educação (MEC) anunciou nesta quarta-feira, 3, em Brasília, que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) vai se tornar digital. A proposta é de uma implementação progressiva. Em 2020, a versão digital será aplicada em fase piloto.

A previsão do governo é abandonar as versões impressas em 2026. Nada irá mudar para os participantes inscritos em 2019. As primeiras aplicações digitais serão opcionais e o estudante vai escolher o modelo no momento da inscrição.

De acordo com o MEC, no primeiro ano de teste, o modelo digital será aplicado para 50

mil pessoas em 15 capitais brasileiras. A expectativa é que a versão digital abra outras possibilidades como a de realização do exame em várias datas ao longo do ano, por agendamento.

Em 2020, portanto, o Enem terá três aplicações: digital, regular e reaplicação. Este último caso é voltado para candidatos prejudicados por algum problema logístico ou de infraestrutura durante a realização da prova digital. Eles terão direito à reaplicação, que ocorrerá em papel.

Para o governo, o Enem Digital vai permitir a utilização de novos tipos de questões com vídeos, infográficos e até a lógica dos games. Também será possível aplicar o Enem em mais municípios.

Edição de 2019

O Enem é a maior prova do Brasil e dá acesso a uma centena de universidades federais, estaduais e privadas que usam o exame como forma de seleção. Em 2019, mais de 10,2 milhões de provas serão impressas para o Enem. Os custos da aplicação superam R\$ 500 milhões para os mais de 5 milhões de participantes confirmados na edição.

No fim do processo, quem fez o exame pleiteia uma vaga por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), pelo qual universidades de todo o País oferecem suas vagas. Com sua pontuação em mãos, o aluno escolhe o curso e a universidade; se tiver o total necessário, está dentro.

Segundo o site do Enem, os alunos contaram em 2019 com um novo sistema de inscrição que permitiu incluir foto. Os deficientes auditivos e visuais tiveram a opção de indicar no ato da inscrição o uso de um aparelho auditivo ou de implante coclear. Além disso, todos os alunos terão os lanches revistados no dia da prova, e no final dos cadernos de questões haverá espaço para rascunho da redação e cálculos. (Com informações da Agência Brasil).